

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	25	

Vieira do 10º Batalhão da Polícia Militar do DF, pela implantação do projeto Papa Pilhas - Vieira Sustentabilidade”.

Item nº 71:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.280, de 2018, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que “requer a realização de audiência pública para debater a importância da preservação do peixe Pirá-Brasília (*Simpsonichthys boitonei*)”.

Item nº 72:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.288, de 2018, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que “requer a realização de audiência pública no dia 07 de março do corrente ano, no plenário desta Casa de Leis, para debater a efetivação da Lei nº 5.649, de 31 de março de 2016, que cria o Programa de Incentivo ao Esporte Amador do Distrito Federal – Boleiros”.

Item nº 73:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.293, de 2018, de autoria dos Deputados Wellington Luiz, Celina Leão, Joe Valle e Raimundo Ribeiro, que “requer a transformação da sessão ordinária do dia 1º de março de 2018, em comissão geral, para debater a criação de parâmetros de viabilidade operacional do segmento de coleta e descarte de entulhos”.

Item nº 74:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.296, de 2018, de autoria do Deputado Lira, que “requer a realização de audiência pública no dia 12 de março de 2018, às 19h, no plenário desta Casa, para debater a questão de gênero e o empoderamento da mulher negra”.

Item nº 75:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.297, de 2018, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de audiência pública em 8 de março de 2018, às 19h, no plenário desta Casa de Leis, para discutir sobre a estrutura, organização e administração da feira de artesanato da Torre de Televisão”.

Item nº 76:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.298, de 2018, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que “requer a realização de audiência pública em 7 de março de 2018, às 9h, no plenário desta Casa de Leis, com o objetivo de ouvir esclarecimentos sobre a morte do elefante Babu e discutir sobre o planejamento estratégico da Fundação Zoológico de Brasília”.

Item nº 77:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.304, de 2018, de autoria dos Deputados Wasny de Roure e Joe Valle, que “requer a realização de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

audiência pública para debater a situação dos catadores de materiais recicláveis do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, da Moção nº 897, de 2018, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que “manifesta o reconhecimento de louvor e aplausos aos participantes e dirigentes do bloco carnavalesco Galinho de Brasília, pelos relevantes serviços prestados à sociedade e implementação dos desfiles carnavalescos do Distrito Federal”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.320, de 2018, de autoria de vários Deputados, que “requer a dispensa da publicação da redação final dos projetos aprovados nas sessões ordinária e extraordinária de hoje, dia 28 de fevereiro de 2018, para votação imediata da redação final”.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Requerimento nº 3.319, de 2018, de autoria de vários Deputados, que “requer a dispensa do interstício dos projetos aprovados na sessão ordinária de hoje, dia 28 de fevereiro de 2018, para início do turno seguinte e imediata votação”.

(Assume a Presidência a Deputada Telma Rufino.)

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Em discussão. (Pausa.)

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, estou destacando, para votação em separado, o item nº 66. Inclusive já ouvi do autor dessa proposição que S.Exa. iria retirá-la de tramitação.

PRESIDENTE (DEPUTADA TELMA RUFINO) – Fica destacada a Moção nº 886, de 2018, para votação em separado.

Em discussão as moções e os requerimentos em bloco. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam as moções e os requerimentos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As moções e os requerimentos estão aprovados com a presença de 13 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Wellington Luiz.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O Expediente lido vai à publicação.

Consulto os Líderes se há acordo para discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)”.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que tem uma coisa que precisa ficar bastante clara aqui que é o seguinte: é que quem aprova os projetos aqui, na maioria das vezes, são os Deputados de Oposição. E mais uma vez os Deputados de Oposição vão aprovar, porque o governo não tem número para votar o que ele coloca aqui. Mas eu acho que é preciso que o Sr. Governador Rodrigo Rollemberg pare de insultar os Deputados que estão votando.

Eu tive acesso, há pouco, a um áudio dele que é um insulto aos Deputados que votam aqui nesta Casa. Mas mesmo assim nós vamos votar.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Eu quero lembrar que esse Projeto de Lei nº 1.899 é aquele em que não houve acordo no Colégio de Líderes. Está ok? Está certo? Sendo assim, vamos votar.

Não houve acordo no Colégio de Líderes para o PL nº 1.899. (Pausa.)

Agora, segundo o Deputado Agaciel Maia, houve acordo. No Colégio de Líderes não houve acordo.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte: ontem não votaram o que estava acordado – não é? –, que era a derrubada do veto. Hoje estão querendo que a gente vote no que não houve acordo. Portanto, qual é o crédito que tem o acordo? Nós não estamos falando das cooperativas, porque esse tem acordo geral. Qual é o crédito do acordo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O que teve acordo é o Projeto de Lei nº 1.898... que tem as emendas dos Parlamentares.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Como é?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – O 1.898 é o projeto de lei acordado, com as emendas dos Parlamentares. Constam as emendas dos Parlamentares.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Peço a V.Exa. que coloque esse em pauta. Substitua esse de agora pelo qual houve acordo e, em se seguida, a gente discute esse outro.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Para o Projeto de Lei nº 1.899 não há acordo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa. consultou e o Deputado Chico Vigilante concordou. A discussão no Colégio de Líderes, inclusive na qual eu não estava presente, era de que seriam necessárias algumas informações, e elas foram prestadas. Isso se refere a um crédito de pessoal que já foi inclusive aprovado aqui, apenas sofreu algumas emendas que foram vetadas. É uma matéria pacífica. Trata-se de matéria de pessoal apenas para chamar concursados.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – No valor de quanto, Deputado? Qual o valor desse crédito?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Então, eu queria fazer um apelo, porque V.Exa. consultou e não houve nenhuma manifestação em contrário. Só depois que V.Exa. solicitou à secretária ler os itens que o Deputado Chico Vigilante fez a alegação. Portanto, é legítimo que o crédito seja colocado em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Qual o valor do crédito, Deputado?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – É um crédito de – apesar de na nominata constar 122 milhões, vinte e poucos milhões foram retirados por meio da emenda do Deputado Bispo Renato Andrade – 102 milhões de reais especificamente para contratar concursados.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que o governo não está em condições de ameaçar nada aqui. Para ameaçar Deputados primeiro ele tem que colocar Deputado em plenário para votar. Nós estamos aqui para votar. Estamos aqui para votar!

Portanto, Deputado Agaciel Maia, V.Exa. sabe que nós, mais do que nunca, sempre garantimos aqui o *quorum* para votar. Nós pedimos que fosse informado a esta Casa onde vão se dar essas contratações. Mas não informaram, Deputado Wellington Luiz!

Mas eu vou fazer uma sugestão a V.Exa. e aos Deputados que estão aqui, Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Joe Valle: que a gente vote esse item

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

exatamente para que esses concursados que vêm aqui dizer que é culpa da Câmara Legislativa, que procuraram o Governador hoje, e ele disse que é culpa da Câmara Legislativa, vão lá cobrar dele. Porque não é correto o que ele fez: um áudio, que está com o Deputado Joe Valle, dizendo que a culpa da não contratação é da Câmara Legislativa. Não é! A culpa é da inoperância do governo dele, da desorganização e da falta de compromisso.

Para que não venha mais, Deputado Wellington Luiz, porque ele já fez um áudio, amanhã ele solta um vídeo e tudo, e mentira é coisa que anda rápido, não é? Até a gente desmontar a mentira, demora muito tempo. Viu, Deputado Ricardo Vale? Demora. Mentira é bicho que... principalmente nas redes sociais. Está mentindo, dizendo que a culpa da não contratação é da Câmara Legislativa.

Portanto quero sugerir aos meus companheiros da Oposição, que é quem garante o *quorum*, que a gente vote. Lá eu quero ver as contratações. Quero ver. Vamos exigir as contratações. Quero que elas aconteçam. Porque, se tem uma coisa, Deputado Joe Valle, que eu não aceito é a mentira.

Eu ouvi o áudio, que está com V.Exa., dizendo: "Vão lá na Câmara pressionar, que a culpa é da Câmara". A culpa é dele, que não organiza o seu governo e depois vem jogar a culpa em quem não tem.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Chico Vigilante. Eu acho que a ponderação de V.Exa. tem toda coerência. Eu acho que é isso mesmo. O Governador, novamente, de forma irresponsável e leviana, tenta jogar as pessoas contra esta Casa. Eu acho que a ponderação de V.Exa. deve ser, sim, analisada por todos nós.

Da nossa parte, Presidente, eu acho que devemos, sim, votar, devolver essa responsabilidade para o colo do Governador e cobrar dele, para que essas pessoas que estão aqui saibam que novamente ele está mentindo, porque nós sabemos que ele vai usar isso para qualquer outra coisa, menos para contratar, e a coisa que nós mais precisamos hoje é contratar os servidores, pois a nossa situação é de total penúria.

Eu acho que a gente deve dar, sim, esse voto de confiança não a ele, mas ao Líder do Governo, a quem quero aproveitar, Deputado Agaciel Maia, para agradecer. Agora, em assembleia, a Emater acabou de aceitar o acordo coletivo, que foi costurado por várias mãos, e conseguimos avançar. Inclusive eu tinha dito a V.Exa. que eu não votaria enquanto isso não fosse resolvido, e foi resolvido. Então, quando é resolvido, a gente tem que manter a palavra.

Eu acho que é um passo importante. Eu e o Deputado Joe Valle tínhamos feito isso, também a Deputada Celina Leão, o Deputado Raimundo Ribeiro e outros Deputados que aqui se encontram. Portanto eu acho que é um passo adiante.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

Devemos, na minha opinião, e já comunicando aos Parlamentares do meu bloco que me deram a obrigação de ser Líder, votar esse crédito de 122 milhões em respeito a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer.

Eu respeito muito o Deputado Chico Vigilante, e S.Exa. tem razão em algumas colocações, mas o objetivo maior de todo o nosso trabalho aqui é ser um facilitador e aprovar as matérias.

Eu fico feliz, Deputado Wellington Luiz, de eu ter ido hoje ao Governador e saber a notícia de que foi resolvido o problema da EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Deputado Ricardo Vale, eu costumo dizer que eu sou um Zezinho Fernando da vida. Para quem não sabe quem era Zezinho Fernando, ele era um cara lá da minha cidade, no interior do Rio Grande do Norte, que ensinava todo mundo a ser rico, mas era pobre.

Então eu ajudei, o Deputado Ricardo Vale é testemunha, a resolver o problema da greve da CEB – Companhia Energética de Brasília e ajudei o SLU – Serviço de Limpeza Urbana que havia vários anos não via um plano de carreira, eu fui lá e arranquei.

Ontem o Deputado Wellington Luiz e o Deputado Joe Valle me procuraram para intermediar junto ao governo uma solução para os servidores da Emater. Eu me propus a ir hoje.

Eu poderia estar até em alguma cidade pedindo voto, fazendo campanha, mas fui ao Buriti e fiz um apelo ao governo no sentido de resolver o problema da Emater. Para minha grata surpresa, não foi a mim que foi comunicado, foi aos próprios Deputados, também foi resolvido.

Então o Deputado Agaciel Maia nada mais faz que um meio de campo, é um intermediário. E nem cobro os louros do que eu faço. Está certo? Eu apenas recebo as demandas dos Deputados, que recebem as demandas da população, e faço esse intermédio junto ao governo.

E fico satisfeito, Deputado Chico Vigilante, a quem tenho uma notícia boa para dar. Não vou lhe dar aqui de púlpito, mas vou lhe dar em particular. É uma questão pela qual V.Exa. luta muito e que todos estão dizendo que não tem solução, mas que nós vamos dar a solução. Depois eu vou lhe dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – É a derrubada do veto ao projeto do Deputado Chico Vigilante, não é?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	31	

DEPUTADO JOE VALLE (PDT. Sem revisão do orador.) – Tem acordo para derrubar o veto? Aí a gente já vota o veto.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Vamos votar agora, gente. Estamos apenas aguardando a questão da emenda.

(Assume a Presidência o Deputado Joe Valle.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Quero dar início às votações, mas eu gostaria de fazer um pedido ao Líder de Governo e ao Secretário Parlamentar, porque esta é uma questão que tem se repetido. Que tragam todas as explicações quando for um crédito nessa monta. Estou falando de um crédito de 349 milhões de reais. Eu não estou falando de um crédito de 1 milhão, eu não estou falando de um crédito de 100 mil, mas de um crédito de 349 milhões de reais e de um crédito de 122 milhões de reais. Ok, é remanejamento. Tudo bem, perfeito. Mas queremos que nos tragam aqui, no Colégio de Líderes, a explicação completa, para onde vai, como é, como não é. Eu posso até ter Deputados contrários que queiram explicação, mas, na hora em que chegar ao plenário, já chega tudo explicado. Não há o risco e a insegurança de votarmos aquilo que nós não sabemos o que é. Entendendo como funciona a Câmara Legislativa.

Tudo é culpa da Câmara. E o Executivo faz o favor – e acabo de receber um áudio aqui – de ainda dizer “Olha, se não votar, é culpa da Câmara”. Mas votar o que e como? Como é que chega aqui? Em nenhum momento, nenhum projeto nós deixamos de votar. Nenhum projeto! Principalmente aqueles que têm a ver com servidores ou com trabalhadores esta Câmara sempre votou.

Então, quero só fazer um apelo ao governo que faça dessa forma, Líder – o senhor tem muita experiência e sabe como funciona todo o processo –, que possa trazer mais detalhado, especialmente, para a sua base, para a base do Governador. Para que tenha todo o entendimento com todos os Deputados, porque a gente tem o maior prazer de fazer o trabalho de uma tarde produtiva nesta Casa, com muitas votações. Agora o debate acontece acalorado no plenário porque há dúvida. Não acontece um debate à toa. Acontece porque há dúvida.

Então, eu faço esse apelo. A gente tem todo o interesse em fazer a votação de créditos e de todas as leis que favorecem as pessoas. Mesmo chegando na sexta-feira para votarmos na segunda, quando é uma coisa consensuada que tem a ver com o trabalhador, com o Executivo, com o Legislativo, nunca nos negamos a fazer isso.

Quero agradecer a todos e vamos iniciar a votação.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer a V.Exa. Nós temos nos esforçado no sentido de prestar as informações que são requeridas, principalmente, no âmbito da Comissão de Economia,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	32		

Orçamento e Finanças, quando é crédito. Principalmente os Deputados Chico Leite, Rafael Prudente, Julio Cesar e Prof. Israel sempre fazem os questionamentos.

Acho que nós precisamos é aperfeiçoar. Em vez de as informações serem repassadas somente à Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, serem repassadas ao Colégio de Líderes, deixando os Deputados mais bem informados com dados e planilhas mais analíticas, para que já cheguemos com as matérias ao plenário e os Deputados delas tenham amplo conhecimento.

V.Exa. tem razão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito.

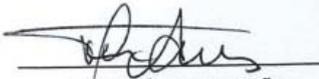
Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum* para darmos início às votações.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA	
VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM	DATA: 28/02/2018	
LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS		

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR	1	
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1
3	CELINA LEÃO	PPS	1	
4	CHICO LEITE	REDE		1
5	CHICO VIGILANTE	PT	1	
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO		1
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1
8	DELMASSO	PODEMOS		1
9	JUAREZÃO	PSB	1	
10	JULIO CESAR	PRB	1	
11	LILIANE RORIZ	PTB		1
12	LIRA	PHS	1	
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
14	PROF. ISRAEL	PV	1	
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1	
18	RICARDO VALE	PT	1	
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
20	SANDRA FARAJ	SD		1
21	TELMA RUFINO	PROS	1	
22	WASNY DE ROURE	PT		1
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1	
24	JOE VALLE	PDT	1	
RESULTADO			14	10

QUÓRUM	
14	PRESENTES
10	AUSENTES
24	SOMATÓRIO


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	33

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para justificar a ausência do Deputado Wasny de Roure, que fez uma cirurgia no dia de hoje, é uma cirurgia de vista, por isso não está aqui neste momento. S.Exa. vai voltar a esta Casa enxergando muito mais.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Deputado Chico Vigilante. V.Exa. já sabe o que vai acontecer quando o Deputado Wasny de Roure estiver enxergando mais! Mas nós já havíamos sido avisados, sabemos da frequência do Deputado Wasny de Roure, S.Exa. está sempre presente.

Há 14 Deputados presentes e 10 ausências. Vamos iniciar o nosso processo de votação, lembrando que houve acordo no Colégio de Líderes para votação desse projeto de lei.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões de reais)".

Tramitação concluída. Foram apresentadas 32 emendas de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre as emendas de plenário.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, trata-se de parecer às emendas apresentadas em plenário ao Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões de reais)".

São emendas de remanejamento dentro do limite estabelecido na cota de cada Parlamentar. Essas emendas apresentadas não ferem o art. 64, inciso II, alínea b, do nosso Regimento Interno.

Portanto, o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é pela admissibilidade e aprovação das referidas emendas, Emendas nºs 128 a 159.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	34

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, em 1º turno, ressalvados os destaques. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, é só para lembrar a todos e ficar registrado que metade dos Deputados que compõem o plenário neste momento, que estão aqui garantindo *quorum* para que seja votado o projeto, é de oposição. Faço esse esclarecimento só para o Sr. Rollemberg saber quem é que vota as coisas aqui, para não colocar culpa em quem não tem!

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Lembro-me, além da presença no plenário para votação, de um acordo feito no dia 15 de janeiro, no Palácio do Buriti, quando da votação da emenda de 1 bilhão e 500 milhões, do compromisso do Governador com todos os Deputados, inclusive sugerido pelo Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para registrar que o acordo começou a ser construído com V.Exa., com o Deputado Wellington Luiz, com a Deputada Celina Leão e com o Deputado Raimundo Ribeiro, e os intermediários dele foram os Deputados Bispo Renato Andrade e Chico Vigilante. As emendas que seriam apresentadas para a construção de duas escolas, a do Mangueiral e a do Itapoã, o governo teria que honrar esse acordo, condição que nos foi colocada na época. O Deputado Chico Vigilante é um homem verdadeiro e puro, sabemos disso. Então, surgiram outras emendas no dia 15 de janeiro, que, depois, vieram a ter vetos que foram examinados, mas, na origem, o acordo foi exatamente de que no projeto que foi destacado, que foi votado no dia 15 de janeiro, o acordo era as emendas para a construção das duas escolas.

Então, a gente vem debatendo, porque é natural que os Deputados apresentem emendas, mas só resgatando que o acordo do projeto original era nesse sentido.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão o Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, em primeiro turno. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

Foram apresentados destaques nas Emendas nºs 70, 73 e 76.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	02	2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				35	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são emendas de autoria de qual Deputado e tratam de quê?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Sra. Secretária que faça a leitura das emendas destacadas. (Pausa.)

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para esclarecer que as emendas foram destacadas por solicitação dos próprios Deputados, tendo em vista que foi solicitada a rejeição das emendas. Portanto, é só um formalismo, Deputado Chico Vigilante, no que diz respeito ao destaque das emendas. É apenas para serem rejeitadas. É a informação da assessoria de Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão as emendas destacadas.

Concedo a palavra o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tendo em vista que fui devidamente aqui esclarecido pelo Deputado Agaciel Maia e pela nossa assessora do Governo, que é muito competente por sinal, eu dispense a leitura das emendas e vamos para a votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só fazendo a colocação, Deputado Chico Vigilante, as Emendas nºs 70 e 73 são da Deputada Celina Leão, e a Emenda nº 76, do Deputado Cristiano Araújo. Destacadas para a rejeição.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só lembrando que esse referido crédito é fruto de um acordo com relação às emendas dos Deputados. Eu gostaria de lembrar o Deputado Agaciel Maia, como Líder do Governo, eu sei que S.Exa. é um fiel cumpridor dos seus acordos, que houve um acordo tabulado que gostaríamos que fosse acatado. Eu sei que o Deputado vai honrar o acordo, mas que isso seja bem lembrado ao Poder Executivo. Eu acredito que todos os Parlamentares aguardam que esses compromissos sejam cumpridos fielmente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só fazendo um pedido para que não saia mais nenhum Deputado e que terminemos a

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

votação, porque agora só há 13 Deputados, se sair mais um Deputado do plenário, acaba o *quorum*.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em separado, das emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00”.

Os Deputados que aprovam as emendas permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

As emendas foram rejeitadas com a presença de 14 Deputados.

Só lembrando, então, que aqui no plenário fizemos o acordo para a votação do crédito de 122 milhões, Projeto de Lei nº 3.499, se não me engano. Correto?

Faremos a votação, em primeiro turno, desse crédito.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)”.

Tramitação concluída.

Em discussão o projeto, em primeiro turno, ressalvados os destaques do Deputado Delmasso. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em primeiro turno, com a presença de 14 Deputados.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

A proposição não recebeu pareceres das comissões. Apresentada uma emenda de plenário; a CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre o projeto e as emendas.

Levando em consideração que se trata de um acordo de todos os Líderes, do Plenário com o Executivo e com os cidadãos, por isso faremos todo o processo em plenário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	37

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apesar de entender que a solução mais eficaz seria o PDL e tendo em vista que a maioria do Plenário – e eu estou me curvando a essa maioria – acha que a solução para a prorrogação é uma emenda ao projeto de lei, então não vou apresentar nenhum óbice a essa proposição. Mas gostaria de reafirmar que, no meu entendimento, o projeto de decreto legislativo seria o mais rápido e mais eficiente. Porém, eu me submeto à maioria do Plenário, que decide por uma emenda ao próprio projeto encaminhado pelo Executivo.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Então, nós faremos...

Foram duas opções apresentadas: a emenda e o projeto de lei. Nós vamos pela emenda, uma emenda de segundo turno. Vamos votar o projeto em primeiro turno; construímos a emenda de segundo turno.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

Lembrando que esse projeto de lei tem a ver com todo o trabalho feito com a presença de vocês, todo o encaminhamento feito desde ontem para que possamos buscar uma solução para o problema.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal FTPC/DF e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação, no mérito, do projeto de lei e da Emenda nº 1, Modificativa, de autoria da Mesa Diretora, que trata, no seu art. 4º: "Revogam-se as disposições em contrário, em especial ao art. 15 da Lei nº 239, de 10 de fevereiro de 1992".

Somos pela aprovação.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	38	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria, o projeto e a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com base no art. 64, II, b, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”, que visa exatamente resolver o problema das cooperativas.

Foi apresentada uma emenda pelo Partido dos Trabalhadores, então sou de parecer favorável. Acato a emenda e sou pela admissibilidade e aprovação do referido projeto.

É o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

Considerando que há acordo do Colégio de Líderes, considerando que tudo foi devidamente debatido e acordado, considerando que o projeto está de acordo com as questões jurídicas relativas à regimentalidade, à constitucionalidade e à técnica legislativa, o parecer desta comissão, bem como à emenda apresentada, é pela admissibilidade e aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 14 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, na verdade, quero pedir a V.Exa. que submeta à votação nominal, que é para Brasília saber quem é que está aqui votando.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Perfeito, farei isso. Acato sua solicitação.

Em discussão. (Pausa.)

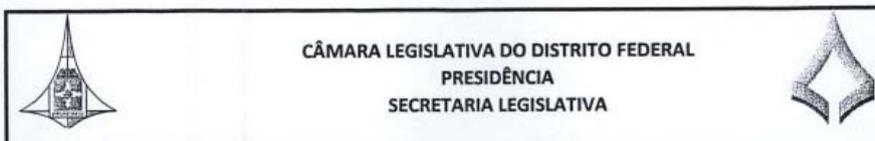
Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando o projeto; os que votarem “não” estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

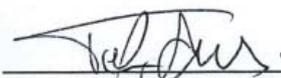
(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI Nº 1.930/2018 DATA: 28/02/2018
 AUTORIA: PODER EXECUTIVO
 TURNO: 1º (X) 2º () RED. FINAL ()

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS				1		
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			15	0	0	9	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
15	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
9	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
15	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIO DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA
 Nº _____ / _____
 Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	40		

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 15 votos favoráveis. Houve 9 ausências.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas para informar que mais cedo a diretora do Sinpro, a Rosilene, ligou e pediu, inclusive, para informar a V.Exa. que alguns servidores adentraram as dependências da Secretaria de Educação, em protesto à forma como o governo está tratando as pecúnias. Ele continua mais uma vez empurrando com a barriga, sem encontrar uma solução. Então, pediram, mais uma vez também, socorro a esta Casa, pediram para que tanto nós, da Mesa Diretora, quanto o Líder do governo e os Parlamentares da Base, pudéssemos – e nós professores, também – fazer alguma coisa.

Não é possível realmente que o governo continue prometendo e nunca cumpra com essa questão das pecúnias. É vergonhoso, é lamentável que os professores tenham agora que ir à Secretaria de Educação e ficar lá para reivindicar um direito legítimo e sagrado por terem trabalhado e não receberem pelo que fizeram.

Então, está na hora de o governo honrar os compromissos dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Wellington Luiz, eu gostaria, inclusive, de fazer uma solicitação de plenário ao Líder de Governo e ao Secretário de Articulação, para que façam a marcação com a Casa Civil, com o Chefe da Casa Civil, de um horário para que ele possa receber a presidente e uma comissão de professores, a fim de discutir e debater o assunto. Realmente, é uma situação importante que precisa que haja minimamente essa colocação para receber todo esse pessoal e fazer uma discussão mais profunda sobre esse assunto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, conforme já foi ressaltado pelo Deputado Wellington Luiz, os professores estão ocupando o gabinete do Secretário de Educação desde as 8h da manhã. Estão lá ocupando o gabinete. E o que eles querem é conversar com alguém que decida alguma coisa, porque eles estão batendo e parece porta... sabe aquelas portas em que você bate, bate e ninguém escuta? São ouvidos moucos.

Portanto, quero sugerir aqui, ao Líder do Governo e ao Secretário de Assuntos Parlamentares, que, antes do término desta sessão, viabilizem uma reunião com o Sérgio Sampaio, da Casa Civil, para que a comissão de professores possa sentar com eles e encaminhar esse problema.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, algumas ações foram tomadas no sentido de dar celeridade. Já existe um cronograma de pagamento. Na realidade, nem existia perspectiva de pagamento, mas ela foi reestabelecida e há um cronograma.

Nós aprovamos uma lei para que aqueles professores que se aposentaram e que têm direito a receber a licença-prêmio tenham prioridade.

Foram colocadas algumas emendas aumentando o valor do pagamento das pecúnias. Sabemos que o Orçamento foi sancionado há pouco tempo; então, ainda há uma fase de aperfeiçoamento e de acomodação das propostas orçamentárias do governo. Ainda estamos discutindo hoje créditos decorrentes de dezembro de 2015.

Então, não há nenhuma objeção de que possamos marcar com o Secretário da Casa Civil. Vou ligar para ele e pedir para marcarmos uma audiência com os professores para que haja uma definição mais exata sobre o pagamento das pecúnias.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Deputado Agaciel Maia, inclusive, veja que isso possa ser marcado hoje, já que está havendo essa situação de emergência, extraordinária, de ocupação. E tem um detalhe importante, que é fazer a regulamentação da lei para o pagamento da pecúnia daqueles professores que têm problemas de saúde sérios e graves, que foi uma lei votada nesta Casa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse assunto das pecúnias é um assunto muito importante porque estamos tratando de professores que já se aposentaram e que passaram a carreira inteira esperando que essa regra fosse aplicada depois de tantos anos de serviço.

Então, se queremos questionar uma regra, ela sempre deve ser questionada de um ponto em diante. Agora, quem já trabalhou a vida inteira sob certas regras precisa ter a segurança de que elas não vão ser mudadas no último momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concordo, Deputado Prof. Israel. Isto foi colocado: é lei! Se queremos questionar a lei, o Executivo que mande para cá uma lei destinada a acabar com as pecúnias, daqui para frente, e a debateremos aqui, no plenário. Agora, hoje, é direito e lei: tem de pagar essas pessoas porque elas dependem e contam com isso.

De acordo com a apresentação do Requerimento nº 3.319, de 2018, convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária, com início imediato após esta Sessão Ordinária, para a apreciação em segundo turno dos itens:

Item nº 1:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	02	2018	15h	10ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				42	

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências".

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões de reais)".

Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)".

(Levanta-se a sessão às 17h44min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Joe Valle

SECRETARIA: Deputada Telma Rufino

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 17 horas e 45 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 34 minutos

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Declara aberta a sessão.

L I D O
Em. 07.03.18
[Assinatura]
Secretaria Legislativa

2 ORDEM DO DIA

Observações:

- a) As ementas das proposições foram reproduzidas de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.
- b) As folhas de votação nominal constam da ata circunstanciada desta sessão.

(1º) **ITEM 2:** Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

↓

ATA SUCINTA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Revisora:

[Assinatura]

Chefe do Setor:

[Assinatura]

(L/A/SN/ToF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3

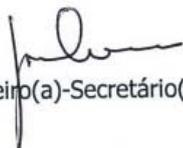
- Parecer do relator da CCJ, Deputado Prof. Reginaldo Veras, favorável à proposição, acatando a emenda de Plenário. **APROVADO** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).
- Votação da proposição em 1º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Joe Valle):

- Convoca os deputados para sessão extraordinária a realizar-se em seguida.
- Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

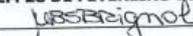

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Revisora:



Chefe do Setor:



(L/A/SN/ToF)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1	

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 2ª
(SEGUNDA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 2:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões de reais)”.

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado, em segundo turno, com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.322, de 2018, solicito a dispensa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2	

do interstício nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno e que dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.898, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito suplementar à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 349.000.000,00 (trezentos e quarenta e nove milhões de reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acabei de conversar com o Secretário da Casa Civil, Sr. Sérgio Sampaio, e está marcado para amanhã, às 11h, para receber os professores junto com o sindicato.

Agora, queríamos pedir a colaboração, já que está marcada a audiência, de que, pelo menos, eles desocupem a sala do Secretário. É o mínimo que podemos pedir. Atendendo a reivindicação desta Casa, já está marcado para amanhã, às 11h, o encontro com o Secretário da Casa Civil.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Item nº 3:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)”.

Aprovado em primeiro turno.

Foram apresentados destaques às Emendas nºs 1 a 7, de autoria do Deputado Delmasso.

Em discussão as emendas destacadas. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Delmasso para discutir.

DEPUTADO DELMASSO (Podemos. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, membros da imprensa, demais assessores, as

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	3

emendas destacadas, de minha autoria, foram objeto de rejeição na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Na realidade, essas emendas teriam sido acordadas, numa reunião do Colégio de Líderes, na segunda-feira retrasada. Eu não sei se o Deputado Chico Vigilante estava presente, mas todos os Líderes estavam presentes nessa reunião, Deputada Telma Rufino. V.Exa. estava presente, assim como o Deputado Julio Cesar. Nós entramos em um acordo, Deputado Joe Valle, V.Exa., que conduziu a reunião, e foram vetadas, em um projeto que foi aprovado no dia 15 de janeiro deste ano, algumas emendas modificativas que eu apresentei, referentes a contratação de algumas categorias. Foi acordado que eu manteria o veto e, em contrapartida, esta Casa aprovaria essas emendas, tendo em vista que eu não estava mexendo no valor nominal do projeto, mas, sim, fazendo um remanejamento, utilizando a reserva de contingência, e estabelecendo as nomeações de algumas carreiras.

No primeiro ponto, o Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças alegou que as emendas teriam problemas técnicos, tendo em vista que a reserva de contingência, na elaboração do Orçamento, tem de ser devolvida, com até 1%, para o Poder Executivo. Ontem, na discussão, eu lembrei que é na elaboração do Orçamento. Em nenhum momento, as normas de execução orçamentária; em nenhum momento, a Lei de Diretrizes Orçamentárias; em nenhum momento, a Lei Orgânica do Distrito Federal e, em nenhum momento, a Constituição da República Federativa do Brasil proíbe o remanejamento de reserva de contingência, principalmente para destinação de pagamento de pessoal.

Então, quero deixar claro que, do ponto de vista técnico, as emendas não têm nenhum óbice de inconstitucionalidade. Foi por isso que, em vez de elas serem inadmitidas, foram rejeitadas, considerando-se o mérito e não a sua constitucionalidade.

Outro ponto técnico também é que todas as emendas atendem aquilo, Deputada Luzia de Paula, que estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não existe aqui sequer uma previsão de contratação a mais daquilo que está previsto na LDO.

Portanto, a Emenda nº 1 destina-se à contratação de técnico em saúde de higiene bucal. Só para vocês terem uma ideia, o Distrito Federal só tem 27% de atendimento na área de saúde bucal da rede pública.

A Emenda nº 2 trata da contratação de cirurgiões-dentistas.

A Emenda nº 3 trata da nomeação de agentes penitenciários, que está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, Deputado Agaciel Maia, e que inclusive já foi anunciada pelo Governo do Distrito Federal, Deputado Chico Vigilante. A quantidade de contratação é de duzentos agentes penitenciários, prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias, aprovada nesta Casa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	4

A Emenda nº 4 trata da contratação de técnicos administrativos da Secretaria de Estado de Saúde, também anunciada pelo Governador do Distrito Federal.

Da mesma forma, os técnicos em nutrição, atendidos pela Emenda Aditiva nº 5. A Emenda nº 6 contempla os técnicos em radiologia.

Aprovando-se esse projeto, eu acredito que será atendida uma expectativa do governo, que é nomear os profissionais da área de saúde, Deputado Agaciel Maia. O Governador nos disse que a prioridade dele neste ano é abrir os leitos que estão fechados. São mais de seiscentos leitos fechados na rede pública de saúde do Distrito Federal. Além de nós atendermos essa expectativa, nós também vamos atender a expectativa para abertura de leitos de UTIs, Deputado Chico Vigilante. Não sei se V.Exa. sabe, como o Deputado Juarezão, que é da área da saúde, para cada quatro leitos de UTIs, é necessário que se tenha um dentista e um técnico de saúde bucal.

Então, eu queria pedir aos nobres amigos que estão aqui presentes, se for possível, que acatemos o destaque que eu fiz a esse projeto tendo em vista que não vai prejudicar em nada o projeto que foi aprovado pelo governo. Na realidade, nós estamos adicionando aquilo ao projeto do governo e não estamos mexendo no valor nominal que foi enviado pelo governo a esta Casa.

Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, mais uma vez, eu vou reclamar os acordos que são feitos nesta Casa. Lembro muito bem que, no Colégio de Líderes, ficou acertado e foi proposto pelo próprio Deputado Delmasso que se mantivesse o veto às emendas de S.Exa. e que se derrubasse o veto do Deputado Bispo Renato Andrade. No entanto, seriam apresentadas emendas pelo Deputado Delmasso – Deputado Delmasso, corrija-me se eu estiver errado – e as emendas de V.Exa. seriam acolhidas tanto na CEOF como em plenário. Então, houve um acordo e, em respeito ao acordo, eu vou me posicionar a favor da manifestação feita pelo Deputado Delmasso.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, as emendas apresentadas no dia 15 de janeiro não foram acordadas porque as emendas ao projeto acordadas – o Deputado Chico Vigilante e o Deputado Bispo Renato Andrade me procuraram na época – foram as emendas das escolas, duas emendas. Pela primeira, são feitas emendas não à LDO definindo a quantidade, mas carimbando no orçamento, obrigando o Executivo a fazer contratação especificamente dentro de uma competência do Executivo. É a mesma coisa de nós fazermos um concurso aqui e o Governador vir de lá e impor a quantidade de pessoas que a Câmara Legislativa tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	5	

que contratar para cada um dos cargos para os quais ela fez o concurso. Então, nós estamos subtraindo essa competência. Ora, o que acontece? No que diz respeito aos dentistas, pelos quais tenho admiração, nós temos quase seiscentos dentistas. Muitos deles, inclusive, nem estão trabalhando. Por que uma emenda agora para aumentar a quantidade de dentistas quando nós precisamos aumentar a quantidade de médicos? Então, existem algumas distorções.

O Deputado Delmaso tem razão na exposição, mas, do ponto vista prático, quando nós derrubamos um veto, como aconteceu com o Deputado Bispo Renato Andrade, volta para o Orçamento e não se obriga o governo, na realidade, a fazer aquelas contratações, porque contratações são prerrogativa dele. Então, fica no Orçamento, e o governo aguarda. Em vez de ajudar as categorias, prejudica, porque o governo não chama e, quando chega no final do ano, ele pega aquele saldo orçamentário decorrente daquela ação do Deputado e transforma tudo num bolo só do Orçamento.

Então, eu pediria ao Deputado Delmaso que, como houve esse entendimento, fosse lá no governo e dissesse: Governador, eu preciso que contrate. Provavelmente, quanto aos dentistas, ele não vai concordar, porque foram contratados no governo anterior quase seiscentos dentistas. Ele não vai concordar, porque há outras categorias que são mais prioritárias para o governo do que essa.

Eu queria fazer um apelo ao Plenário e ao Deputado Delmaso para que rejeitássemos os destaques. Eu poderia muito bem – o Deputado Delmaso tem um ótimo trânsito com o Governador – ir lá junto com S.Exa. e as categorias para defender as contratações, não engessando no Orçamento a solicitação feita por S.Exa. através desses destaques. Portanto, eu peço aos nobres Deputados que rejeitem a emenda. Assumo o compromisso de ir com o Deputado Delmaso e as demais categorias para defender a nomeação perante o Governador.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, o plenário já está esvaziando. Pelo jeito, nós só temos aqui, com o Deputado Chico Vigilante, treze Deputados. Daqui a pouco, o projeto não será votado. Vamos votar logo, porque esse povo está aqui desde duas horas. Vamos votar isso logo, pelo amor de Deus. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Acato o pedido da Deputada Telma Rufino.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	6

Nós votaremos as Emendas de nºs 1 a 7, do Deputado Delmasso, que foram destacadas. Eu gostaria de saber, Deputado Delmasso, se V.Exa. deseja votação nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Votação nominal. Os Deputados que forem favoráveis às Emendas nºs 1 a 7 devem votar “sim”; os contrários devem votar “não”.

Qual é a orientação do Líder do Governo?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – A orientação é pela rejeição das emendas.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, sua orientação é pelo voto “não”.

Deputado Delmasso, nós estamos aguardando sua orientação para as suas emendas destacadas.

DEPUTADO DELMASSO – “Sim”, para manter as emendas.

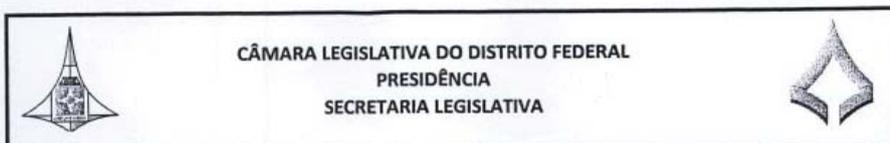
PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Sua orientação é “sim”, para manter as emendas. A orientação do Líder do Governo é “não”, para rejeitar as emendas.

Em votação.

Os Deputados que votarem “sim” estarão aprovando as emendas; os que votarem “não” estarão rejeitando-as.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)



PROJETO DE LEI Nº 1.899/2018

DATA: 28/02/2018

VOTAÇÃO DAS EMENDAS Nº 1 A 7, DESTACADAS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LEITE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB		1				
10	JULIO CESAR	PRB		1				
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS		1				
13	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
14	PROF. ISRAEL	PV		1				
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS		1				
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE *	PDT	1					
RESULTADO			8	8	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO EMENDAS APROVADAS	
8	VOTOS SIM
8	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA
Nº _____ / _____
Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	7	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 8 votos favoráveis, 8 votos contrários. Houve 8 ausências.

Estão aprovadas as emendas.

Foi apresentada uma emenda de segundo turno.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à emenda de segundo turno ao Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)”.

Sr. Presidente, essa é uma emenda apresentada mais ou menos na mesma linha do Deputado Delmasso; ou seja, nós estamos estabelecendo no Orçamento a quem e a quantidade, valor e centavos, que o governo tem que executar. Então, é uma subtração de uma prerrogativa do próprio Poder Executivo. Eu não vejo, do ponto de vista legal, como dar parecer favorável, mas eu posso ser superado pelo Plenário, a exemplo do que aconteceu.

Eu sou de parecer pela inadmissibilidade e rejeição da emenda da Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Deputado Agaciel Maia, só uma pergunta. Se é inadmissível, não cabe mais destaque, é terminativo. Se você rejeita a emenda, ela pode ser destacada e a gente traz ao plenário para voto.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A minha pergunta para o Relator e Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças é: o senhor faz a rejeição da emenda ou faz a inadmissibilidade?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Eu faço a inadmissibilidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Correto. Então, é considerada inadmissível. Não temos como fazer o destaque.

Em discussão o parecer.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, uma semana antes de cair esse viaduto, eu fiz um pronunciamento aqui do plenário sobre o Governador gastar 28 milhões com pardais inteligentes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	8	

Vinte e oito milhões! Quando passou uma semana, o viaduto caiu. Ontem, eu fiz uma fala sobre o sucateamento do Metrô DF, e hoje nós tivemos o trem descarrilhado. E essa emenda nossa garantia a contratação para servidores do Metrô.

É só isso que eu quero deixar registrado.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Nós estamos em processo de votação. Estamos votando todas as matérias, e o processo de votação tem o parecer das comissões etc. Estamos no ritmo de votação da Casa, só que há algumas dúvidas. No caso dessa aqui, implica não contratação. Então, nós temos que trabalhar para que não implique não contratação. Na realidade, eu entendi, Deputado Agaciel Maia, já vi o seu posicionamento: implica não direcionamento, que pode haver o acordo para a contratação. Está certo? Estou só esclarecendo...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Que há o compromisso de o governo chamar os servidores do Metrô, está certo. Apenas do ponto de vista técnico, eu sou obrigado – mesmo gostando muito da Deputada Celina Leão – a ser pela inadmissibilidade, com todo o protesto do Deputado Raimundo Ribeiro. Para infelicidade minha e para felicidade dele, eu tive que dar esse parecer hoje, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em segundo turno, o Projeto de Lei nº 1.899, de 2018. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.322, de 2018, solicito a dispensa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	9	

do interstício nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno e que dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.899, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R\$ 122.168.555,00 (cento e vinte e dois milhões, cento e sessenta e oito mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais)”.

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

Aprovado em 1º turno. Foi apresentada uma Emenda de Plenário de 2º turno. A CAS, a CEOF e a CCJ deverão se manifestar em plenário sobre a emenda.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda em questão.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda nº 2, Aditiva de 2º turno, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação da Emenda Aditiva nº2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	10	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda de 2º turno, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

Apesar de este Relator ser favorável a um projeto de decreto legislativo em vez de uma emenda ao projeto, e ao contrário do Plenário em algumas posições minhas, eu sempre acato a maioria. Portanto, sou de parecer favorável à emenda ao projeto nos termos apresentados.

É o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer sobre a matéria ou designe relator. (Pausa)

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Reginaldo Veras, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, enquanto a emenda não chega às minhas mãos para que eu possa fazer o devido parecer, é sempre importante fazer crítica. O que está sendo votado aqui tem duração de dez anos e vence hoje. Tem sido uma prática corriqueira o Estado, o governo mandar projeto para cá aos 45 minutos do segundo tempo, para a gente ter que votar coisa atropelada sem tempo hábil para fazer o devido debate e a devida análise. Mas vamos lá.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	11	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, é que existe uma emenda nossa de 2º turno e eu gostaria que V.Exa. também emitisse parecer sobre ela.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Só um minutinho.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É só para explicar para os nossos rodoviários o que nós fizemos. Além desse projeto que fizemos para garantir, nós estamos apresentando também essa emenda dentro do Fundo, um projeto quase idêntico, porque se questionarem vício de iniciativa também está nesse Projeto do Executivo e não terá nenhum problema para vocês. Essa é a emenda.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça referente às Emendas de 2º turno, de autoria de vários Deputados, ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

Considerando os aspectos atinentes à competência da Comissão de Constituição e Justiça, não se verifica óbice à aprovação das referidas emendas. É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre as emendas está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a Emenda nº 2, de segundo turno, somente sobre a Emenda nº 2, sobre a primeira a Relatora já emitiu o parecer.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, eu queria me informar, consta aqui Emenda Aditiva nº 3 de Plenário, de autoria da Deputada Celina Leão, do Deputado Raimundo Ribeiro e do Deputado Wellington Luiz, é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – É a Emenda nº 3, porque vem desde o primeiro turno.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à Emenda Aditiva nº 3 de Plenário ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	12	

“extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação, no mérito, da Emenda Aditiva nº 3, apresentada pela Deputada Celina Leão, pelo Deputado Raimundo Ribeiro e pelo Deputado Wellington Luiz.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva nº 3, apresentada pela Deputada Celina Leão, pelo Deputado Raimundo Ribeiro e pelo Deputado Wellington Luiz, ao Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, que “extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federal – FTPC/DF e dá outras providências”.

Apesar de eles estarem sempre votando contra mim, sou de parecer favorável à emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para lembrar ao Deputado Agaciel Maia que ele é muito ingrato. (Risos.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Continua em discussão.

Não mais havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	13	

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre emenda está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, em segundo turno. (Pausa.)

Vou fazer a votação pelo processo nominal, o Deputado Chico Vigilante tinha pedido que fosse feito pelo processo nominal.

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

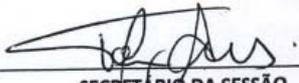
(Procede-se à votação nominal.)

	CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL PRESIDÊNCIA SECRETARIA LEGISLATIVA	
---	--	---

PROJETO DE LEI Nº 1.930/2018	DATA: 28/02/2018
AUTORIA: PODER EXECUTIVO	
TURNO: 1ª ()	2ª (X)
RED. FINAL (X)	

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CELINA LEÃO	PPS	1					
4	CHICO LETTE	REDE				1		
5	CHICO VIGILANTE	PT	1					
6	CLÁUDIO ABRANTES	SEM PARTIDO	1					
7	CRISTIANO ARAÚJO	PSD				1		
8	DELMASSO	PODEMOS	1					
9	JUAREZÃO	PSB	1					
10	JULIO CESAR	PRB	1					
11	LILIANE RORIZ	PTB				1		
12	LIRA	PHS	1					
13	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
14	PROF. ISRAEL	PV	1					
15	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
16	RAFAEL PRUDENTE	PMDB				1		
17	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
18	RICARDO VALE	PT	1					
19	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD				1		
21	TELMA RUFINO	PROS	1					
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	JOE VALLE	PDT	1					
RESULTADO			16	0	0	8	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
16	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
8	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
16	QUÓRUM VOTANTE


 SECRETÁRIA DA SESSÃO
 DEPUTADA TELMA RUFINO

SECRETARIA LEGISLATIVA Nº _____ / _____ Folha nº _____

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	14	

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a nossa *TV Web* está transmitindo. Acredito que deve haver umas seis pessoas assistindo, mas está transmitindo, é importante!

Eu acho importante ficar claro aqui para o pessoal da galeria que este projeto só está sendo votado porque a Oposição está aqui. (Palmas.) É preciso haver treze Deputados. Para qualquer projeto tramitar nesta Casa tem que haver treze Deputados em plenário, e o Governo não tem treze Deputados em plenário. A maioria dos Deputados que estão aqui são da Oposição.

Portanto, nós garantimos a tramitação dos três projetos: esse que trata do fundo e abre possibilidade para se resolver o problema das cooperativas, e os dois créditos.

Eu queria pedir ao Sr. Governador Rodrigo Rollemberg: rapaz, para de insultar a gente! Para de botar a culpa em quem não tem, porque você não tem base para votar os projetos! Somos nós que garantimos aqui a votação dos projetos.

Por último, Deputado Joe Valle, eu quero fazer um pedido também aos proprietários das cotas das cooperativas. Não é correto que a gente esteja fazendo um esforço tão grande para resolver o problema, e depois vocês venham a demitir trabalhadores. Portanto, que garantam o emprego desses trabalhadores também!

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só peço aos colegas que não saiam do plenário, porque o nosso projeto ainda não foi votado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com relação ao pronunciamento do Deputado Chico Vigilante, foi com essa preocupação de S.Exa., que é extremamente pertinente, que nós apresentamos uma emenda visando à garantia dos empregos dos companheiros, a qual, graças à sensibilidade dos Parlamentares, já foi votada e aprovada, justamente para que não haja nenhum problema.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	15	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo aos colegas, porque o meu horário já expirou há duas horas, e eu quero continuar votando.

Quero agradecer imensamente a todos os Deputados da Oposição, porque a gente vê nesse conjunto de 24 Parlamentares esse compromisso com a sociedade. Não se trata de ser Oposição ou Situação. Os projetos que nós votamos, na sua íntegra, são projetos que trazem grande benefício à sociedade.

Quero agradecer imensamente a V.Exa., Deputado Chico Vigilante, por estar sempre presente aqui conosco, nos ajudando a mudar, a cada momento, o rumo dos caminhos dessa sociedade, que precisa muito de nós.

Obrigada.

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero dizer a todos os trabalhadores das cooperativas que esta Casa, a Câmara Legislativa, sempre estará aberta para que vocês possam realmente reivindicar.

Na hora da votação, eu não queria saber se eu era Base ou Oposição; eu votei a favor de todos os trabalhadores, porque vocês merecem!

(Manifestações na galeria.)

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Gente, eu faço um apelo aos colegas. Nós não votamos, ainda, a legislação que vai garantir a manutenção dos empregos. Eu peço um minuto mais aos colegas.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.320, de 2018, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, para que dê como lida e aprovada a redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	16	

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.930, de 2018, de autoria do Poder Executivo, que "extingue o Fundo do Transporte Público Coletivo do Distrito Federa – FTPC/DF e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero agradecer aos Parlamentares que estiveram hoje aqui presentes para a votação.

Quero também lembrar – é lógico que sempre há um apelo – de fazer um agradecimento ao Governador Rodrigo Rollemberg por ter se proposto a mandar os projetos. É importante dizer isso. Nós votamos, a Câmara Legislativa tem sido atuante, tem feito a defesa, mas é bom ressaltar – a César o que é de César – que foi o Governo que mandou o projeto. Então, eu quero fazer um agradecimento também ao Governador Rodrigo Rollemberg e aos demais Deputados. É a conjunção do Executivo com o Legislativo que leva a essas soluções.

Portanto, eu quero parabenizar a Câmara Legislativa e quero também agradecer ao Governo, que se propôs hoje mesmo a encaminhar o projeto que resolve o problema das cooperativas.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. O projeto foi aprovado com 16 votos favoráveis e 8 ausências.

Houve um acordo no Colégio de Líderes, para que seja feita a apreciação de um projeto de lei, que faz parte desse conjunto, de autoria da Deputada Celina Leão, para que se garantam os empregos. Como houve acordo entre os Líderes, vamos colocá-lo em votação.

O acordo foi também para que as comissões emitissem parecer para votação no plenário.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	17

Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – A proposição não recebeu parecer das comissões – Comissão de Assuntos Sociais, Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e Comissão de Constituição e Justiça –, que deverão se manifestar neste momento.

Solicito à Presidente da Comissão de Assuntos Sociais, Deputada Luzia de Paula, que designe relator ou avoque a relatoria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, designo o Deputado Delmasso, porque eu não tive a oportunidade de fazer nenhuma leitura.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, deixa eu explicar, caso alguém tenha dúvidas sobre o texto.

O texto fala exclusivamente, Deputada Luzia de Paula, que as empresas que ganharem a licitação, ou temporariamente passarem a operar – que é o que pode acontecer – nos serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal ficam obrigadas a contratar os trabalhadores das operadoras que estavam prestando serviços na localidade.

É esse o texto, Deputada. Só isso!

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Deputada Luzia de Paula, é igualzinho quando se faz... Eu vou dar o exemplo da Secria, que quer mandar o povo embora para contratar os concursados. A empresa que entrar vai ter que permanecer com eles. É a mesma coisa.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	18	

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação, com a emenda modificativa de plenário, também da nobre Deputada Celina Leão, que dá ao art. 1º do Projeto de nº 1.931, de 2018, a seguinte redação:

"A lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte alteração:

Parágrafo 1º As empresas que ganharem a licitação, ou que temporariamente passarem a operar nos serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, ficam obrigadas a contratar os trabalhadores das operadoras que estavam prestando serviços na localidade."

Sr. Presidente, quero aqui parabenizar a nobre Deputada e louvar a iniciativa de manter, com a sua emenda, os trabalhadores que ali já estão prestando os seus serviços. Então, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto e da referida emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda e o projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, nós temos *quorum*?

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Avisaram-me que há 16 Deputados presentes.

Eram 16, agora são 13 Deputados.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Designo o Deputado Prof. Israel.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria: o projeto e a emenda. Lembro que foi um acordo do Plenário.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências", com a emenda.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	19	

Sr. Presidente, o parecer da CEOF é pela admissibilidade do projeto com a emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero deixar registrada a nossa boa vontade em votarmos um projeto que foi apresentado hoje pela Deputada Celina Leão, porque, às vezes, há muitos questionamentos de que o governo apresenta muito rápido.

Então, é apenas, Deputada Celina Leão, para gerar esse crédito com V.Exas. Nós estamos votando o projeto de V.Exa. e, quando chegar um do governo também muito urgente, que tenhamos esse mesmo discurso, essa mesma atenção.

Era isso, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está anotado, Deputado Agaciel Maia.

Na realidade, foi um acordo do Plenário. Houve um acordo do Plenário em função da urgência do projeto, do erro que o governo cometeu de passar seis meses para fazer isto: mandar no último dia um projeto para resolver a vida de mais de mil pessoas. Então, nesse sentido, pela urgência, foi colocado um projeto para que fosse votado, com acordo, em plenário, de todos os Deputados presentes.

Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda e o projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Solicito ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, avoco a relatoria.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria: o projeto e a emenda.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	17h45min	2ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	20	

integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências” e à emenda.

Sr. Presidente, considerando que há acordo, que é competência da CCJ, que não fere questões jurídicas e que a emenda é apenas de redação, o voto é pela admissibilidade do projeto e da emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer sobre o projeto e a emenda está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

De acordo com a apresentação do Requerimento nº 3.319, de 2018, convoco as Sras. e Srs. Deputados para sessão extraordinária com início imediato após esta sessão extraordinária para discussão e votação em segundo turno do item nº 1, Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

(Levanta-se a sessão às 18h34min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Joe Valle

SECRETARIA: Deputada Telma Rufino

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 18 horas e 34 minutos

TÉRMINO: 18 horas e 38 minutos

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Declara aberta a sessão.

L I D O
Em. 07/03/18

Secretaria Legislativa

2 ORDEM DO DIA

Observação: A ementa da proposição foi reproduzida de acordo com a Ordem do Dia disponibilizada pela Secretaria Legislativa/CLDF.

ITEM ÚNICO: Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências".

– Votação da proposição em 2º turno. **APROVADA** por votação em processo simbólico (13 deputados presentes).

– Apreciação da redação final. **APROVADA.**

↓

ATA SUCINTA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Revisora: Chefe do Setor: (L/A/SN/Tof)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



2

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Joe Valle):

– Declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

ATA SUCINTA DA 3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA, EM 28 DE FEVEREIRO DE 2018

Revisora: Chefe do Setor: (L/A/SN/ToF)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
28 02 2018	18h34min	3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 3ª
(TERCEIRA)
SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,
DE 28 DE FEVEREIRO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está aberta a sessão extraordinária.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido a Deputada Telma Rufino a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item nº 1:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que “altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências”.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, de acordo com a aprovação do Requerimento nº 3.320, de 2018, solicito a dispensa do interstício, nos termos do § 1º do art. 204 do Regimento Interno, e que dê como lida e aprovada a redação final.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28 02 2018	18h34min	3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	2	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Esta Presidência acata a solicitação de V.Exa.

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 1.931, de 2018, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 4.011, de 12 de setembro de 2007, que dispõe sobre os serviços de transporte público coletivo integrantes do Sistema de Transporte Público do Distrito Federal, instituído pela Lei Orgânica do Distrito Federal, e dá outras providências".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero parabenizar os rodoviários que estão aqui nesta tarde, quase noite. A gente sabe que muitos de vocês passaram o dia aqui até sem alimentação, para garantir o emprego de vocês.

Eu agradeço muito a esta Presidência, na pessoa do Deputado Joe Valle, e ao Deputado Wellington Luiz, ao Deputado Raimundo Ribeiro, já que os três são da Mesa, bem como aos Líderes que acataram todo esse gesto, porque, se um projeto desse fosse tramitar, demoraria um ano, e ele foi aprovado no plenário nesta tarde com a presença de 13 Deputados.

Agradeço aos 13 Deputados que nos ajudaram nesta tarde.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (PROS. Sem revisão da oradora.) – Olha só, gente, a Deputada Celina Leão não me agradeceu, mas eu me agradeço e agradeço a vocês e aos demais Deputados.

Vão com Deus, que Ele os abençoe.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Somente para registrar o processo, antes de ontem nos chegou esse problema na Casa, e hoje já estamos resolvendo – um problema que se arrastava há seis meses.

Então, estamos trabalhando nesse sentido.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
28	02	2018	18h34min	3ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA	
				3	

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu só estou fazendo essa questão de ordem aqui agora porque nós recebemos uma informação que está nos *blogs* da cidade, e com exclusividade saiu no *blog* do Mino Pedrosa. Mas é tão grave, tão grave a matéria, que isso será, inclusive, escopo de investigação da nossa CPI: é a possibilidade de a nossa Torre de TV ter risco de queda. Isso é tão grave, tão grave, tão grave, que eu não gostaria de encerrar os trabalhos de hoje em plenário sem que amanhã pudéssemos apurar e pedir oficialmente, por meio da Mesa Diretora, todos os documentos que chegaram ao jornalista Mino Pedrosa para que sejam investigados.

V.Exa. imagina se chega um documento desse, sai na mídia, como saiu, e esta Casa não toma providências?

Então, era somente para deixar isso registrado.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, lembro inclusive que há laudos que constataam isso que a Deputada Celina Leão está colocando. O fato é realmente muito grave. Ou seja, a situação se agrava cada vez mais com relação aos patrimônios de Brasília.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito agradecido, Deputado Wellington Luiz.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

Muito obrigado a todos.

(Levanta-se a sessão às 18h38min.)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA SUCINTA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
EM 1º DE MARÇO DE 2018**

SÚMULA

PRESIDÊNCIA: Deputado Wellington Luiz

LOCAL: Plenário da Câmara Legislativa do Distrito Federal

INÍCIO: 15 horas e 24 minutos

TÉRMINO: 19 horas e 31 minutos

Observação: A lista de presença está anexa à ata.

1 ABERTURA

Presidente (Deputado Wellington Luiz):

– Declara aberta a sessão.

2 COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA

Presidente (Deputado Wellington Luiz):

– Informa que, de acordo com o Requerimento nº 3.293, de 2018, de autoria dos Deputados Wellington Luiz, Celina Leão, Joe Valle e Raimundo Riberio, a sessão ordinária será transformada em comissão geral para debater a criação de parâmetros de viabilidade operacional do segmento de coleta e descarte de entulhos.

3 ENCERRAMENTO

Presidente (Deputado Wellington Luiz):

– Após concluída a comissão geral, agradece a presença de todos e declara encerrada a sessão.

Eu, Primeiro(a)-Secretário(a), nos termos do art. 128 do Regimento Interno, lavro a presente Ata.

Primeiro(a)-Secretário(a)

L I D O
Em. 01.03.18

Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 2018

Revisora: _____

Chefe do Setor: _____

(SF/TOF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



2

ANEXO I

LISTA DE PRESENÇA

ATA SUCINTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 2018

Revisora: _____

Chefe do Setor: _____

(SF/TOF)



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL



3



CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

LISTA DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

Sessão Ordinária: 11ª Data: 1º de março de 2018
 Transformada em Comissão Geral para debater a Criação de Parâmetros de Viabilidade Operacional do Segmento de Coleta e Descarte de Entulhos, consoante previsto no Requerimento nº 3.293, de 2018.
 Início: 15 horas 24 minutos Encerramento: 19 horas 31 minutos

DEPUTADOS - LEGENDAS		DEPUTADOS - LEGENDAS	
AGACIEL MAIA - PR	<i>[Signature]</i>	LIRA - PHS	<i>JUSTIFICAS - Novembro 13/18</i>
BISPO RENATO ANDRADE - PR	<i>[Signature]</i>	LUZIA DE PAULA - PSB	<i>[Signature]</i>
CELINA LEÃO - PPS	<i>[Signature]</i>	PROF. ISRAEL - PV	<i>[Signature]</i>
CHICO LEITE - REDE	<i>[Signature]</i>	PROF. REGINALDO VERAS - PDT	<i>[Signature]</i>
CHICO VIGILANTE - PT	<i>[Signature]</i>	RAFAEL PRUDENTE - PMDB	<i>[Signature]</i>
CLÁUDIO ABRANTES -	<i>[Signature]</i>	RAIMUNDO RIBEIRO - PPS	<i>[Signature]</i>
CRISTIANO ARAÚJO - PSD	<i>[Signature]</i>	RICARDO VALE - PT	<i>[Signature]</i>
DELMASSO - PODEMOS	<i>[Signature]</i>	ROBÉRIO NEGREIROS - PSDB	<i>[Signature]</i>
JOE VALLE - PDT	<i>[Signature]</i>	SANDRA FARAJ - SD	<i>[Signature]</i>
JUAREZÃO - PSB	<i>[Signature]</i>	TELMA RUFINO - PROS	<i>[Signature]</i>
JÚLIO CÉSAR - PRB	<i>[Signature]</i>	WASNY DE ROURE - PT	<i>[Signature]</i>
LILIANE RORIZ - PTB	<i>[Signature]</i>	WELLINGTON LUIZ - PMDB	<i>[Signature]</i>

[Signature]
 JOSÉ CLAUDIONOR DE ALCANTARA
 Matrícula nº 19.406
 Chefe da Divisão de Taquigrafia e Apoio ao Plenário

[Signature]
 MANOEL ALVARO DA COSTA
 Mat. 15.030
 Secretário da Secretaria Legislativa

ATA SUCINTA DA 11ª SESSÃO ORDINÁRIA, EM 1º DE MARÇO DE 2018

Revisora: _____ Chefe do Setor: *[Signature]* (SF/TOF)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	1		

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 11ª
(DÉCIMA PRIMEIRA)
SESSÃO ORDINÁRIA, TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL PARA
DEBATER A CRIAÇÃO DE PARÂMETROS DE VIABILIDADE OPERACIONAL
DO SEGMENTO DE COLETA E DESCARTE DE ENTULHOS,
DE 1 DE MARÇO DE 2018.**

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da apresentação do Requerimento nº 3.293, de 2018, de autoria dos Deputados Wellington Luiz, Celina Leão, Joe Valle e Raimundo Ribeiro, a sessão ordinária de hoje, quinta-feira, dia 1º de março de 2018, fica transformada em comissão geral, para debater a criação de parâmetros de viabilidade operacional dos segmentos de coleta e descarte de entulhos.

Declaro suspensa a presente comissão geral, convidando as Sras. e os Srs. Deputados, bem como todos os convidados a participarem desta comissão no plenário.

(Suspensa às 15h20min, a sessão é reaberta às 15h50min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Está reaberta a sessão.

Ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tenho a honra de declarar abertos os trabalhos desta comissão geral destinada a debater a criação de parâmetros de viabilidade operacional do segmento de coleta e descarte de entulhos.

Convido para tomar assento à Mesa o Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Wellington Luiz; o Deputado Federal Rôney Nemer, a Procuradora Especial da Mulher na Câmara Legislativa, Deputada Celina Leão; a Diretora da Agência de Fiscalização do DF – AGEFIS, Sra. Bruna Pinheiro; a Presidente do Serviço de Limpeza Urbana do DF – SLU, Sra. Heliana Kátia Tavares Campos; o Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA, Sr. José Walter Vasques Filho; a coordenadora da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, Sra. Adriana

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	2	

Moreira Dias, que aqui está representando o Secretário de Estado do Meio Ambiente, Sr. Igor Tokarski.

Continuarei a convidar a nossa extensão da Mesa, que fica aqui nessa primeira fileira, porque aqui já estamos com os lugares lotados. Portanto, convido o Subsecretário da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sr. Diego Lopes Bergamaschi; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF, Sr. Luis Carlos Botelho Ferreira.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de ser trocado pelo Sr. Luis, para que ele se sente no meu lugar e haja pelo menos um representante...

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Na hora da fala, faremos isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Eu posso trocar também, Sr. Presidente, porque tenho reunião no Gama e irei colocar alguém no meu lugar.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Então, você já quer fazer essa troca?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Quero.

Luis, sente-se aqui, porque vou apenas fazer uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Eu gostaria de chamar para, logo em seguida, compor a nossa Mesa, o Presidente do Codese e também da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF, Sr. Paulo Roberto Morais Muniz.

Paulo, você pode se sentar aqui e, logo em seguida, vir para a nossa Mesa.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz, para iniciar os nossos trabalhos.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, muito obrigado. Farei um breve cumprimento. Primeiro, agradeço a presença de todos e todas. É praxe nossa atender e receber muito bem todos que vêm a esta Casa. Costumo dizer que sou um Deputado de oposição, mas, quando os representantes do governo vêm até aqui, somente pela coragem acho que merecem todo o nosso respeito e é assim que a gente age. Da mesma forma, os trabalhadores aqui representados pelas entidades.

Sabemos que essa é uma discussão polêmica e que, com certeza, iremos divergir em muitos pontos. O que irá prevalecer é o respeito, tanto sob a Presidência do Deputado Joe Valle, quanto sob a minha. Quanto a isso, somos extremamente rigorosos. E, volto a dizer, vamos divergir muito aqui, mas sempre dentro do limite do respeito.

Então, agradeço, uma vez mais, a deferência de todos que aqui vieram para encontrar uma solução. Esse é o nosso papel, essa é a obrigação da Câmara

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	3	

Legislativa. Desde o primeiro momento em que o Deputado Joe Valle delegou a mim a responsabilidade de cuidar disso – nós assinamos juntos esse requerimento, eu, ele, a Deputada Celina Leão e o Deputado Raimundo Ribeiro –, o objetivo era exatamente, com a ajuda de vocês, especialistas, trazer soluções para que esta Casa possa fazer o seu papel. Pedimos desculpas àqueles que não puderem ser acomodados aqui na Mesa, o Diego, o Paulinho, em razão da limitação, mas se sintam como se estivessem aqui conosco. Todos terão direito à palavra, da mesma forma.

Devolvo a palavra ao Deputado Joe Valle.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Deputado Wellington Luiz.

Antes de passar a palavra à Deputada Celina Leão, informo que o pessoal do Cerimonial está recolhendo os pedidos de fala. Quem quiser falar é só levantar o braço, que um dos ajudantes aqui fará a anotação do pedido. Vamos seguir a ordem de inscrição para a chamada.

Concedo a palavra à Deputada Celina Leão.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, inicialmente, quero cumprimentar o Deputado Federal Rôney Nemer; a Diretora da Agência de Fiscalização do DF – Agefis, Sra. Bruna Pinheiro; a Presidente do SLU – Serviço de Limpeza Urbana do DF, Sra. Heliana Kátia Tavares Campos; o Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA, Sr. José Walter Vasques Filho; a coordenadora da Subsecretaria de Assuntos Estratégicos, Sra. Adriana Moreira Dias; na extensão da Mesa, o Subsecretário da Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Sr. Diego Lopes Bergamaschi; o Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do DF, querido Luis Carlos Botelho Ferreira; o Presidente da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF, também querido amigo Paulo Roberto Morais Muniz, e, em nome desses dois queridos colegas, cumprimento o restante do público que aqui se encontra.

Quero parabenizar o nosso Presidente, Deputado Joe Valle, e o nosso Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz, pela realização deste evento. Fiz questão de passar nesta reunião, Deputado Wellington Luiz, porque a gente está sempre muito junto da comunidade e eu tive a oportunidade de ir à Estrutural na semana passada. Estive lá por duas vezes e quero fazer algumas observações, até porque existem pessoas aqui do governo que estão fazendo essa transição no fechamento do Lixão.

Eu sei que muitos temas serão discutidos nesta audiência pública, mas eu queria abordar um tema somente. Estive na Estrutural no sábado, Deputado Joe Valle, e é chocante o que as pessoas estão vivendo naquela cidade. Elas estão literalmente passando fome! É algo desesperador o que se vê e vive naquela cidade. Não sei se o governo não está dando conta de alcançar as famílias que viviam do lixo, se há uma possibilidade de ingressá-las em um programa do governo... Eu estive na creche da Tia Lili, e a situação é de miserabilidade!

E isso não ocorre só no Lixão. Recebemos, na semana passada, algumas cooperativas, e há uma reclamação da parte delas, que estão no Centro de Triagem,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	4	

Deputado Joe Valle, em relação à diminuição do número de caminhões que têm ido àquele centro. Alguns centros, Deputado Rôney Nemer, que recebiam três, quatro caminhões para triagem, recebem um, dois.

Recebemos uma denúncia, que também trago nesta tarde. Estamos pedindo, inclusive, toda a documentação, e acho que esta audiência é o momento adequado de fazer esse registro.

O aterro sanitário teria que receber esse lixo já com a triagem feita, o que não tem acontecido. Temos filmagem, fotos de lixo que tem sido recebido como se fosse rejeito, mas é o lixo que vem diretamente da casa das pessoas e está sendo recebido lá no aterro sanitário, sem nenhum tipo de triagem. Os catadores estão reclamando que não há possibilidade de trabalhar com esse lixo que vai direto para o aterro sanitário, chamado lixo doméstico, e está sendo depositado diretamente nesse aterro, sem nenhuma triagem. Estou pedindo informações ao SLU, para saber quanto custa isso, se com rejeito custa mais, se não custa, para que a gente possa tomar as devidas providências. Mas, eu queria puxar aqui muito mesmo para o lado social, se há algo diferente nessa questão de fiscalização, de improbidade ou não. Isso vai decorrer com essa fiscalização que nós estamos fazendo. Mas o que eu acho que é mais importante dizer nesta tarde aqui é que nessa transição toda que está acontecendo há muitas famílias perdendo a condição de sobrevivência, e muitas pessoas que também estão nessas cooperativas, nos centros de triagens, tem sofrido uma penalização gravíssima pelo número de cargas que tem diminuído nesses centros.

Eram essas as informações que eu queria trazer, Sr. Presidente. Um assessor nosso vai assistir a audiência como um todo. Eu não vou poder ficar para ouvir a resposta sobre essas observações que fiz e para poder entender por que o aterro sanitário está recebendo lixo que não poderia receber. Eu gostaria de uma resposta sobre essa pergunta especificamente aqui da Dra. Kátia. Gostaria de saber também quanto se paga pelo rejeito, quanto se paga por esse lixo doméstico, por essas toneladas. Mas, há gente nossa que ficará aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente. Vou ter que ir ao Gama.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigada, Deputada Celina Leão. Eu já a convido para, amanhã de manhã, participar conosco da nossa audiência pública que começará às 9h.

Quero consultar o Deputado Chico Vigilante se quer fazer uso da palavra.
(Pausa.)

Ok. Então, eu vou começar colocando algumas inscrições – é uma prática nossa primeiro ouvir o público, depois passar a palavra para a Mesa. Vamos fazer duas ou três inserções de quem está aqui na Comissão. Depois, voltaremos à Mesa para dar prosseguimento às falas.

Peço ao pessoal que faça as colocações sempre buscando um prazo de cinco minutos para que possamos dar oportunidade para todos falarem.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	5	

Muito agradecido.

Eu quero agradecer também a presença do Deputado Rôney Nemer, que também está aqui representando o Movimento Nacional dos Catadores. Bem-vindo Roney.

Concedo a palavra ao Sr. Anderson.

SR. ANDERSON – Agradeço a todo mundo aqui da Mesa, Sr. Presidente, Deputado Joe Valle; em especial ao Deputado Wellington Luiz e ao Deputado Rôney Nemer; aos demais Deputados; ao assessor parlamentar André Rizzo e ao chefe de gabinete João Monteiro; à Presidente da Agefis, Bruna Pinheiro; à Presidente do SLU, Kátia Tavares; ao Subsecretário de Infraestrutura e Serviços Públicos, Diego Bergamaschi; ao Secretário de Estado do Meio Ambiente; ao representante da Adasa e a todos os todos os empresários, funcionários e entulheiros do Distrito Federal aqui presentes.

Primeiramente, é importante destacar o ato de coragem deste governo ao fechar o maior lixão a céu aberto da América Latina. Gostaríamos de esclarecer a todos os presentes sobre os últimos acontecimentos que nos trouxeram a esta audiência pública.

No dia 15 de janeiro deste ano, fomos surpreendidos com o panfleto distribuído pelo SLU aos motoristas dentro do aterro, com diversas informações que trouxeram verdadeiro pânico a nossa empresa. Nós geramos empregos, renda e somos contribuintes diretos do governo através do pagamento dos impostos.

Fomos informados que, dentro de cinco dias, o Lixão ia ser fechado por nove dias, que nesse período não haveria descarte de RCC e que, após a reabertura, o descarte seria feito somente após pagamento de boleto bancário.

Senhores, como avisar algo tão importante que geraria um impacto tão forte dentro da sociedade num prazo de cinco dias? Onde esse material seria descartado dentro do período de nove dias, pois Brasília não iria parar de produzir resíduos? Como pagar antecipadamente o descarte, se não podemos prever o total de toneladas descartadas?

Entre outras questões, nos motivaram a pedir uma ajuda ao Sr. Diego da SINESP, que é o presidente do CORG, que prontamente provocou uma reunião com os empresários de transporte de RCC e diversos representantes do governo. Fizemos uma série de questionamentos mostrando a inviabilidade dessa operação. Nossos pedidos ao governo não foram atendidos, inclusive foi levantado pela diretoria do SLU, Sra. Kátia, que o governo não tem a responsabilidade com resíduos da construção civil e que – palavras ditas pela Diretora – o resíduo da construção teria que ser responsabilidade das empresas. O que temos hoje são medidas que, fossem aceitas... Afirmou que iria proibir o tráfego de caminhões de entulho em todo o Distrito Federal durante aqueles dias. Diante dessas afirmações, não tivemos alternativa a não ser pedir amparo aos representantes do povo para podermos ter o nosso direito garantido.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião		Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA		6

Vou pontuar brevemente os problemas vivenciados pela categoria e as nossas reivindicações.

A cobrança por tonelada, conforme a resolução da Adasa, é totalmente inviável, pois não temos como prever a quantidade de entulho que será depositada antes de fazer a pesagem. Precisamos cobrar antes de recolher as taxas. Como faremos isso antes da pesagem? Corremos o risco de cobrar acima ou abaixo do valor descartado.

Além disso, nossos motoristas não estão conseguindo fazer a mesma quantidade de viagens que faziam anteriormente ao fechamento do Lixão, por causa das filas geradas pelas balanças. A exemplo, a minha empresa fazia seis viagens por caminhão. Hoje, ela faz três viagens. Ou seja, em trinta dias da reabertura do Lixão, não conseguimos descartar todo o entulho acumulado no período. Pedimos para a Adasa que refaça a resolução e coloque a cobrança por contêiner.

Outro problema vivenciado por todos os transportadores é a adequação dos equipamentos para o dia 15 de março, pois, como estamos no período de chuva, estamos com dificuldade de fazer o transbordo dos contêineres. Não conseguiremos, nesse prazo estipulado pelo SLU, realizar todas as adequações exigidas, por isso solicitamos a prorrogação por mais 120 dias.

Outra questão fundamental que temos que destacar é a importância da fiscalização sobre o descarte irregular, pois tememos que, com a cobrança do descarte, muitos geradores poderão preferir o descarte irregular, colocando em risco a vida de muitas empresas que trabalham corretamente.

Assim, precisamos muito da eficiência da Agefis, pois, caso ela continue da mesma forma, seremos obrigados a fechar nossas empresas.

Também nós temos...

A tonelada é cobrada aqui em Brasília e em São Paulo. Hoje, se a gente comparar, em Goiânia está R\$54,00 (cinquenta e quatro reais) por contêiner, mas a visibilidade de Goiânia para Brasília, o resíduo daqui é muito maior do que o de lá.

A gente colocou uma tarifa, se colocar por contêiner, a R\$40,00 (quarenta reais), pela quantidade de caçambas que a gente coloca dentro do aterro, quantidade de caminhões, a gente vai arrecadar, R\$1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais) para o GDF e ele não vai precisar reembolsar mais o resíduo do RCC.

É isso, gente, o que a gente mais está pedindo. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok. Obrigado.

Registro e agradeço a presença do Deputado Prof. Reginaldo Veras.

Passaremos a palavra para mais duas pessoas e voltaremos à Mesa.

Passamos a palavra à Sra. Larissa Dutra, advogada da Colix, por cinco minutos.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	7		

SRA. LARISSA DUTRA – Boa tarde a todos os presentes.

Boa tarde, Sr. Presidente Deputado Joe Valle; Sr. Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz; assessor parlamentar André Rizzo. Muito obrigada por esta oportunidade de estarmos aqui. Boa tarde ao chefe de gabinete João Monteiro.

Gostaria de agradecer, em especial, ao Deputado Rôney Nemer.

Cumprimento todos os presentes da Mesa.

Como já esclarecido pelo Anderson, o SLU está tentando fugir da responsabilidade que é repassada para ele na resolução da Adasa. A Adasa soltou a Resolução nº 14, em 2016. Esta prevê ao prestador de serviço público o preço que ele irá cobrar e as condições em que ele irá trabalhar dentro da Unidade de Recebimento de Entulho – URE. Ocorre que foi imposto aos transportadores da construção civil, de RCC, que eles se adequassem para começar o descarte; no entanto, dentro da resolução existem requisitos mínimos que o SLU deve oferecer para que se inicie a cobrança da prestação de serviços. E isso não está acontecendo. O art. 14 dessa resolução prevê que o aterro na URE deve conter balanças rodoviárias. Lá somente existem duas balanças rodoviárias. Foi instalada agora uma terceira, mas essa balança não é rodoviária e só cabe um tipo de caminhão em cima dela. Então, isso tem causado grandes filas, grandes transtornos, e está sendo praticamente impossível trabalhar dentro da URE.

Os transportadores estão vivenciando grandes problemas para conseguirem fazer esses descartes e estão tendo dificuldade com o fechamento do Lixão por nove dias. Houve uma grande quantidade de resíduos represados, que ainda não foram descartados totalmente. E agora, no dia 15 de março, o SLU soltou um informativo de que ele vai começar as cobranças. Como o SLU vai começar as cobranças sem ter se adequado para isso? Sem cumprir também outro requisito que a Adasa colocou no art. 14, que é dispor vias de acesso sinalizadas e adequadas para o tráfego dos veículos transportadores? Os transportadores sofrem diariamente com caminhões quebrados, pneus furados, porque o acesso ao local é inviável, não tem sinalização. Ao lado do Lixão está se formando uma nova favela. Esses catadores que estão morando ao lado do Lixão estão ameaçando os motoristas, danificando os caminhões, porque eles querem subir no caminhão para recolher o resíduo que está lá em cima. Então, não existe segurança para os motoristas chegarem ao local.

A Resolução da Adasa possui preços distintos para o lixo segregado e para o resíduo não segregado. Acontece que, após serem descartados, esses resíduos vão para o mesmo lugar. Não existe um local separado para cada tipo de resíduo; então ele é descartado no mesmo local. E, na resolução da Adasa, o outro requisito é possuir áreas distintas para disposição do lixo segregado e do não segregado. Então, por que se cobrar um preço diferente, sendo que os resíduos são descartados no mesmo local?

Diante de tudo o que expomos, estamos percebendo que o SLU está querendo utilizar a parte da resolução que lhe é favorável, esquecendo que, dentro da resolução, para iniciar as cobranças, é necessário, no mínimo, oferecer um número mínimo de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	8	

requisitos para a dignidade dos transportadores. Assim, é muito fácil para o SLU somente querer cobrar dos transportadores a taxa de descarte; porém, não se preocupa com sua obrigação mínima de dar segurança e acesso ao local.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado.

Nessa primeira rodada, por último, concedo a palavra ao Roney Alves da Silva, representando o Movimento Nacional de Catadores, por cinco minutos. E depois passaremos para as respostas da Mesa.

SR. RONEY ALVES DA SILVA – Boa tarde a todos e a todas. Meu nome é Roney, faço parte do Movimento Nacional de Catadores. Eu queria agradecer ao Presidente da Casa e agradecer especialmente ao Deputado Wellington Luiz, que abriu essa oportunidade.

Eu, como catador de material reciclável, vejo os companheiros que são coletores de entulho como irmãos na limpeza desta cidade. Infelizmente, existe uma grande mentira sendo veiculada aqui em Brasília de que o Lixão da Estrutural fechou.

Isso é uma grande mentira. O governo passado deixou praticamente o aterro sanitário pronto. O que era necessário? Era necessário implantar um sistema que tratasse os resíduos para que fosse o mínimo e material para o aterro sanitário e ele pudesse ter a maior vida útil possível. Isso não aconteceu. Infelizmente, o Governo do Distrito Federal não fez aquilo que era necessário para o Lixão da Estrutural ser fechado. Por isso, mais de 2 mil pais de família, catadores e catadoras, estão passando grandes necessidades. O Governo do Distrito Federal acha que uma pessoa pode sobreviver com 300 reais por mês aqui na Capital do País, acha que os coletores de entulho são ricos, milionários, para poderem pagar essa fortuna que estão cobrando.

Na realidade, o Governo do Distrito Federal tinha que ter implantado um sistema de tratamento com a construção de doze unidades de triagem. Eu não estou falando de uma reforma do galpão na Estrutural, de um galpão lá no Setor P Sul, onde já existiam e existem catadores trabalhando. Estou falando de doze unidades de triagem em todo o Distrito Federal para que existissem locais adequados a fim de que os catadores trabalhassem.

Como é que foi feito? Vai ter eleição neste ano, alugaram quatro galpões, empurraram o povo pra lá de qualquer jeito, colocaram as esteiras de uma forma que não se pode viabilizar... Elas estão lá paradas. Por quê? Porque não funcionam, porque não existe viabilidade econômica, viabilidade de fluxo, do jeito que as esteiras estão colocadas lá. E o pior é que o que mais chega dentro desses galpões é lixo hospitalar, rejeitos e todo tipo de porcaria. Alguns dias atrás, mais de trezentos catadores foram à sede do SLU pedir uma coleta seletiva de fato. Para quê? Para que a gente pudesse ter condição de vida.

O fato é que hoje os coletores de entulho estão passando, sim, dificuldades, principalmente com segurança. Não descredito o que está acontecendo porque é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	9	

verdade. Na hora do desespero, meu amigo, eu preciso alimentar meu filho, eu preciso alimentar minha filha, eu vivo da reciclagem e me proibiram de entrar no Lixão – o Lixão está funcionando, lá se enterram 6 mil toneladas de resíduos da construção civil todos os dias – para recolher meu material reciclável, eu vou fazer o quê? A metade disso está indo para a rua, Asa Norte, Asa Sul, Plano Piloto, catador para todo canto. E a outra metade está fazendo o quê? Subindo nos caminhões, no desespero total, para conseguir alguma coisa para comer naquele dia. Infelizmente, nós estamos vivendo uma mazela social e ambiental no Distrito Federal, com a falta de competência que houve para fechar o Lixão da Estrutural. A única coisa que está acontecendo é em atendimento a um contrato para enterrar 2.600 toneladas de resíduo doméstico no aterro sanitário de Samambaia.

Eu estou falando que foi assinado um contrato para enterrar 2.600 toneladas de resíduo doméstico diariamente. Vocês sabem o que é isso? Isso é todo o lixo doméstico do Distrito Federal. Aquilo que a Deputada acabou de falar aqui é uma grande verdade. Estão enterrando milhares de toneladas de material reciclável no aterro de Samambaia. Enquanto um recebe resíduo doméstico, o outro recebe o quê? Entulho.

Mas é verdade. O Lixão da Estrutural continua aberto, e a única coisa que este governo conseguiu fazer foi utilizar o aterro que tinha sido contratado para construção, que já estava quase pronto para ser operado. A única coisa que precisava era implantar as ATTR – Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos – para que houvesse um local adequado para receber o resíduo da construção civil. Nenhuma saiu do papel.

Inclusive, eu conheço companheiros da Associação das Empresas Coletoras de Entulhos e Similares do Distrito Federal – ASCOLES/DF que estão há mais de dez anos lutando para licenciar uma ATTR, mais de dez anos para operarem uma ATTR, porque eles sabem aquilo que poderiam trazer de volta como produto para base, para a sub-base. Mas nada! O governo não olhou para esse pessoal e os tratou como se não fossem nada.

Muito obrigado pela oportunidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Obrigado, Roney.

Consulto os Deputados Chico Vigilante e Rôney Nemer se querem falar agora.
(Pausa.)

Concedo a palavra à Sra. Bruna Pinheiro, da AGEFIS – Agência de Fiscalização do Distrito Federal.

SRA. BRUNA PINHEIRO – Boa tarde a todos e a todas. Cumprimento a Mesa. Cumprimento todos os representantes das diversas categorias que nós temos aqui. Agradeço a oportunidade de poder estar aqui falando um pouco do trabalho que o governo e a agência de fiscalização têm feito, em especial, para finalizar este processo tão dolorido na nossa cidade, que era o funcionamento do Lixão da Estrutural.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	10	

Vou falar especificamente com relação à fiscalização. Depois que a Kátia falar e esclarecer os procedimentos, se eu puder falar novamente e se eu tiver alguma coisa para complementar com relação aos procedimentos, eu falarei.

Com relação à fiscalização, eu fico bem feliz de ver que a manifestação com relação a ela é para que seja mais efetiva, mais dura, mais austera dentro do processo. Esse é realmente o nosso objetivo. Nós estamos empenhados neste foco, nesse caminho de não mais permitir o descarte irregular de qualquer tipo de resíduo, quer seja da construção civil, quer seja qualquer outro tipo de resíduo descartado irregularmente na nossa cidade.

Nós temos mapeados hoje no Distrito Federal trezentos pontos de descarte irregular. A maior parte deles é de resíduos da construção civil. Não só da construção civil, mas a maior parte, mais de 80%, é de descarte irregular de resíduos da construção civil. O governo entendeu que precisava ser muito mais duro para conseguir coibir esse tipo de infração, que é seriíssima, gravíssima para nossa cidade.

Foi aprovada aqui nesta Casa em 2011, a Lei de Descarte e Resíduos da Construção Civil. Esta lei estabeleceu uma série de penalidade bem duras, só que essas penalidades não poderiam ser aplicadas pela Agefis, apenas por um órgão inserido no SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente.

Tão logo o Governador teve ciência dessa situação, publicou um decreto inserindo a Agefis no Sisnama e, no mesmo dia em que houve o fechamento do Lixão, a gente começou a aplicar a penalidade de apreensão dos caminhões, das carroças, das bicicletas e dos carros, enfim, de qualquer tipo de veículo que fosse pego descartando irregularmente resíduo da construção civil.

Nós fomos inicialmente para esses pontos de maior descarte irregular. Pelo jeito, alguns acharam que não estávamos falando sério e, no primeiro final de semana, nós fizemos a apreensão de quatro caminhões. A partir desse primeiro final de semana, a situação mudou drasticamente. Nós continuamos com uma fiscalização muito intensa, mas já não temos mais pego esse tipo de descarte irregular da mesma maneira que era feita: à luz do dia, na frente de qualquer um.

Por diversas vezes, nós multávamos ou o caminhão ou o carro – porque isso, muitas vezes, é feito com carro, com veículos particulares – e a multa simplesmente não era paga. Aquele infrator era inscrito em dívida ativa, mas, pelo jeito, também não tinha necessidade de ter uma certidão negativa para nenhum tipo de negócio com o governo – e ficava por isso mesmo. Muitas vezes, a fiscalização era ridicularizada até no local.

A partir desse tipo de procedimento, a gente viu que a situação mudou, e, se o que vocês estão esperando da fiscalização é uma fiscalização mais efetiva, esse compromisso eu posso assumir aqui. Nós vamos fazer uma fiscalização muito mais efetiva, muito mais dura.

Algumas ações foram feitas emergencialmente naquele momento em que nós tínhamos acabado de receber a atribuição, mas, agora, aproximadamente um mês

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	11	

depois, nós já conseguimos nos organizar, inclusive, em áreas que a gente não tinha ainda dentro do mapeamento, pois a tendência é as pessoas tentarem sair daquele círculo onde já, por exemplo, são conhecidas. Uma grande ajuda que a gente conquistou nesse processo foi a compra de um drone para a Agefis também. Com o drone, fica muito mais fácil pegar o infrator porque, na maioria das vezes, o infrator não está enxergando a fiscalização que está ali observando. Esse foi o caso desses caminhões apreendidos. A informação do descarte veio através do drone.

Então, se é fiscalização mais efetiva que vocês estão exigindo, eu posso dizer, sem sombra de dúvida, que vocês vão ter essa fiscalização mais efetiva não só para o segmento de caçamba, mas também para os outros tipos de veículos que fazem o descarte regular de lixo e entulho em todo o Distrito Federal. Carroceiros, bicicletas, carros, veículos particulares, qualquer um que descartar irregularmente e for pego pela fiscalização vai ser apreendido. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Ok, Bruna. Eu queria também agradecer a presença de Ruyter Thuin, Vice-Presidente do Sinduscon, que acaba de chegar.

Concedo a palavra agora ao Diretor da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do DF – ADASA, Sr. José Walter Vasques Filho.

SR. JOSÉ WALTER VASQUES FILHO – Boa tarde. Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer o convite formulado à Adasa. Registro que a Adasa não é um órgão do governo. A Adasa é um órgão do Estado. Mais do que isso, a minha própria presença na direção da Adasa é uma prova disso. Eu não fui nomeado pelo Exmo. Sr. Governador Rollemberg e lá nós fazemos parte de um colegiado que toma as decisões.

Eu gostaria de cumprimentar o Presidente da Casa, Deputado Joe Valle; o Vice-Presidente, Deputado Wellington Luiz; meu amigo Deputado Chico Vigilante; nosso Deputado Federal Rôney Nemer; e a Sra. Bruna, em nome de quem, eu cumprimento todos os presentes da Mesa e da plateia.

Eu acho que nada substitui o diálogo. Não existe forma mais fácil de se construir o melhor do que dialogando. Está na hora de o Estado começar a dar o exemplo. O Estado é um cobrador muito forte, mas tem se pautado por cobrar da cidadania aquilo que ele não faz. E eu acho que o maior dos exemplos que a gente tem são os grandes geradores, em que o Estado cria um prazo para a iniciativa privada diferente do prazo para ele mesmo, o que é, no mínimo, estranho. Ser empreendedor nesta cidade é coisa para gente forte, porque nós vivemos numa cidade jovem, planejada e extremamente complexa principalmente na questão espacial.

Com relação ao tema em si, nós já recebemos lá na Adasa tanto o Deputado Rôney quanto o Deputado Wellington Luiz e deixamos bem claro que a nossa função é ampliar os sistemas de pagamento. Eu acho que quanto mais a gente der alternativas... Eu venho do setor elétrico e até hoje eu vejo como esse setor está atrasado. Eu trabalhei há 25 anos numa distribuidora de energia elétrica na Catalunha

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	12	

onde se tinha 25 opções tarifárias. Há 25 anos, e hoje nós continuamos tendo uma só aqui. O que a telefonia já evoluiu, o transporte já evoluiu...

Então, a questão da forma de cobrar eu acho que é uma questão de diálogo. É uma questão de buscar alternativas, se é por *container*, se é por tonelada, nós vamos ter uma audiência pública para rediscutir esse assunto. A Adasa está reabrindo a discussão a pedido desta Casa. Nós vamos reabrir essa discussão. Acho que essa discussão precisa ponderar o lado das dificuldades que tem o SLU, e as dificuldades que tem o próprio sistema de segurança da cidade. Nós não podemos aceitar que se inicie. A Adasa acabou de notificar o SLU, em função de que nós precisamos ter as condições básicas.

A gente tem criticado muito a privatização das rodovias. A primeira coisa que o sujeito faz é o posto de pedágio. Ele não duplicou, não fez uma melhoria, mas o pedágio ele já quer cobrar. Então, eu acho o seguinte: nós precisamos abrir um diálogo. O SLU tem sido gerenciado por sua diretoria de forma extremamente profissional e competente. São pessoas nas quais eu acredito muito. E acredito mais: podemos abrir esse diálogo, inclusive em relação ao prazo.

Enquanto não tivermos as condições para que o empreendedor preste o seu serviço de forma que não prejudique a sua atividade, seja na disponibilidade de tempo para ele estar lá, nas vias seguras para ele trafegar, no sistema de segurança para que ele tenha possibilidade de ir e vir sem grandes riscos, a mensagem da Adasa é simples: nós precisamos dialogar.

Existe uma forma de melhorar o sistema de cobrança, e mais: a questão do prazo é infralegal, porque é feita por resolução da própria diretoria do SLU. Eu acredito que a diretoria do SLU, com a sensibilidade que tem, com o compromisso que tem de transformar – transformação difícil, porque é muito mais fácil olhar as coisas que deixaram de ser feitas, do que as coisas que foram feitas –, é importante que o Estado só cobre do cidadão depois que ele fez a sua parte, e não o contrário.

Nós servidores públicos – eu tenho 44 anos de trabalho, dos quais 30 foram no governo, eu trabalhei na construção civil também – temos que entender que nós temos que trabalhar para o cidadão, e não o contrário. O Estado geralmente se posiciona de forma um pouco diferente.

PRESIDENTE (DEPUTADO JOE VALLE) – Muito obrigado, José Walter, pelas boas palavras.

Concedo a palavra à Sra. Presidente do Serviço de Limpeza Urbana do DF – SLU, Heliana Kátia Tavares Campos.

Antes, porém, solicito ao Vice-Presidente Deputado Wellington Luiz que tome posicionamento aqui na Mesa, pois eu preciso dar uma pequena saída. Após a Sra. Heliana Kátia, eu farei uso da palavra, e precisarei sair da Mesa para falar da tribuna.

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Muito boa tarde a todos e a todas. Cumprimento o nosso Presidente Deputado Joe Valle, o nosso Vice-Presidente

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	13	

Deputado Wellington Luiz. Cumprimento toda a Mesa, os colegas aqui, os representantes das entidades responsáveis pelos transportes dos resíduos da construção civil.

Eu gostaria de agradecer principalmente ao Deputado Joe Valle e ao Deputado Wellington Luiz a oportunidade desta comissão geral. Para nós é muito, muito importante, darmos visibilidade neste espaço. Desde o governo passado está criado um grupo que se chama Comitê Gestor de Resíduos da Construção Civil, que ficou sediado na Secretaria de Meio Ambiente e funcionou durante quatro anos.

Então, tudo o que aconteceu até aqui, todas as leis foram discutidas neste espaço. A gente sabe das dificuldades que um segmento tem para discutir com toda a categoria. Muitas vezes uma pessoa vai para uma reunião, dizendo que está representando os transportadores de resíduos da construção civil, mas não tem o tempo nem a oportunidade de realmente, quando vir à reunião, trazer a posição do setor.

Então, quando nós ouvimos já por mais de uma, duas, três, quatro, cinco vezes, que foram surpreendidos, a gente fica surpreso, porque o comitê foi criado para discutir o tema, ficou mais de quatro anos discutindo esse tema. Eu lembro que, no governo passado, eu fui a reuniões desse comitê fazer uma discussão sobre a reciclagem dentro da construção civil. Eu só queria deixar bem claro que essa é uma discussão antiga, transparente, mensal, com os transportadores, os órgãos de governo e os órgãos ambientalistas.

Eu queria dizer ao Deputado Wellington Luiz e ao Presidente Joe Valle que fico pensando sobre o papel desta Casa, que é fazer leis. Quanto melhores elas forem, melhor será para a população do Distrito Federal, que vê um órgão como o SLU cumprindo as leis. A Lei nº 4.704, de 2011, aprovada nesta Casa, fala no seu art. 22: são responsáveis pela gestão dos resíduos da construção civil e resíduos volumosos os geradores de resíduos da construção civil, pelos resíduos das atividades de construção, reforma, reparo e demolição, bem como por aqueles resultantes dos serviços preliminares de remoção de vegetação e escavação de solo.

Nos diversos diálogos com segmentos foi dito que o papel do SLU – há uma lei também criada por esta Casa, a Lei nº 5.275 de 2013 – é fazer a coleta dos resíduos domiciliares e assemelhados, e a limpeza urbana. Nós não podemos fazer tratamento de resíduos do serviço de saúde, e fazíamos. Não estamos fazendo mais. Hoje é responsabilidade da Secretaria de Saúde, do IML. O SLU faz o edital e é ressarcido pelos órgãos responsáveis. O SLU não é responsável por grandes geradores. Tem uma lei nacional e uma lei distrital. Não fazemos mais, os grandes geradores estão fazendo. O SLU não é responsável pelos resíduos da construção civil. Não estamos fazendo mais.

Então, eu queria dizer ao Deputado que o papel do SLU é cumprir as leis que esta Casa faz de forma democrática, discutindo com segmentos, a favor do povo do Distrito Federal. Se eu faço uma reforma no meu apartamento, na minha casa, e

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	14	

contrato uma caçamba, o mínimo que eu tenho que fazer é pagar pela minha reforma. Se determinada pessoa que está morando há cinquenta anos em uma casa não tem dinheiro para fazer uma reforma, trocar um vaso sanitário, ela não vai pagar a reforma do meu apartamento.

A lei criada por esta Casa diz “quando é responsabilidade da população do DF”. O que é responsabilidade da população do DF? O lixo que cada um gera na sua casa, qualquer habitação. Você pode gerar 5 quilos, você pode gerar 200 quilos. Não importa, o SLU vai lá e coleta porque você paga imposto, o SLU vai te atender. A gente entende, e de forma muito cidadã esta Casa aqui aprovou, que é colocando quem é responsável pelo quê. Isso nada mais é do que atender a política nacional de resíduos sólidos. Já se dizia isso desde 2010, esta Casa acolheu e dividiu o papel direitinho.

Quem vai gastar o dinheiro público? A maior parte do dinheiro do SLU é imposto da população. Um outro pouquinho é a taxa de limpeza urbana. Nós temos que gastar o dinheiro do SLU com aquilo que beneficia 100% da população. Eu não posso pegar o resíduo de um comércio grande, de um supermercado grande, de um restaurante grande e dividir essa despesa com o povo do Distrito Federal, porque a lei fala assim, e temos que cumprir assim. Se eu fizer diferente, estou desrespeitando a lei que foi feita por esta Casa, e estou desrespeitando um princípio básico que é o princípio do poluidor pagador.

Se estou poluindo ao reformar a minha casa, se estou gerando entulho, eu sou responsável por pagar o que estou gerando. Uma pessoa que não reformou nada, que não fez nada, não tem que pagar. Se estou construindo um prédio de vinte andares, eu vou gerar entulho. Esse recurso para pagar a geração do entulho tem que estar no preço do apartamento. Quando você vende um apartamento, você fala: gastei tanto com areia, com cimento, com engenheiro.

(Manifestação da galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Bom, o meu colega aqui do lado já falou. Desculpem, eu estou tentando responder as questões que foram colocadas aqui. Felizmente vocês podem ter uma certeza: quando terminar esta gestão, estaremos cumprindo fielmente as leis que esta Casa determinou.

Outra coisa muito importante que a minha colega Bruna falou aqui é a questão da dengue, chikungunya. É um problema gravíssimo a questão da saúde pública. Então, para nós, quanto mais fizermos cumprir a lei... Se a lei existe, o SLU fizer a parte dele, mas a Agefis não fizer a parte dela, infelizmente nós vamos ter pessoas jogando entulho nas ruas. E vai ficar muito mais caro para o Poder Público, porque a pessoa joga o entulho e o SLU tem que ir lá com o caminhão, pago com recurso público, pegar, transportar e destinar. Então, por isso, é fundamental o trabalho em conjunto com o SLU.

Para responder aqui ao meu colega José Walter e a todos que estão aqui, eu já fiz, eu pessoalmente, o próprio SLU, a Bruna, o governo, inúmeras reuniões com o segmento; então, não há que se falar em abrir o diálogo, há que se falar em manter

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	15	

o diálogo, porque o diálogo está aberto há mais de quatro anos, com o CORC – Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos – e com a sociedade. Quando se publica uma lei, quando se publica um decreto, qualquer pessoa que trabalha com aquele assunto deve ter a responsabilidade de ler. Eu não posso dizer: eu matei alguém porque eu não sabia que não podia matar. Se eu trabalho numa área, num setor, eu preciso conhecer as leis que estão naquele setor e o que eu tenho direito de fazer.

O SLU está construindo todo aquele suporte com dinheiro público, pondo mais balança, infraestrutura...

(Apupos na galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Não estou ouvindo. Desculpe, eu não consigo, não estou ouvindo.

E vamos continuar melhorando lá porque para nós é interessante que tenhamos um local onde as pessoas possam depositar os seus resíduos.

(Apupos na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Já concluiu, Doutora? (Pausa.)

Muito obrigado, Dra. Heliana.

Vou passar a palavra agora ao nosso Presidente, Deputado Joe Valle.

Estou acompanhando bem esse processo, Deputado Joe Valle, e o pessoal tem reclamado. De fato, o SLU e a Agefis têm conversado, o problema é que eles conversam, mas, na prática, não ouvem as pessoas. Então, conversam, conversam, mas, com relação àquelas sugestões que foram propostas com o objetivo de melhorar, segundo os setores, até agora efetivamente nada foi ouvido por eles. Essas pessoas que estão na rua são as que realmente conhecem. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Concedo a palavra ao nosso Presidente, Deputado Joe Valle.

DEPUTADO JOE VALLE – Boa tarde a todos.

Eu queria colocar claramente que, só para darmos uma organizada para sairmos com um resultado bem prático desta reunião, a Câmara, sempre que solicitada, atende à solicitação do cidadão e este é o nosso papel: dar vez e voz para todos, independentemente de cargo, de onde se está ou não. Então, a Câmara está dando vez e voz a todos os segmentos da sociedade.

E nesse sentido, especialmente, se a lei que foi feita nesta Casa causa algum problema para a população, a gente muda a lei, porque a lei não é divina, a lei é dos homens e ela é feita para melhorar a vida das pessoas. (Palmas.) E, quando você faz isso – apesar de toda discussão que nós fazemos aqui no plenário, com os Deputados, com todos os segmentos, com toda a diversidade que nós temos, a gente ouve, é obrigação nossa, é da democracia fazer isso –, quando a gente vai para o chão da

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	16	

fábrica, onde as coisas efetivamente acontecem, muitas coisas podem dar errado e a gente refaz. Eu acho que a inteligência está exatamente nisso porque a lei deve estar a serviço da sociedade, o Estado tem que estar a serviço da sociedade e a gente consegue praticar democracia buscando consenso, democracia não é unanimidade, ela parte do dissenso e, com tolerância e diálogo, se chega no consenso.

Então, o que nós estamos buscando aqui... Eu quero mais uma vez, como nosso Vice-Presidente falou... o Deputado Wellington Luiz tem atendido a todas as demandas, tem sido um excelente companheiro e parceiro, mais uma vez quero agradecer publicamente V.Exa. pelo trabalho que tem feito junto com a nossa Mesa Diretora...

Eu falei, elogiei e S.Exa. desligou o meu microfone. (Risos.)

Esclarecendo esse processo, a ideia é sairmos daqui com um encaminhamento concreto. Da forma como está não dá ficar. Temos uma data de corte-limite que está deixando todo mundo de cabelo em pé, que é o dia 15 de março. Então, que possamos sair daqui com um encaminhamento.

Eu entendo plenamente a questão do SLU, da Agefis e, até pela efetividade dos seus gestores, a gente sente muito na carne isso, porque eles são efetivos. Botou para fazer, eles vão lá e fazem. Mas esse é um problema em que nós precisamos recuar para que possamos, como disse também o nosso Vice-Presidente, ouvir, escutar, processar e agir.

Então, o pedido que a gente faz aqui da Casa para o SLU, para a Agefis, visto que a Adasa já se colocou claramente à disposição para reabrir ou continuar com o diálogo, mas um diálogo efetivo, de mudança, de se fazer audiência pública, novamente escutar as pessoas e mudar a resolução... Esta Casa é aberta em todos os momentos para, inclusive, fazermos alterações nas leis. Aí cabe, no nosso entendimento, ao Executivo esse entendimento e essa correia de transmissão para trazer a esta Casa o que está acontecendo na ponta para fazermos as alterações necessárias.

As pessoas falam muito de leis, mas as leis são os homens que fazem. Se fosse Deus, a gente não conseguiria mudar, mas são os homens. Então a gente pode mudar claramente. As mulheres também, que são muito mais efetivas e eficazes do que os homens; por isso que vocês duas estão fazendo o maior sucesso.

Eu quero pedir, então, a vocês que tenham essa ideia de ouvir a população, ouvir as pessoas, entender o que elas estão fazendo. Eu vi já o nosso amigo Botelho, do SINDUSCON – Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, falar muitas vezes – e é verdade – que nós estamos vivendo quase que numa cidade proibida para um empreendedor, um Estado que sufoca o empreendedor. Nós estamos numa outra fase, de mudar isso, mudar essa matriz de pensamento, porque nós precisamos do empreendedor, precisamos do setor produtivo para sobreviver. (Palmas.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	17	

Logicamente, na democracia quando se institui Estado, é para regular a relação entre as pessoas, não é para matar as relações. Então, essa é uma lógica clara que a Câmara vai defender até o fim.

Eu vou voltar para atender o pessoal da saúde lá do Varjão, que está aqui embaixo, porque na Câmara há essa dinâmica. Os Deputados estão todos atendendo demandas dos seus representados aqui e em todos os lugares do Distrito Federal, com audiências públicas, comissões gerais, sessões solenes. A Câmara funciona quase que 24 horas por dia, com as pessoas vindo aqui, tendo vez e voz para falar, e a gente tenta ser o mais efetivo possível.

Amanhã de manhã haverá uma audiência pública aqui na Casa sobre a situação dos catadores que foi levantada aqui. Muitas vezes, nós tomamos como gestores uma decisão, que é correta a princípio quando a gente lê a letra fria do papel e da lei, e lá na ponta está morrendo gente; e a gente não consegue perceber, porque a gente fica distante. Toda vez que o governo se distancia da população achando que é melhor ou sabe mais, comete erros, erros graves, muito graves. E a resposta disso é a rua, é o povo que vai falar e fala.

Então, se a gente insiste nessa maneira de ser e fazer acima de tudo e de todos, continua morrendo gente, e a resposta da rua é de que não está recebendo o serviço do governo, apesar de eu achar que estou sendo eficiente e de os indicadores de gestão estarem dando que eu sou eficiente. Mas o indicador do Estado, do governo e dos governos desses soluços mandatários, que não têm planejamento de longo prazo – todo mundo que chega quer inventar regra, quer deixar sua marca, seu carimbo e seu legado –, tem que ser a felicidade das pessoas, não pode ser número no papel. (Palmas.) Logicamente, o planejamento dos nossos gestores no papel é importante porque gera custo, mas eu acredito que nós precisamos de governos que cuidem das pessoas. Basta de governo que cuida da obra, ou que nem cuida da obra e nem cuida das pessoas!

Então, nós precisamos desse governo. Esta Casa tem feito o possível e o impossível para cuidar das pessoas, tanto que recebemos todos e todas e damos vez e voz para que possamos debater, dialogar com tolerância, a fim de se chegar a um consenso. Portanto, praticando a democracia.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Presidente, Deputado Joe Valle. Parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero dar ênfase ao que o Presidente Deputado Joe Valle colocou com relação ao encaminhamento. Ao final, nós não podemos sair daqui sem um encaminhamento. Eu acho que é para isso que nós viemos aqui. Esse é o principal objetivo.

Eu quero convidar o Deputado Federal, Rôney Nemer, para fazer uso da palavra. Em seguida, eu vou convidar mais alguns representantes do setor produtivo para que comecem a fazer uso da palavra também.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	18	

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Antes, Sr. Presidente, eu queria fazer uma proposta. Eu estou vendo aqui a Mesa representada por tudo mundo. Temos aqui os membros do governo, o setor produtivo, tem aqui o pessoal da ASCOLES – Associação das Empresas Coletoras de Entulhos do Distrito Federal, mas não tem o catador. Eu gostaria de chamar o meu xará Rôney, para vir se sentar no meu lugar, e eu vou me sentar no lugar dele. Eu falo de lá.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Parabéns, Deputado Rôney Nemer. Eu só poderia esperar de V.Exa. um gesto de grandeza como esse. Acolho imediatamente a proposta de V.Exa.

Seja bem-vindo à Mesa, o outro Rôney.

DEPUTADO RÔNEY NEMER – Boa tarde a todos e a todas.

Eu quero aqui cumprimentar toda a Mesa, de uma forma geral, para ser mais objetivo no prazo. Todos: amigos, parceiros, colegas de trabalho.

Queria cumprimentar os Deputados, e, mais uma vez, agradecer, Deputado Wellington Luiz, porque vocês dizem que eu sou o Deputado Federal mais distrital que existe. Esta semana, eu estive aqui na segunda, terça, quarta, e hoje, quinta-feira. Amanhã, provavelmente, eu estarei aqui também na audiência pública dos catadores. Na verdade, lá embaixo, o tempo de trabalho é outro. Mas tudo bem.

Eu queria aqui começar dizendo o seguinte: o Deputado Wellington Luiz é um parceiro. Coincidentemente, eu recebi essa demanda quando começou a operação. Logo que começou a operação, havia desencontros. E é normal, é normal! Porque é uma coisa que a gente bola no papel.

Eu fui o Relator dessa matéria aqui, na Casa, desse projeto que a Kátia apresentou. Ela falou dessa lei e eu fui o Relator dela. Mas, uma coisa é o que a gente vivencia na escrita; outra, é como vai acontecer na prática. E não há problema nenhum em que tenha havido erro. O importante é agir para o bem da sociedade. Houve erro? Vamos adequar.

Como disse o Presidente desta Casa, Deputado Joe Valle...

Aliás, eu queria agradecer ao Deputado Joe Valle também, que tem sido um Presidente aberto a todos, porque eu venho muito aqui, e, muitas vezes, as pessoas ficam dizendo que eu estou com saudades, que quero voltar, e tal, mas não tem problema. É porque aqui pulsa Brasília.

Eu sou Deputado Federal lá, mas também tenho que participar dos trabalhos de Brasília. Assim que começou a operação, eles me ligaram dizendo que os caminhões estavam sendo parados, porque só podem colocar o contêiner no DR tal. Mas, quando houve a reunião, disseram que poderia ser em qualquer DR. Liguei, para a Bruna, e ela falou que havia algum erro na linha, mas disse que iria resolver. E resolveu! Depois, foram para uma operação lá, na Estrutural. Aí dizem que vai ter polícia, mas um pouquinho de policiais de nada, Deputado Wellington Luiz. Pouquinha gente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	19	

A população da Estrutural, que ali se estabeleceu muito em função daquele lixão, começa a ficar revoltada. Porque é aquilo que foi dito aqui, pelo meu xará: muita gente viu a sua renda diminuir absurdamente, fome batendo dentro de casa onde antes não tinha. E tenho certeza de que muitas famílias sustentavam os seus filhos em faculdade, em universidades, com o dinheiro que faziam naquele lixão. Muitos, muitos, dão dignidade à sua família com essa renda. De repente, veio essa realidade mudando tudo.

Eu não estou aqui querendo dizer se foi certo ou errado, não. Aí começa a criar um clima de confronto, entre algumas pessoas da Estrutural e os caminhões que estão lá parados, com os motoristas. Começa-se a gerar um clima pesado. Então, nós acionamos o governo e o Secretário Sérgio Sampaio, a quem eu queria agradecer, de público, pela forma como ele trabalha.

É impressionante a capacidade de gestão que ele tem. E, por incrível que pareça: ele tem capacidade de gestão. E todo mundo diz que este governo peca porque a marca dele é a falta de gestão. Mas o Secretário da Casa Civil... A gente tem que dar honra a quem tem honra. O Sérgio efetivamente nos ajudou muito. Fomos lá, ele marcou e, no mesmo dia, nos recebeu com os representantes da Ascoles. Ele ligou, para o Presidente do SLU, e pediu para baixar os horários: mudar de 8h, para as 18h; a fim de ficar de 7h às 19h.

Mas aí o que acontece, Kátia, é o que eu estava falando com a Bruna: é porque, muitas vezes... eu já fui Secretário de várias pastas, eu sou servidor, com muito orgulho, e estou Deputado Federal.

Muitas vezes, a gente fala uma coisa, mas o servidor tem dificuldade de apreender, e, lá na ponta, a coisa não acontece da mesma forma. E começou a dar problema o negócio do horário.

Eram duas balanças. Era para ser três balanças, mas havia duas. Só que não funcionavam porque o funcionário que, no início da operação, deveria ter chegado às 6h, chegou às 9h. Então, só tinha uma balança funcionando.

Fica aquele... Quer dizer, as empresas...

Nós estamos passando uma dificuldade financeira tremenda neste País. O desemprego bate à porta de todas as famílias. Quem fazia oito, sete viagens, começou a fazer duas, três por dia. E o entulho fica ali.

Qual é o normal? É a pessoa falar: "Ah, já não está vindo buscar, então, eu vou contratar aquele ali, que pega a carroça e joga em qualquer lugar". E eles mesmos pediram ao Sérgio: "A gente quer que a Agefis aja, que não deixem fazer a coisa errada". Eles pediram.

Não, não vamos...

Todos que fazem errado! Não é só carroça, não! Tem gente que bota, no carro próprio e joga fora também.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	20	

O carroceiro também, coitado, tem que ter uma estação de transbordo para ele poder jogar, porque ele tem família para sustentar. É, uai? Temos que pensar na família. Não podemos pensar só em um segmento. Temos que pensar em todos. Onde tem uma família que precisa ser alimentada... porque o carroceiro está ali sobrevivendo também. Então, aconteceu isso.

Aí o Sérgio conversou, e a operação não andava. Aí o CORC – Comitê Gestor do Plano Integrado de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil e Volumosos.... Tinha uma reunião do Corc e me convidaram. Nós fomos: eu e o Deputado Wellington Luiz. Ficamos lá. Em princípio, era assim: é só falar, vamos falar mesmo e tal, não sei o quê. Nós pedimos: "Tem que falar todo mundo."

A Bruna disse: "Roney, nas reuniões a que eu fui, do Corc, deixaram". E realmente...

O nome do moço é Sérgio, da Secretaria de Obras? O Diego. Ele foi *top*. Eu até te falei: "ele é top e tal". Mas, Diego, nada aconteceu.

Nós combinamos naquele dia. Ligamos, para o Presidente da Adasa, porque queríamos uma audiência pública. Ficamos de ir lá. O Presidente me retornou. Retornou, para você, marcando um horário, no outro dia. Cadê que apareceu? Ninguém apareceu. Só nós e a Adasa.

O José Walter, que nos recebeu com carinho...

José, eu queria agradecer a você e a todos os funcionários da Adasa que estão aqui, porque nos receberam com carinho. Mas nós falamos: "Cadê o povo do Corc? Cadê o SLU que tinha de estar aqui?". Porque o que nós queríamos era resolver. Fomos à Adasa porque disseram que não podia mudar a forma de cobrança. E a Adasa disse: "Pode, sim, se fizer audiência pública".

Então, eu entendo, Deputado Wellington Luiz, que essa coisa de o governo sempre dizer: "Não, não." Calma, vamos conversar. Tudo é mutável. Por que as coisas têm que ser estanques: "Oh, daqui não vamos mudar mais?". Por que tem que se cobrar por peso e, não, por unidade, se vários lugares do País cobram por unidade? Por que não pode? (Palmas.)

Porque o SLU tem uma empresa lá. E aí, Kátia – eu acho que foi o seu adjunto –, ele falou e mandou com muita propriedade. Eu não me lembro o nome dele, não é Deputado Wellington? Ele falou superbem. Ele disse assim: "Não. Porque já tem uma empresa lá que, em caráter emergencial, está recebendo por peso, então, a gente tem que pesar para poder pagar." Mas, em caráter emergencial, não houve a licitação. Então, se fez um acordo para ela trabalhar emergencialmente cobrando por peso, pode-se fazer também cobrando por unidade, porque, se isso não fosse legal, os outros estados não estariam fazendo.

Portanto, o que queremos buscar? E aí é muito importante isso porque nós estamos aqui, com o Dr. Luis Carlos, a quem eu queria cumprimentar, que representa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	21	

o setor produtivo, porque eles é que geram o entulho e eles é que vão pagar, mas eles perguntam: "Ah, mas nós vamos pagar que valor?"

Aí o cara vai lá, pesa e volta para cobrar? Para dizer quanto foi? Tudo isso vai ser difícil. O setor produtivo, principalmente da construção civil, que era quem mais empregava, era um dos segmentos que mais empregavam, hoje em dia, não emprega quase ninguém. A violência está batendo à porta das pessoas por conta do desemprego.

Antigamente cada empresário tinha 2 mil, 3 mil. Hoje em dia, não tem mais. Há vários empresários do ramo da construção civil indo para fora de Brasília, porque, para aprovar um projeto, é uma dificuldade, uma burocracia.

E não é culpa só deste governo, não. É coisa que já vem há muito tempo.

Porque vão achar que um arquiteto ou um engenheiro que consiga aprovar um projeto ou um alvará de construção em seis meses, é porque tem rolo na história. É mentira.

Eu sou arquiteto. A Bruna é arquiteta. Com três meses, tem-se condição de analisar um projeto, por mais complexo que ele seja, fazer as exigências e dar o alvará. Tem que se acabar com essa cultura de que aquele que age rápido é por propina. Não existe isso. Tem que se parar com isso. Os técnicos têm que ser efetivos no governo.

Eu falo porque eu já ocupei esses cargos. A gente não pode penalizar o setor produtivo mais ainda, o setor da construção civil. Então, por que não achar uma conta, achar um entendimento em que todos ganham?

O governo ganha porque não vai ter mais poluição, e o governo representa a sociedade. Nós, Parlamentares, da mesma forma, ficamos tranquilos, ninguém nos procura. O setor produtivo da construção civil também ganha porque vai ter o lugar definitivo para onde jogar.

As pessoas da Ascoles ganham também, porque terão o seu garantido; aquele outro que faz obra em casa, porque, às vezes, o contêiner não vai lá e é o carroceiro mesmo. E não adianta a gente achar que o carroceiro vai evaporar, gente, não vai. Mas ele pode ter uma estação de transbordo. Não sei qual o nome que se dá agora. Na época em que eu fiz isso, era estação de transbordo. É o papa-entulho? Está bom, mas que ele possa saber que ele pode ir lá e jogar... porque ele precisa ganhar o dinheirinho dele também. O que não pode é ter uma concorrência predatória em que ele vai jogar errado, cobrar mais barato, prejudicar as pessoas que têm o caminhão. Então, é todo um segmento, é uma cadeia produtiva. E o governo tem que prestar atenção nisso.

Aí eu estou indo a uma reunião em Ceilândia, e o Paulo de Tarso me liga, num sábado ou num domingo, foi no fim de semana, e diz: "Estamos todos aqui em casa. Vem para cá". Passei lá rapidamente e fui para o Sol Nascente. Ligamos para o Deputado Wellington Luiz e pedimos que ele os recebesse aqui de novo. Aí, o Colégio de Líderes nos recebe e marca essa audiência pública.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	22	

Isso é o que a gente queria, só a boa vontade do governo de entender que o prazo pode ser adiado. O governo quer cobrar a todo o custo? Eu acredito que o governo queira que funcione bem. É lógico que cobrar é legal, mas tem que cobrar na hora certa, da forma certa, o valor justo para não gerar mais desemprego, porque o desemprego prejudica é o governo, em todos os segmentos.

Então, se não dá agora... Aí o representante da SLU disse o seguinte: "Não, nós podemos chegar até seis balanças.". Para que botar seis balanças? Faz audiência pública aqui, a Adasa decide que pode cobrar por unidade, gastou dinheiro à toa para colocar essas balanças. Então, por que a gente não agiliza isso?

Precisamos pedir ao Governador, esse é o pedido principal desta audiência, que o preço seja razoável, mas, principalmente, que o governo entenda – e o Deputado Wellington Luiz já mandou para lá um ofício da Casa, da Câmara Legislativa – esse outro encaminhamento, para fazermos uma audiência pública, a fim de que isso possa ser postergado por uns 120 dias, até que a gente tenha tudo isso mensurado, adaptado. Quem ganha com isso são os moradores de Brasília inteira, que terão uma cidade menos poluída, são vocês que coletam isso para jogar fora, são os da Ascoles, são os catadores, os carroceiros, toda a sociedade ganha, porque esse é o nosso objetivo aqui: resolver esse problema, porque nós não queremos mais desemprego. Aumentou o desemprego, aumenta a violência e ninguém aguenta mais violência.

O que nós queremos é que, efetivamente, as famílias tenham tranquilidade, tenham paz de espírito para criarem os seus filhos com qualidade para serem no futuro pessoas melhores do que somos hoje.

Um abraço a todos! Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer. Parabéns pelo pronunciamento. Sempre muito preciso.

Até para estender a nossa Mesa, em respeito ao nosso amigo e companheiro, uma pessoa por quem temos muita consideração, convidado o Dr. Paulo Roberto Morais Muniz para que faça uso da palavra.

Lembrando que essa é uma extensão da Mesa e, em seguida, chamaremos o Sr. Diego Lopes Bergamaschi.

Cumprimento o meu amigo Ruyter, prazer tê-lo conosco: Os heróis da resistência.

SR. PAULO ROBERTO MORAIS MUNIZ – Boa tarde a todos e a todas, boa tarde Sr. Presidente, Deputado Wellington Luiz, parabenizo pela iniciativa, cumprimentando V.Exa. cumprimento toda a Mesa. Realmente foi dito aqui as dificuldades pelas quais a construção civil vem passando há longo tempo, não apenas nesse governo. Aliás, temos que colocar que até esse governo vem buscando soluções para a construção civil. É realmente um pouco mais demorado, mas a gente precisa ser justo em relação a isso.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	23	

Inclusive, Deputado, quero aproveitar a oportunidade de estar nesta Casa e fazer um pedido encarecido, porque nós precisamos urgentemente aprovar o nosso Código de Obras e aprovar a LUOS, que não atende apenas a construção civil, mas atende a toda população do Distrito Federal.

Eu acho que é um legado que esta Casa vai deixar, esta gestão vai deixar, não podemos perder esta oportunidade. Nós da construção formal precisamos inclusive separar a construção formal da informalidade.

Sempre tenho tido a oportunidade de falar sobre isso. Quero sempre salientar que nós da construção formal precisamos tirar certidões todo dia, temos que aprovar os nossos projetos, tirar o nosso habite-se, temos sempre tido uma dificuldade muito grande, como foi colocado aqui pelo Deputado Rôney Nemer. Tivemos casos em que levamos três anos para aprovar um projeto, levamos três anos para tirar um habite-se. Isso é uma coisa absurda em qualquer lugar do mundo!

Então, nós que temos vivido essas dificuldades vemos um paralelo em Brasília da construção informal. E mesmo nós, da construção formal, temos tido problemas quando esses resíduos são retirados da nossa obra. Recentemente, vimos ali no Noroeste uma obra da própria Novacap em que o resíduo estava sendo depositado em lugar errado. Portanto, até somos vítimas desse problema porque, a partir do momento em que esse caminhão sai da nossa obra, perdemos o controle. E é isso que eu queria também salientar.

Nós temos nos preocupado muito em trabalhar com as nossas construções, tive oportunidade de mostrar um pouco do projeto da nossa nova sede lá na ADEMI – Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do DF, já faz dois anos que nós a inauguramos, depois de mais de trinta anos fazendo casa própria para as pessoas, agora nós, da entidade, temos casa própria. Lá nós aplicamos todos os conceitos modernos de construção, uma construção sustentável, nós temos lá a Certificação AQUA excelente. Desde o início do projeto até a sua concepção, trabalhamos no regime *Dye Construction*, que significa fazer uma obra planejada, gerando o menor resíduo possível. Inclusive tive oportunidade de mostrar em um evento lá no Crea em que a Dr. Kátia estava presente, o que a construção vem fazendo para diminuir o resíduo. Nós ouvimos falar, há coisa de quinze anos, vinte anos, de que, na construção civil, se perdia 25% de um prédio. Isso não acontece mais, até porque nós não resistimos se tivermos essa perda. Então, nós temos trabalhado muito nos nossos projetos para fazer uma coisa mais racional e gerar menos resíduo.

Mas eu vejo também, ao mesmo tempo, que nós temos um problema que foi colocado aqui e que, para mim, é crucial. Foi muito importante ouvir o José Walter falar sobre essa flexibilização que a Adasa está dando – parabéns à Adasa –, acho que isso é fundamental. Por mais que venhamos discutindo há muitos anos, infelizmente nós não conseguimos chegar a um consenso, infelizmente o próprio governo não conseguiu viabilizar as ATTRs – Áreas de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos. Nós tivemos duas licitações este ano desertas, porque a Terracap estipulou um preço absurdo, isso inviabiliza o processo! Nós fizemos estudos – não é, João? –

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	24	

mostrando à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos – SINESP e ao próprio governo que era impossível qualquer pessoa operar uma ATTR com os custos que a Terracap estava... Agora fui informado aqui de que os valores vão ser diferentes, tomara que agora consigamos viabilizar essas ATTRs, para mim, no meu modo de ver, o ponto principal para podermos reciclar.

Nós também fizemos uma gestão na Sinesp, porque a construção civil, estou aqui falando de obra pública, mas trabalhamos mais com obra privada na Ademi, não contempla o reaproveitamento desses resíduos nas planilhas de obra pública. Isso precisa ser feito urgentemente, senão, onde serão reciclados e utilizados? Isso tem que ser equacionado.

Como foi bem colocado aqui pelo Deputado Rôney Nemer, nós realmente precisamos de um prazo maior, concordo com a Presidente do SLU que estamos discutindo isso há muito tempo, mas talvez, por incompetência de todos nós, não tenhamos chegado a um consenso, precisamos de um pouco mais de prazo para termos esse consenso. Sinto que a Adasa foi extremamente flexível nisso.

O aterro da forma que vai ser feito agora... nós estamos pagando para aterrar o Lixão. Eu acho que não é por aí que tem que acontecer. Nós da construção civil vamos pagar para poderem aterrar o Lixão? Não. Acho que temos que passar a pagar a partir do momento em que esses resíduos forem reciclados. Enquanto estivermos só fazendo o aterro, não temos que pagar nada. Nós estamos é ajudando a resolver o problema do Lixão. (Palmas.)

Outro problema... desculpe-me discordar do senhor, Deputado Rôney Nemer, mas nós não podemos tratar apenas por volume. Nós precisamos realmente que seja pesado, porque só assim podemos monitorar os nossos resíduos, o que sai da nossa obra. Outro detalhe, teríamos que fazer isso pós-pago: mede, define qual é a pesagem, aí emite-se o boleto contra a construtora e nós pagamos. Não é nem contra a empresa de transporte. Nós pagamos o volume que foi. Para isso, nós precisamos, e isso é muito simples com a tecnologia que temos hoje, colocar um *chip* nos contêineres que vão ser encaminhados. Isso é muito fácil fazer. Então, é por aí que eu acho que nós podemos resolver o assunto.

Quero alertar os senhores que nós da construção temos uma cooperativa e, se ficar inviável como ficou – vocês aumentaram em 150% os valores –, nós mesmos resolveremos o problema do nosso lixo, nós mesmos vamos resolver. A nossa cooperativa tem condições de montar um sistema de transporte independente. Eu acho que será uma perda para os senhores. Então, nós temos que trabalhar isso em conjunto.

Eram essas as minhas considerações.

Aumentaram em 150%...

(Intervenção fora do microfone.)

SR. PAULO ROBERTO MORAIS MUNIZ – Mas o nosso transporte teve aumento.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA		NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

Eu queria, então, para terminar minha fala, agradecer a oportunidade e pedir, como já foi colocado aqui: nós precisamos de um prazo um pouco maior para podermos fechar esse consenso e para termos a viabilidade da ATTR, porque eu acho que a ATTR é fundamental para reciclar o nosso lixo.

Muito obrigado.

Boa tarde a todos.

(Manifestações na galeria.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Paulinho.

Agradeço a manifestação do Dr. Paulo. É natural a manifestação dos que são contrários, a gente entende isso. É do processo democrático aqueles que são contrários se manifestarem da forma que acharem melhor. Isso não é nenhum desrespeito.

Eu queria convidar o Dr. Diego Lopes Bergamaschi e, logo depois, a Dra. Adriana, para fazer uso da palavra. Parabenizo o Dr. Diego pela forma como tem conduzido – sabemos que não é fácil, mas Vossa Senhoria tem muita habilidade e isso é muito importante nesse processo.

Muito obrigado.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Boa tarde a todos. Eu queria agradecer o convite que viabiliza – e eu queria retomar a Kátia – ampliar ou, talvez, continuar a discussão. Ela nunca cessou; na verdade, não está começando. Então, é mais uma casa, é mais um momento para a gente discutir as questões que estão sendo colocadas não só pelos transportadores. Na semana passada, nós estivemos na Ademi, a pedido deles, para discutir a questão.

Mas eu queria fazer um pedido de sermos um pouco pragmáticos, Sr. Presidente, pragmáticos porque, talvez, os nossos discursos e as nossas ponderações possam estar enviesando, fazendo parecer que existe um problema maior do que, na verdade, há. Isso não desmerece todas as demandas que estão sendo feitas. Eu só não acho que dá para generalizar como se não houvesse, de fato, um bom caminho, um bom sistema sendo implantando no Distrito Federal.

Estão sendo implantadas pelo governo questões nunca sequer imaginadas que se tornariam realidade. Uma lei de 2011, que só de fato nos últimos anos começou a ser implementada, por exemplo. Então, é necessário separar um pouco e escolher exatamente quais são as demandas.

E eu acho que o posicionamento da Ademi – não significa que eu esteja em concordância com qualquer uma das partes – deixa claro que não existe unanimidade. Porque nos primeiros discursos dava-se uma impressão de que era muito simples, era simplesmente a Adasa revogar a resolução, alterar a forma de cobrança ou qualquer coisa nesse sentido. Ficou muito claro com o representante da Ademi, que é um representante das entidades de construção civil, que não é simples assim, porque das

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	26	

entidades dos transportadores há uma demanda por metro cúbico, na verdade por caçamba.

Vamos por partes. Veja bem: há uma demanda dos transportadores que, por diversas questões, deve-se cobrar por caçamba.

Agora, há uma demanda...

(Manifestações da galeria.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Vejam só, eu estou mostrando que não é unânime. A discussão... A Câmara Legislativa precisa apropriar que dentre o que a sociedade está colocando existem posições divergentes. Cobrar por caçamba tem facilidades. Tem previsão em outros lugares? Tem, como tem previsão em cobrança de tonelada, e é em maior proporção no Brasil.

No entanto, a questão é a seguinte: há de se ponderar nesta Casa...

Vejam, eu não estou estabelecendo posicionamento prévio. Eu estou dizendo que esta Casa, quando abre essa discussão, precisa ponderar que a cobrança por caçamba facilita dezenas de coisas, mas ao mesmo tempo faz com que tanto as entidades construtoras quanto a população que faz a contratação para pequenas obras tenha que pagar aquilo que ela não exatamente produziu. Que fique claro: eu contrato uma caçamba e uso apenas um terço dessa caçamba, eu vou pagar preço cheio. Então, a população não estaria pagando exatamente pelo que ela produziu.

Então, vejam bem...

(Manifestações da galeria.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Pessoal, olha só, eu tenho um enorme respeito por vocês, a gente já discutiu isso diversas vezes. Então, peço que me escutem na proporção do que eu estou dizendo. Eu não estou dando posicionamento prévio, eu estou dizendo que existem vários lados nessa mesma moeda.

Então, ao mesmo tempo que cobrar por caçamba dificulta, porque vocês não têm como cobrar diretamente da pessoa na hora que buscam a caçamba – isso vocês já deixaram claro e a gente entende –, mas ao mesmo tempo faz com que você faça uma cobrança que pode não ser a mais justa. Isso pode...

Por que há uma tendência na cobrança por tonelada? Por que há uma tendência por isso? Porque faz com que a pessoa que está na sua obra reavalie a forma como ela produz resíduo. A construtora ou a pessoa que está na sua casa...

O que acontece hoje? A pessoa vê uma caçamba vazia, ela entulha com tudo o que for possível. E, quando ficar claro que eu pago por caçamba e não por tonelada, isso vai ser, mais ainda, incentivado.

Então, retomo, é preciso colocar todas as variáveis na mesa e tomar a decisão. Lembro que essa decisão não é da Secretaria de Infraestrutura, hoje não é do SLU, não é da Câmara Legislativa. Hoje é da Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal, que é a Adasa. Se a decisão da Adasa, como

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	27	

agência reguladora do SLU, for em um caminho, eu não tenho dúvida de que o SLU vai acatar, se for possível, se for operacionalmente adequado, se for legal.

Mas não é tão simples – e aí eu peço licença e desculpa ao José Walter. Não é tão simples, parece que a gente impõe só à iniciativa privada. Não é à toa que a Agefis colocou o dedo na ferida e apreendeu um caminhão que estava prestando serviço para o Estado, para o governo. Então, não existe diferenciação entre iniciativa privada e Poder Público. Nenhuma das nossas empresas vão entrar no SLU sem estar cadastrada no sistema. Nenhuma! Há uma posição do Presidente da Ademi; o sistema existe! Existe um sistema, que foi discutido amplamente dentro do Corc. O decreto foi produzido lá, aprovado por unanimidade dentro do comitê e encaminhado para decreto do governador.

Naquela época, não houve consenso em um dos itens, que aqui ficou claro que é polêmico: chipar. E não foi consenso, tanto que hoje não é chipado. Mas o sistema permite que a gente saiba onde ele foi coletado e, obrigatoriamente, aonde ele foi destinado. Hoje só existe uma unidade no Distrito Federal capaz de receber isso: a Unidade de Recebimento de Entulhos.

Mas eu queria acrescentar uma variável para mostrar que o que a gente está discutindo hoje pode ser temporário. Se a Adasa decidir, numa resolução própria, que a cobrança vai ser por caçamba, eu tenho uma má notícia para vocês: nós estamos prestes a licitar as áreas que vão implantar as áreas de transbordo, triagem, reciclagem de resíduos da construção civil no Distrito Federal. Como bem lembrou o presidente – eu tinha acabado de informá-lo de que, por uma demanda deles, do Sinduscon e da Abrecon –, havia um preço considerado muito alto. Eram 260 mil por ano que a Terracap estava calculando. Nós fizemos toda uma mudança de cálculo para negociar com a Terracap, e hoje ela é considerada... foi calculada como área rural. Só por isso, em vez de 266 mil por ano, as duas áreas que vão ser disponibilizadas daqui a 15 dias, numa licitação própria, vão custar apenas 32 mil reais por ano. Isso significa 2 mil e 600 reais por mês. E não é para uma pessoa! É chamada pública de licitação para qualquer um no Brasil que tenha interesse em participar. Hoje há 150 operações desse tipo no Brasil, empresas atuando nesse nível.

Agora, qual é a má notícia disso? Nós estamos discutindo hoje o recebimento no SLU. No dia em que uma ATTR começar a funcionar – desculpem-me –, a gente vai ter que retomar a discussão, e eu não sei qual é o meio legal para resolver isso, porque é uma iniciativa privada operando uma área privada, e a Adasa não regula isso! Lembro a todos que a Adasa apenas regula serviço público. A ATTR a gente não vai conseguir regular pela Adasa! Então, e se, daqui a um ano – que é mais ou menos o tempo que a gente imagina para ter uma ATTR funcionando –, o privado decidir cobrar por tonelada? Qual é o caminho?

Vou relembrar! Gente, só um minuto. A Adasa não regula iniciativa privada. Ela apenas regula os serviços de saneamento do Distrito Federal e Águas. Então, o que estou alertando para vocês... Vejam, não confundam com uma ameaça, porque não faz o menor sentido ouvir assim! Ouça, pessoal. Não é uma ameaça! É um anúncio!

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	28	

Nós precisamos... Se vocês querem discutir o assunto, é um alerta, como disse o Deputado Rôney Nemer. Se vocês querem discutir esse assunto, se se deve resolver apenas no âmbito do SLU e da Adasa, vocês só estarão postergando um problema para daqui a sete, oito, doze meses! Eu estou alertando vocês! Se a discussão precisa ser feita, ela precisa ser amplificada, porque, na hora em que uma empresa assumir, ela vai precisar operar, ela vai pedir que opere nas condições que ela entender!

Então, pessoal, olha só: com toda a transparência, com toda a relação de muita sinceridade que sempre foi operada nesse assunto, o que estou alertando ao Deputado que tem puxado essa liderança, ao Deputado Rôney Nemer e a esta Casa, é que a discussão é pontual. Não significa que a gente esteja falando que tudo tem problema. Por exemplo, eu nunca vi os transportadores falarem, questionarem ação da Agefis. Obviamente que não, porque ninguém vai dizer que uma fiscalização em quem deposita irregularmente é inadequada. Isso está à parte. Eu nunca vi um questionamento sobre funcionamento do sistema! Eu só quero que a gente separe, porque... Se você pensar bem, só existem duas demandas. Se você analisar bem, só existem duas demandas: o preço, o momento em que ela deve iniciar a cobrança... Hoje o SLU opera dentro de uma resolução à qual ele é obediente. Se a agência reguladora toma uma decisão contrária, diferente, ou muda a sua resolução, a gente passa a discutir outra questão.

Uma questão é o quando e o preço. Isso é uma coisa. Outra coisa é se é metro cúbico, se é tonelada ou se é caçamba. Parece-me que são essas as duas discussões. Senão a gente envia a discussão por uma coisa enorme, parecendo que há um problema de todo o sistema que está sendo colocado! Não é isso! Não é à toa que vocês, transportadores – e aqui, de público, quero parabenizar –, desde a primeira reunião que nós fizemos, havia trinta cadastros no sistema de gestão do SLU. Olhei hoje: 8 mil caçambas cadastradas, 250 empresas. Então, meus parabéns! Vocês entraram no sistema. Vocês estão querendo fazer parte disso. Estão querendo regularizar, assim como as empresas.

(Manifestação da galeria.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Não há dúvida sobre isso. Então, só há dois itens. Quanto a esses itens, a proposta que a gente tem que fazer – talvez com a liderança da Câmara Legislativa, se assim o quiser – é discutir apenas os dois itens, ficando claro que eles não são consensuais. Para ficar claro, por fim, de que nada é tão consensual quanto parece, sabem qual foi uma coisa que eu ouvi, durante três anos, de várias entidades do Distrito Federal? É que, enquanto não se cobrar no lixo – hoje Unidade de Recebimento de Entulhos –, nunca vai se viabilizar uma ATTR no Distrito Federal. Hoje existem três ATTRs licenciadas no Distrito Federal. Nenhuma está operando por um simples motivo: ninguém é louco de abrir uma ATTR se tiver como concorrente quase uma empresa, uma autarquia recebendo gratuitamente! Então, a cobrança viabiliza o mercado. Eu ouvi isso durante três anos. Então, enquanto não se cobrar... Agora, se a demanda de vocês... Vejam bem...

(Manifestação da galeria.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	29	

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Pessoal, olhem só: se a demanda de vocês... se a demanda de vocês...

(Manifestação da galeria.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Eu vou encerrar, Sr. Presidente. Eu imagino que foi necessário...

(Manifestação da galeria.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Foi necessário... foi necessário... Quero só deixar claro... Pessoal, por favor. Pessoal, por favor!

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pessoal, só um minuto. Vamos deixar o Diego continuar. Depois vocês podem fazer a manifestação que quiserem. Aqui é a Casa do Povo. Vocês têm o direito de se manifestar, e eu não vou impedir, não, até porque vocês vieram aqui para ter voz e vez, e terão. (Palmas.)

Mas eu gostaria que o Diego continuasse a linha de raciocínio. Ele já está concluindo – ele já disse isso. Depois vocês podem se manifestar e contestar da forma que acharem melhor. Vocês têm direito a isso.

Obrigado.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Concluindo o raciocínio, primeiramente não há um problema geral. Há um problema pontual, e que afeta significativamente transportadores, sociedade, geradores, construtores e tudo mais. Se houver consenso de um lado, e ele for legal, eu não tenho dúvida de que nós vamos operar. A quem o couber! Mas que fique bem claro que não cabe hoje ao SLU, à Sinesp, à Câmara Legislativa decidir sobre o preço, sobre a forma de cobrança! Se o representante da Adasa, na Mesa, se sente confortável, como já disse, e queira operar nesse sentido, não só vocês, não só os construtores, não só o governo, todos vão seguir aquilo que for determinado no que é de abrangência da Adasa, que é apenas serviço público. Não há dúvida sobre isso. E não há diferenciação entre Poder Público e iniciativa privada nesse sentido, porque os mesmos caminhões que entram no lixão, nós também sofremos por anos. Há uma tendência de ajuste de controle de adequação. As demandas são todas válidas. O que eu estou dizendo é que a gente precisa deixar transparente que ela não é tão simples como pode parecer. Não é uma canetada – pode ter certeza, José Walter.

Quando você escolhe abrir a discussão e reabrir a discussão da resolução, você vai ouvir – e o momento propicia muito mais debate e discussão do que há três anos –, e ela não vai ser convergente. Ela vai ser divergente. Lembrem-se: a ADASA – Agência Reguladora de Águas e Saneamento ouve, mas quem decide é ela. Ela ouve, mas a decisão é discricionária da Adasa. Então, ela vai ter que decidir, a partir de tantas ponderações que aqui foram colocadas, qual caminho vai escolher.

Estamos à disposição. Desejo boa sorte à Adasa, nessa liderança desse diálogo. No que se refere ao SLU – Serviço de Limpeza Urbana, tenho certeza de que se vão seguir os proclames legais. Se a Adasa disser que não deve ser cobrado – peço

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	30	

perdão à Kátia por estar falando em nome do SLU praticamente –, se a decisão for de que a resolução caia e não seja cobrado, o SLU vai pagar a empresa, mas não vai cobrar.

Agradeço a todos. Desejo uma continuidade do debate, da discussão, e que a gente chegue realmente a um ponto que atenda ao mediano, que atenda, o máximo possível, a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Diego. Agradeço.

Diego, eu só quero chamar a atenção para uma coisa. Você colocou, com muita propriedade, que há diversas – e aí não é uma, são várias – divergências com relação à forma como isso deve ser feito. Então, eu queria chamar a atenção – viu, Diego? –, mais do que nunca, para o fato de que é impossível encerrar o prazo no dia 15. Não tem como começar no dia 15, diante de tantas divergências. (Palmas.)

Se vocês mesmos reconhecem que há pontos que precisam ser definidos e o José Walter apresenta aqui alguns princípios que precisam ser analisados, mais do que nunca, em nome da prudência, do respeito e da efetividade, precisamos alargar o prazo. Eu acho que a primeira coisa com que precisamos sair desta audiência pública é a definição de um prazo maior, diante de tantas incertezas que foram ditas por você mesmo, Diego. Eu acho que seria por aí. (Palmas.)

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Presidente, se me permite, eu parabenizo a proposta. De verdade, eu parabenizo a proposta. Infelizmente, essa decisão hoje não está sob a caneta da SINESP – Secretaria de Estado de Infraestrutura e Serviços Públicos do Distrito Federal e não está sob a caneta do SLU. Está sob a caneta de quem disse que se deve cobrar. Parece-me que, se a Adasa tomar uma decisão nesse sentido...

SR. JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO – Não, não, não. O prazo foi fixado por portaria da diretoria do SLU.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Por uma cobrança (Ininteligível.). (Palmas.)

Veja bem, Presidente, eu não acho que a gente deva fazer isso. Peço isso com toda a seriedade. O objetivo não é fazer nenhum discurso, não é fazer um caminho panfletário, não é fazer um caminho de aprovação ou desaprovação.

Hoje existe uma resolução em vigor. Isso é verdade

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Uma portaria do SLU.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – A resolução está em vigor. A portaria estabeleceu um prazo, mas a resolução está em vigor. Se a Adasa falar que a não cobrança não vai ocasionar nenhuma sanção ao SLU, imagino que isso esteja superado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	31		

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Diego, não se está discutindo a não cobrança. Está-se discutindo o prazo. O que se está pedindo é em relação ao prazo.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – O prazo. Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – A questão do prazo, eu acho que é quase um consenso.

SR. JOSÉ WALTER VAZQUEZ FILHO – Só vou colocar uma questão. Eu acho que...

DEPUTADO FEDERAL RÔNEY NEMER – Diretor José Walter, só um minutinho. Deixe-me só colaborar, antes que V.Exa. fale. Eu queria dizer que o objetivo nosso aqui é pedir postergação do prazo. Foi essa a demanda que a gente levou ao Deputado Wellington Luiz, para apreciação.

A gente sabe que, em um governo, quem decide é o governador. Foi ele que postergou da outra vez. Nós não estamos querendo que a Kátia assuma o compromisso de que ela vai fazer, ou a Bruna, ou o José Walter. A Adasa definiu a forma de cobrança. Quando vai ser cobrado, é o Executivo que define. O que nós queremos é só, Ruyter, que se chegue ao Governador. E, como da outra vez ele postergou também porque não estava preparado, não vejo problema. Tenho certeza de que o Governador vai entender e vai postergar. É só perguntar se o SLU tem condição de imediatamente instalar seis balanças. Não tem. Então, vamos postergar isso. Qual é o problema? É só isso o que a gente quer.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rôney Nemer. Eu queria chamar a atenção, para que o Dr. José Walter possa falar. Em seguida, eu queria registrar e agradecer a presença do Deputado Rafael Prudente, do Deputado Agaciel Maia e chamar meu companheiro de partido, Deputado. Mas antes eu queria ouvir o Dr. José Walter. Concedo a palavra ao Sr. José Walter Vasques Filho.

SR. JOSÉ WALTER VASQUES FILHO – Eu queria reforçar o que o Diego falou. Acho que não é momento de se politizar partidariamente. A questão é política, mas ela não é político-partidária. Está na hora também de a gente entender que o problema parece simples, mas não é. Não tenha dúvida de que, se há várias inteligências trabalhando em cima de um problema e não chegaram a uma solução, não seremos nós, da Adasa, que vamos ser mais mágicos do que quem já esteve.

O mundo não começa quando a gente chega e nem acaba quando a gente vai embora. A sociedade está em um processo. Eu vou repetir muito o que o ex-ministro Paulo Renato Souza falava para mim. Quando uma situação não está boa, ele olhava e dizia assim: "A foto está ruim, mas o filme está bom." Se a gente chegou até esse ponto, é porque passos foram dados, senão a gente estaria lá atrás. Então, a gente está podendo discutir isso porque se fez avanço.

A minha proposta é a de que, se o SLU entender que pode, a gente faça, entre a Adasa e o SLU, um termo de ajustamento de conduta, para que esse prazo seja

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	32

dilatado e a gente realmente levante os problemas. A pior coisa que tem é a gente enfrentar um problema sem saber qual é, porque, sem dúvida nenhuma, a solução vai ser errada. Não adianta falar: "Ah, eu cobro para o *container* resolver". Eu não vou resolver. Então, eu tenho que abrir, dissecar esse problema e fazer uma audiência pública entendendo que nós não vamos...

O pessoal confunde regulação com defesa de consumidor. Regulador não é Procon. Regulador pega interesses difusos e tenta um consenso para que a coisa possa funcionar muitas vezes contrariamente a um dos agentes ou a todos os agentes. Quando tiver um muito feliz e o outro muito triste, o regulador errou porque ele pendeu para alguma coisa.

Então, a minha proposta seria que se tentasse fazer esse termo de ajustamento de conduta propondo-se um prazo. Aí eu acho que a gente pode discutir que prazo seria esse. Não vou aqui ser leviano e dizer que é 120, 180, 10, 15 e que a gente consiga fazer o menu dos problemas que tem de enfrentar. Isso já foi feito uma vez, duas vezes. Eu enfrentei um processo licitatório que não se fazia há cinquenta anos. Andei com segurança um monte de tempo e estou até hoje respondendo aos órgãos de controle por essas questões.

Existe uma hora em que o gestor tem de enfrentar essa coisa. E é difícil. A gente sabe que é difícil. Eu, particularmente, independentemente de qualquer coisa de ser... Eu não faço parte desse governo, mas entendo os avanços que foram feitos. Muitos precisam ser feitos daqui para frente.

Então, proponho, se a Dra. Kátia assim entender, que a gente prorrogue esse prazo, talvez não tão elástico, porque também essas questões... E você colocou muito bem: a regulação vai ter que avançar, como avançou. Nós começamos cobrando passagens de ônibus com os dedinhos do cobrador. Depois, passamos para a roleta. Depois, fizemos vale-transporte em papel. Foi uma baita de uma evolução! Hoje, se você pensar em distribuir papel, guardar papel, com segurança, ter cofre na empresa... Imagine a logística que era isso? Então, hoje você faz com cartão magnético. Daqui a pouco você não vai fazer nada, você vai meter o dedo ali na entrada do ônibus e vai pagar.

As questões vão exigir avanço e, muitas vezes, você vai ter que segmentar. Assim como você tem o taxi de luxo, em que, por uma tarifa, se tem banco de couro, você tem que ter o popular. Então, em uma democracia nós temos que tratar os diferentes de forma diferente, senão a criaremos mais problemas do que soluções.

(Manifestação da galeria.)

SR. JOSÉ WALTER VASQUES FILHO – Eu querendo ver o lado do governo? Pergunte para o Governador se eu estou querendo ver o lado do governo?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Gente, acho que vocês não entenderam bem. Mas, está certo, ele é o representante do governo.

Muito obrigado, Sr. José Walter.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	33	

Gostaria de registrar e agradecer as presenças dos Deputado Agaciel Maia, Líder de Governo e do Deputado Rafael Prudente, meu companheiro de bloco.

Deputado Agaciel Maia, por gentileza, fique conosco. V.Exa. está convidado também para fazer uso da palavra. Nós temos mais duas pessoas da Mesa para fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, boa tarde, quero cumprimentar a todos aqui da galeria, e dizer que têm todo nosso respeito. O que está em jogo aqui é, muitas vezes, o emprego desse pessoal que está aí trabalhando todos os dias.

Eu fiz questão de vir aqui, Sr. Presidente, primeiramente, para parabenizar V.Exa. por trazer esse debate aqui, até porque – pelo que eu entendi – as instituições estão falando uma coisa, puxa para um lado; às vezes os próprios órgãos do governo não têm uma interação para chegar a um denominador comum para resolver esse problema.

E qual é o problema principal? Por isso eu fiz questão de vir aqui. É que o preço está muito alto. O preço está muito alto não porque o pessoal está ganhando dinheiro, ou mais dinheiro em cima disso, mas porque o governo está querendo ganhar dinheiro em cima de caçamba. Sr. Presidente, eu acho que existem outras formas de o governo aumentar a arrecadação, sem precisar ganhar dinheiro em cima de caçamba, seja cobrando por toneladas, seja cobrando por unidades.

Quero dizer aqui também que eu conheci um pouco a estrutura do SLU, ao longo dos últimos anos, não sei depois da gestão da Diretora Kátia, mas o forte do SLU nunca foi manutenção de balança de aterro sanitário.

Boa parte dos pagamentos que eram realizados pelas empresas, pelo menos num passado recente, eram feitos por estimativa, porque os caminhões tinham que pegar lixo na rua, tinham que passar ali para deixar no Lixão da Estrutural, e boa parte das vezes, senão a maior parte do tempo, aquelas balanças não estavam funcionando.

Então, por essa dificuldade histórica que o SLU tem feito de não deixar as balanças funcionando. Creio que a cobrança por tonelada seria muito difícil e um pouco mais complexa também para se fazer.

Aproveito aqui, já que está nas mãos da Adasa – não sei se eu entendi direito aqui: se está nas mãos da Adasa tomar essa decisão –, para fazer um apelo ao Dr. José Walter, que é uma pessoa experiente, que tem toda condição de resolver: que resolva rápido, seja conversando com o SLU ou com as pessoas responsáveis pelo governo. Porque, hoje, o que as empresas estão pagando, ou o que o cidadão comum está pagando pela retirada do seu entulho é, na verdade, um valor muito alto, e que acaba questionando o trabalho do pessoal que, antigamente, pagava 120 reais, 130 reais, hoje está pagando 250 reais. E nada justifica, porque nós não temos uma

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	34	

inflação tão grande assim para se cobrar esse preço, a não ser uma taxa abusiva, que muitas vezes vem do governo.

Quero aqui deixar uma sugestão à Diretora do SLU, a Kátia, sei que a senhora tem uma experiência muito grande, eu visitei algumas plantas de reciclagem de resíduo da construção civil em São Paulo, em Pernambuco também. São unidades que não custam muito caro. Tenho a certeza de que muitos empresários teriam condições de trazer um equipamento desse para cá, para que eles, além de não terem que pagar essa taxa, eles ganharem dinheiro no descarte para as empresas que trabalham com reciclagem de resíduos da construção civil. Porque aquilo que está sendo enterrado vale muito dinheiro, Kátia, e a senhora sabe disso. Resto de construção civil vale dinheiro; em outros Estados vale ouro.

Então, é criar um ambiente de legislação, para que o governo também promova as obras públicas dependendo delas com um percentual, nem que seja pequeno, de resíduos da construção civil para fazer alguns tipos de obras. Hoje dá para ser feito isso, mas infelizmente não tem essa política ainda no Distrito Federal.

Fica aqui o meu apelo aos órgãos para que se resolva esse impasse e também se reduza o preço para o consumidor final. Fica aqui uma sugestão à Diretora do SLU, que conhece melhor do que eu essa questão dos resíduos da construção civil, para que tragam plantas, não do governo, mas para que empresários possam fazer investimentos. Para vir fazer esse investimento tem que ter o apoio do governo.

Presidente, parabéns pelo trabalho, por trazer esse embate para a Câmara Legislativa porque aqui é a Casa do povo. É aqui que essas pessoas vão ser ouvidas. Parabéns. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Deputado Rafael Prudente.

O Deputado Rafael Prudente é uma das grandes promessas políticas, é uma das grandes revelações. Fico muito feliz. Muito obrigado. Promessa não, é uma realidade! É uma das grandes revelações, como diz o nosso Líder de Governo. Se o próprio Líder de Governo reconhece a Oposição assim, imaginem nós da Oposição.

Obrigado.

Sr. Ruyter quer fazer uma pergunta? (Pausa.)

SR. RUYTER KEPLER DE THUIN – Eu queria fazer uma colocação, Presidente. O que há divergência aqui, e eu tenho acompanhado com os transportadores há algum tempo, é o peso – o peso ou a unidade. Como eles não vão pagar nem o peso nem a unidade – quem vai pagar é o consumidor final, que somos nós da construção civil ou outros mais – o problema consiste no custo que eles têm de ter três transportes por dia ou dois e poderem fazer oito. É uma diferença muito grande, então isso fica embutido no preço deles.

Eu acredito que o problema deles não é o preço por tonelagem ou não, porque se tivessem as balanças, e as balanças funcionassem perfeitamente bem – o que não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	35	

ocorre –, eles teriam essa vantagem e continuariam prestando o serviço deles da forma que eles prestam. Essa não é a realidade. Os caminhões têm chegado lá, enfrentado filas enormes, o aumento de balança não é o suficiente. E esse custo obviamente eles têm que repassar para alguém e eles repassam para a gente. Esse é o grande problema.

Tem que ter esse tempo realmente para essa discussão porque eu não sei se o SLU, que agora está à frente dessa estação de recebimento de resíduos sólidos, vai ter a capacidade para colocar essa quantidade de balança. Eles também não sabem. É uma questão de tempo para se discutir e fazer essa adaptação. Eu acredito que eles não têm essa culpa, nós também não temos que pagar esse preço no final das contas porque ainda não está regulamentado, ainda não está bem estabelecido. Nós precisamos e demandamos um prazo em torno de 90, 120 dias para alongar essa discussão e chegar a um denominador comum.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Tem uma pessoa aqui, o Marcone da Costa. V.Exa. quer falar primeiro? (Pausa.)

Então, Marcone, daqui a pouco eu te chamo, logo depois do Deputado Agaciel Maia. Depois vou, de fato, obedecer aqui a ordem. Chamarei a Dra. Adriana, para em seguida chamar o Luis Carlos, do Sindicon, e depois eu faço o direito de resposta a alguns que já se manifestaram.

Com a palavra o Deputado Agaciel Maia, Líder do Governo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Deputado Wellington Luiz, quero parabenizar V.Exa. por esta audiência. Primeiro porque V.Exa. tem mais prestígio do que o Líder do Governo porque está aqui a estrutura do governo praticamente toda. Às vezes eu faço audiência e não vem ninguém. Portanto, eu acho que V.Exa. tem mais prestígio do que eu.

Eu queria cumprimentar o Deputado Federal Rôney Nemer, colega, amigo, que tive a oportunidade de conhecer quando ele ainda era estagiário de arquitetura no Senado Federal. Eu era chefe do Rôney, hoje ele é meu professor. A vida dá muitas voltas. E eu gostaria de cumprimentar também o Deputado Rafael Prudente e os meus amigos empresários.

Eu tenho uma visão às vezes diferente do que seja o governo, porque o governo não é banco, o governo não tem uma atividade mercantil, o governo não está aí para arrecadar dinheiro. O governo está aí para fazer o bem social; ou seja, ele está aí para atender os empregados, que geram renda para o Estado, e os empresários, que geram emprego e renda. Há uma grande dificuldade ainda na cultura de Estado do Brasil, que é... O primeiro botão que se aperta para se fazer alguma coisa é se organizar, para depois você fazer qualquer política pública. O que estou percebendo é que o governo estabeleceu uma regulamentação sem se organizar, sem ter a balança para pesar.

Então, primeiro, é necessário... Não é intenção do governo sair cobrando preços extorsivos sobre uma atividade que gera renda para as famílias, também não

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	36	

é função do governo aumentar preço de serviços que onerem os empresários porque, no final dessa ponta, vai estar a sociedade. O empresário vai aumentar os seus custos, os empregados que transportam vão repassar o custo para o empresário, e o empresário na ponta vai repassar para a população. Então, é importante que o governo prorrogue esse prazo, porque nós sentimos que não há ainda uma estrutura, não há uma organização para se colocar isso em prática. Não é uma questão emergencial. Eu acho que a questão dos preços tem que ser discutida exatamente por essa finalidade. O governo não é banco, o governo não tem a finalidade de arrecadar, de ter lucro, e sim de promover o bem-estar da população, seja de empresários, seja de empregados, seja de transportadoras, seja de qualquer outra categoria de serviço público.

Então, eu queria fazer um apelo, nesta função, porque também o governo precisa... E, muitas vezes, faltam duas coisas que são fundamentais, e até mesmo nós, Deputados, Câmara Legislativa e outros Poderes... Duas coisas precedem qualquer ação, seja de um Deputado, seja de um Senador, seja de um Governador, seja de um Secretário: a primeira é a informação. A informação é o conhecimento profundo daquela decisão que vai se tomar; a segunda é a comunicação.

Em vez de a Câmara estar discutindo em audiência pública essas questões, era necessário que o governo, antes de implantar, chamasse as partes interessadas e que ambos discutissem e achassem um ponto em comum que atendesse o governo, que fosse bom para o governo, que fosse bom para vocês que são os transportadores e que fosse bom para o empresário. Essa é a função que cada agente público tem que ter. Mas há sempre, Deputado Wellington Luiz, um imediatismo: primeiro se toma uma decisão para depois, na prática, simular... A prática é que vai simular o que vai acontecer. Então, quando se estabelece que tem que se cobrar por peso, esqueceram de verificar que não havia as balanças para pesar a quantidade; quando se estabelecem valores de cobrança, tem-se que saber que tipo de impacto socioeconômico isso vai causar, se vai gerar desemprego, se eles, em vez de fazerem oito viagens, vão fazer três e como, economicamente e socialmente falando, vão ser afetados esses empregados. E, na outra ponta, estão os empresários, porque a função do governo é exatamente equalizar isso.

Por isso, eu quero fazer um apelo – aqui nós estamos com uma estrutura de governo que cuida disso praticamente; é um apelo do Deputado Agaciel Maia, mais como Deputado do que como Líder do Governo – para que se suspenda. Aqui não há essa história de reinado, de que a palavra não volta atrás. Se a medida foi tomada e, na hora de se simular, ela não deu certo, ela não rodou, como dizemos, naturalmente é que se prorrogue, se chamem empresários, se chamem transportadores, coloquem todos os órgãos do governo numa sala por um, dois dias, o tempo que for suficiente e se tire uma medida que agrade todo mundo, porque o que estou ouvindo aqui é que não agradou ninguém, nem o governo, nem os empresários, nem os transportadores, nem os catadores.

Então, o apelo que eu vou fazer através deles e, se for necessário, através do governo, é que se prorrogue o prazo, faça essa discussão, coloque todo mundo junto,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01	03	2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	
				37	

porque esta é a função essencial do governo: equilibrar. A função do governo é o social, é fazer o bem, seja ao empresário, seja ao empregado, seja ao transportador, a todos eles. E o que nós estamos vendo aqui é que essa medida criou um grande transtorno para o governo, que não tem a estrutura ainda para adotar as medidas cabíveis; para os empresários, que vão ser onerados; e para eles, que, em vez de terem um rendimento melhor no seu trabalho, passaram a ter uma subtração das suas rendas.

Então, quero fazer este apelo aos membros do governo que estão aqui: levem essa situação para o Governador e peçam ao Secretário e ao Governador que prorroguem esse prazo, que coloquem todo mundo nessa discussão e busquem uma solução para que todos possam sair satisfeitos.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia. Mais uma vez V.Exa. demonstra sensibilidade nos seus posicionamentos. Isso é extremamente importante para um representante do povo.

Concedo a palavra ao Sr. Marcone Gomes Leitão, da Associação das Empresas Coletoras de Entulhos e Similares do DF – ASCOLES/DF.

SR. MARCONE GOMES LEITÃO – Primeiramente, eu queria agradecer a concessão da palavra. Quero dar um boa tarde a todos da Mesa, a todos os Deputados, à turma que veio nos prestigiar aqui, à galera do entulho. Uma salva de palmas primeiramente para a gente, porque a gente merece. Este é um momento único. Eu estou vendo que a nossa categoria ultimamente está bem unida. Há algumas desavenças, mas a gente está buscando essa união. Então, galera, eu vou começar dizendo o seguinte: a gente tem que manter essa união. Se a gente mantiver essa união, a gente vai conseguir melhorar bastante não só a nossa vida, mas a de toda a sociedade.

Eu quero começar da seguinte forma: o Dr. Diego veio aqui e falou que a gente está demandando apenas duas questões, valor etc. Mas, na verdade, a gente tem ligação direta com três órgãos: o primeiro órgão seria o de fiscalização, com a Dra. Bruna; o segundo seria o pessoal da SLU, com a Dra. Kátia; e o terceiro órgão é a Adasa. A nossa atividade tem muito vínculo com esses três órgãos. Então, a gente não veio aqui só pedir preço, preço, preço. De forma alguma, gente! A gente veio aqui buscar melhoria para a nossa categoria. Não adianta eu vir aqui, o doutor da Adasa sancionar amanhã a legislação e falar o seguinte: "Tá bom, vocês querem 40 reais, nós vamos fazer 40 reais." Só que, na contrapartida, a gente chega à entrada do Lixão e o balanceiro não chegou, porque está tomando café da manhã, o balanceiro não chegou porque está almoçando, a gente tem os problemas estruturais de balança, que não funciona nem uma, nem duas, nem três. A gente tem aquela perda financeira, porque a gente chega ao Lixão 8h para descarregar e só consegue adentrar por volta do meio dia, 11h. Então, não adiante vir aqui só falar em valores. A gente tem que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

discutir no geral. A gente tem que discutir a questão da fiscalização. Uma fiscalização mais real, mais prática.

Eu escutei a Dra. dizer que está fazendo isso, que apreendeu, falando em um drone. Brasília tem 2 milhões de habitantes e um drone vai adiantar em que na nossa fiscalização? Praticamente nada, entendeu? Brasília é feita de bocada. Você chega pela 060, você tem bocada em frente à Samambaia. Você tem bocada nos fundos do Recanto das Emas. Você chega pela 020 e você tem bocada ali em Planaltina, em Sobradinho. Você chega pela 040, você tem bocada também no Park Way entendeu?

Então, o que nossa categoria está buscando é a melhoria no geral. A melhoria com relação à fiscalização. A fiscalização tem que ser mais eficiente, entendeu? A fiscalização tem que estar *in loco*. A fiscalização tem que estar nos locais onde acontece o descarte irregular.

Eu queria que essas audiências ocorressem em uma bocada em Samambaia. Eu queria que uma audiência dessas ocorresse... a Dra. Kátia acabou de sair daqui e me chamou de mentiroso, entendeu? Eu escutei! Eu queria que uma audiência dessas acontecesse na entrada do Lixão. Sabe por quê? Porque a gente ia ver. Ela falou bem assim: "isso não acontece, isso é mentira."

(Manifestação na galeria.)

SR. MARCONE GOMES LEITÃO – Isso mesmo. Eu queria que uma reunião acontecesse *in loco* lá na entrada do Lixão. Por quê? Eles iam ver que o caminhão chega, perde tempo, mais tempo, mais tempo, aí chega 11h, 11h30min. Eu fico vendo o Dr. Eber falando com o pessoal do SLU: "Cadê o funcionário? Cadê sicrano, cadê beltrano?". E o pessoal fica se justificando dizendo que foram almoçar. Pô! Foram almoçar, mas não tem um reserva, não tem um substituto? Então, eu vejo que isso acontece diariamente.

Então, a fiscalização tem que ser mais incisiva, entendeu? Tem que ter fiscalização. Isso tem que ser diário, diário, diário, diário.

(Manifestação da galeria.)

SR. MARCONE GOMES LEITÃO – Entendeu? Então a gente tem que melhorar esses três setores. Fiscalização, a estrutura do SLU, tem que melhorar muito, muito.

Por último eu queria o seguinte: eu queria que a engrenagem dos três órgãos funcionasse de forma a facilitar nossa vida. E que essas cobranças, essas exigências, essa implantação do projeto, só fossem colocadas em prática a partir do momento em que a gente tivesse condições de trabalhar.

Então, a partir do momento em que eu tiver condições de checar fiscalização, que a gente tivesse condições reais de botar nossas atividades para trabalhar, que realmente comessem a cobrar isso e aquilo, porque, da forma como está, vai chegar dia 15 e vão falar o seguinte: paga. E a gente vai ser obrigado a pagar, mas o SLU, em contrapartida, vai continuar com os mesmos problemas, entendeu? Falta disso,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	39	

falta daquilo. A gente não consegue adentrar, a gente não consegue fazer nada. Então...

(Manifestações na galeria.)

SR. MARCONE GOMES LEITÃO – É o que eu falei: tem que ir ao local! A audiência tinha que ser lá no local para eles verem a nossa dificuldade.

(Manifestações na galeria.)

SR. MARCONE GOMES LEITÃO – Entendeu, gente? Então, eu queria finalizar a minha fala dizendo o seguinte: na teoria, esse projeto está funcionando muito bem, entendeu? Esse projeto foi copiado de outros estados, realmente é um projeto maravilhoso, se realmente acontecesse. Sem dúvida é um projeto maravilhoso, mas a forma como ele está sendo imposto é que não é a forma correta: “é assim e pronto!” Não!

Também não vou ser injusto. Algumas coisas melhoraram realmente. Inicialmente eles conseguiram alterar datas, isso e aquilo eles mudaram. Mas eu acho que pode mais. Como o Dr. Rôney mesmo falou, se houver um pouquinho mais de vontade por parte do governo, a gente consegue resolver essas questões.

Muito obrigado. E uma boa tarde a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Marcone.

Bom, Marcone, só para deixar bem claro, a gente sabe que há de fato a necessidade de estar no local, e não precisa de audiência pública, não.

Vamos fazer um compromisso com vocês. Vou deixar meu telefone, para que vocês me liguem, e eu vou *in loco*, até porque eu sou fiscal, como Parlamentar. Então, quero que vocês nos informem, para a gente ir lá ver o que, de fato, está acontecendo, para que a Câmara adote as devidas providências. Tenho certeza de que há problemas, e os problemas precisam ser resolvidos.

Então, vocês podem contar conosco. Nós faremos isso, até porque essa é a nossa obrigação.

(Manifestação nas galerias.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado.

Eu queria agora convidar a Sra. Adriana Moreira Dias, que representa o Secretário de Estado do Meio Ambiente, nosso amigo Igor Tokarski, para fazer uso da palavra.

Depois tem mais um inscrito. Eu encerro com o Dr. Luis Carlos.

SRA. ADRIANA MOREIRA DIAS – Boa tarde a todos. Estou aqui falando em nome do Secretário Igor, que mandou um representante. Ele não pôde estar aqui por incompatibilidade de agenda, mas foi só por isso. Quero cumprimentar todos da Mesa na pessoa do Deputado Wellington Luiz. Quero cumprimentar cada um de vocês aqui.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	40	

Bom, primeiramente, eu gostaria de esclarecer algumas coisas a respeito de resíduos, ok? O resíduo tem um ciclo. Ele vai desde a geração, o acondicionamento, o transporte, o tratamento e a destinação final. Nós estamos falando aqui, até então, de transporte de resíduos.

No ano de 2010, a lei federal de resíduos sólidos trouxe alguns pontos importantes, entre eles, a responsabilidade compartilhada. Eu tenho visto os ânimos aqui muito acirrados, como se o resíduo pertencesse aos transportadores, e ele não pertence. O gerador é que é responsável desde a sua segregação até a destinação final. O transportador faz parte de todo esse sistema, mas ele não é o dono do resíduo.

Então, eu gostaria de trazer essa questão da responsabilidade. Isso foi porque a Adasa colocou preços diferenciados quando o resíduo está segregado e quando ele não está segregado. Quando ele está segregado, ele tem como ser aproveitado de outra maneira lá no tratamento.

Então, quando você trata um resíduo, e o tipo de resíduo que nós tratamos no Distrito Federal é por aterramento... Existem outras questões que estão sendo estudadas pelo governo que não só o aterramento do resíduo.

Muitas vezes, as pessoas acham um absurdo: "Nossa, eu estou pagando para poder enterrar", mas o aterramento é um tipo de tratamento de resíduo. Existem outros, a gente quer implementar isso.

A Novacap comprou – não foi, Diego? – um triturador justamente para transformar isso em resíduo, para que a gente pudesse aproveitar esse tipo de material, para que pudéssemos fazer algum tipo de pavimentação como meio-fio, ciclovias e algumas outras coisas.

Então, o Governo do Distrito Federal está empenhado nessa questão justamente para poder segregar na origem, porque a gente sabe que não vai conseguir segregar depois quando vocês colocarem na caçamba, dentro do caminhão. Então, se não for na origem, fica muito difícil de a gente aproveitar esse resíduo.

Eu gostaria muito de colocar aqui para vocês que tem que ter preços diferenciados, sim! Vou retomar aqui... talvez eu tenha até colocado algumas sugestões, mas a questão da prorrogação, nós estamos há quatro anos discutindo isso. A lei é de 2011, dentro do Comitê Gestor De Resíduos Da Construção Civil e Volumosos – CORC.

Mais uma vez eu falo: a composição do CORC é paritária e a gente tem discutido não só com membros do governo, mas também com a sociedade civil ali representada. Então o debate tem sido amplamente estabelecido.

O decreto foi fruto desse trabalho junto ao CORC. Como o Diego bem colocou, foi unânime a aprovação do decreto e o encaminhamento dele. Então, isso não é novidade para ninguém.

Eu só gostaria de trazer também algumas informações de que os resíduos da construção civil lançados em área pública causam muitos transtornos. A gente sabe

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	41	

disso, e talvez devesse explorar mais algumas informações, porque 10% das doenças tratadas no SUS são provenientes dos resíduos, de doenças de lixo. São a leptospirose, a dengue, a chikungunya, entre outras. Então, é um cuidado muito grande que a gente precisa ter com esse resíduo lançado em área pública, porque ele traz gastos de maneira direta e indireta para a população.

Outra coisa que eu gostaria de ressaltar é essa questão dos grandes geradores. Dizer aqui que os órgãos públicos não fazem, não estão fazendo, que o governo fica condescendente com os órgãos públicos, a questão não é bem assim. Foi provado aqui, somente trazendo novamente a discussão – com relação aos caminhões apreendidos –, que o primeiro caminhão apreendido foi realmente o da Novacap. A Agefis agiu de maneira exemplar, cortando na própria carne, na carne do governo mesmo. Era uma empresa prestadora de serviço para a Novacap.

Essas questões são muito sérias. A gente tem debatido o resíduo da construção civil de maneira muito clara, com todo mundo. Vamos deixar aqui que a Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do DF também se propõe a continuar dialogando, para que cheguemos a um denominador comum, mas vamos lembrar que a questão da responsabilidade é compartilhada. A responsabilidade é do governo, a responsabilidade é da sociedade civil, do transportador, de todas essas nuances do governo. Está bom?

Quero agradecer e parabenizar cada um pelo diálogo. Que ele continue aberto. Obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, agradeço suas palavras.

Convido o Sr. João Batista Chaves, assessor ambiental da Associação de Empresas do Mercado Imobiliário do Distrito – ADEMI.

SR. JOÃO BATISTA CHAVES – Boa tarde a todos. Cumprimento a Mesa, a Presidência, as entidades presentes.

Eu queria argumentar num ponto que até o momento não foi discutido, e foi pouco abordado. É a viabilidade econômica de uma ATTR – Área de Transbordo, Triagem e Reciclagem de Resíduos. Foi dito aqui por alguns que é um empreendimento altamente lucrativo, e sabemos que isso não é verdade. A ABRECON – Associação Brasileira para Reciclagem de Resíduos da Construção Civil e Demolição de São Paulo, que tem aproximadamente 350 associados, mais de 90% estão em dificuldades financeiras, praticamente em falência porque não conseguem operar o empreendimento com sustentabilidade econômica.

Então, somente para ressaltar, porque acho que todos aqui fazem parte dessa cadeia, tanto o nosso gerador, como a Ademi, a Associação Brasileira de Construtores – ASBRACO, cujo diretor está ao meu lado, o Ruyter, para a entrada de resíduos, a tarifa, a mínima, a menor possível, que não traga um impacto sobre o setor, não vai viabilizar o empreendimento. O que viabilizará será a venda e a comercialização dos agregados. Mas, para isso, é fundamental que o governo crie incentivos, legislações,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	42	

aprove medidas de aplicações diversas, produções de pré-moldados e diversas outras situações, para garantir a viabilidade.

Na nossa avaliação que fizemos aqui, junto com o doutor Paulo Muniz, da Ademi, o que garante é a venda de agregado, já que mais de 40% da viabilidade econômica, para que tenha uma taxa de retorno aceitável, é o consumo de agregados pelo setor produtivo. Para isso, tem que ter controle de qualidade. Obviamente, vamos supor, que opere ATTRs privadas, que operem de qualquer jeito, mas se não gerar um processo adequado, vai gerar um produto ruim. Isso vai voltar para a sociedade, e a gente vai ter problema.

Então, essa é uma abordagem importante para conseguir ter viabilidade. Se o agregado não for consumido de maneira correta, de maneira adequada, e seja escoado, o que vai acontecer? A tarifa vai aumentar, e todos nós seremos prejudicados diante dessa situação.

Muito obrigado. Desejo uma boa noite a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, João. Agradeço suas palavras e as colocações.

Depois vou passar a palavra aos componentes da Mesa, para que cada um faça as considerações finais brevemente, até para que a gente possa fazer os devidos encaminhamentos.

Concedo a palavra ao Presidente do Sindicato da Indústria da Construção Civil do Distrito Federal, Dr. Luis Carlos Botelho Ferreira.

SR. LUIS CARLOS BOTELHO FERREIRA – Peço licença para falar da Mesa.

É com muita alegria que o Sinduscon e a nossa área da construção civil, com a Ademi, a ASBRACO – Associação Brasileira de Construtores, o Clube de Engenharia, o Crea, vêm agradecer a iniciativa do Deputado Wellington Luiz, na pessoa de quem cumprimento todos os membros da Mesa e todos os senhores.

Trago a vocês uma questão importante. O Estado, seja onde for, seja em que País for, não serve para usar o verbo fazer. O Estado não é para fazer. O Estado é para reger, fiscalizar, obter resultados para a sociedade, e através dela. Todo equívoco deste País nasce nesse ponto.

Vou citar aqui que o Sinduscon e a Universidade de Brasília, entre quinze e vinte anos, com a Dra. Raquel, PhD na área, vêm trabalhando, investindo recursos financeiros, estudos, pesquisas intensas mensalmente nesses anos, para conseguir chegar a um resultado de absoluta reciclagem de todo o material da construção civil.

Um insucesso absoluto onde? No Estado. Nunca conseguimos. Nós deixamos o Estado de lado, e conseguimos do Exército uma área ali perto da Cidade do Automóvel, entre 40 mil e 60 mil metros quadrados, que não foi viabilizada exatamente porque entrou o processo, como a Kátia colocou aqui. Entraram as leis, e as leis são posteriores à capacidade empreendedora da sociedade, das empresas, do indivíduo.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	43	

Estou contando isso porque não parou aí. Nós fomos convidados pelo Tribunal de Justiça, através das prisões lá do Gama e da Papuda, a montar ATTRs lá. Tem uma área privada aqui para cima, perto do Posto Rodoviário Federal, no caminho para Goiânia, que chegou a ter até licença do Ibram, mas não pôde se instalar. Chegou a previamente comprar equipamentos, mas não deu para instalar porque o regedor do processo, que é o Estado, não foi capaz de fazer nada.

Eu estou fazendo uma colocação didática. Então, vejam, toda área de trabalho do ser humano congrega infinitas atividades. Um carro tem 13 milhões de itens tecnológicos, um avião desses em que vocês viajam tinha 36 milhões, já está carregando lá 42 milhões de itens tecnológicos. Isso não é possível fazer – seja um indivíduo, um pequeno grupo, nada. É uma sociedade que desenvolve e faz. Olhem os números como são.

Portanto, também a questão do lixo é uma questão tecnológica, é uma questão de procedimento organizacional, é uma questão de olhar e saber que o lixo é um enorme recurso natural gerador de riqueza. Riqueza, aqui foi bem colocado, para o catador, o transportador, o gerador, seja para quem for. Só que precisa ter destino.

Se os senhores forem ao Japão, o Japão é uma língua de terra de apenas 1.200 quilômetros por 150 a 200 quilômetros de largura. Lá eles não têm esse problema porque tudo tem um tratamento absolutamente recuperador da riqueza do lixo. Nós não estamos lá!

O Sinduscon chegou a pagar viagem a Nova Iorque para saber como é que fizeram com os rejeitos, com os resíduos sólidos do 11 de Setembro. Eles mostraram quatro pontos atendidos. O programa deles está cinquenta anos na frente. Nós levamos um planejamento que tinha 60% do programa deles para daqui a cem anos e execução zero! Eles tinham quatro fatores principais.

Então, eu quero resumir, para não me delongar, com o seguinte: o sistema, os procedimentos não gradativamente implantados é que estão trazendo também um dificultador grande. Eles não foram, de fato, dialogados e receptados pelo gestor que é o Estado, como agora está aqui nesta reunião provado que precisa ser.

O Estado não é empreendedor, é incompetente para empreender até porque não é da natureza do Estado. Então, o empreendedor é a sociedade, é o cidadão, é a firminha lá, é o microempresário, é o grande empreendedor.

Eu quero aqui renovar o convite já feito pelo Ruyter, que é o presidente de uma diretoria do Sinduscon, e convidar as cinco empresas – havendo mais, convidar também – que fazem o transporte, para se reunirem no Sinduscon a fim de darmos uma solução à questão de transição de um processo para outro, seja por volume, seja por tonelada. Irá chegar a tonelada, conforme o Paulo colocou. Na hora em que as ATTRs funcionarem, será por tonelada. Só que há uma vantagem: terão 2, 3, 10, 15 balanças e haverá funcionário – o empregado lá que não tem estabilidade – trabalhando na hora do almoço, trabalhando fora, evidentemente em vários regimes. (Palmas.) Então, com isso, vai funcionar, sim, vai voltar a ter capacidade de um de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	44	

vocês transportarem seis caçambas por dia ou até mais. Mas isso é um regime de uma cadeia, uma cadeia humana de produção. Nada é diferente disso.

Contudo, o Estado não dá conta de fazer isso. Não é função dele, não! Por que não está tendo ATTR? Por que o Governo do Distrito Federal fracassou duas vezes. E há mais, e vou dizer aqui de coração, sem nenhuma demagogia a eles, nada: é por uma questão de que não são empreendedores! Eles têm as dificuldades das leis, das normas, tudo para fazer. Está certo?

Mas, hoje, o Diego trouxe a notícia resultado de um trabalho a quatro mãos – eles e o setor produtivo – para resolver a área de resíduos sólidos. Mas, não é só a área de resíduos sólidos de que nós estamos necessitando. Há a área hospitalar, de que a Kátia já falou, há muitas áreas; há a do vidro. Nós já tratamos disso lá no Codese – ouviu, Paulo? Você estava viajando. Já tratamos também de como e por onde fazer com o vidro, porque ele é um grande problema.

Então, todas essas questões são de demanda profissional. Não é profissional só o PhD. O catador de lixo é um profissional e não é fácil ser um catador de lixo! O cara que chega lá de novo está há dez anos luz daquele que está lá há muitos anos, treinado, sabe como fazer, como obter o melhor resultado.

Então, no fundo, do que nós precisamos? Nós precisamos do seguinte: 1 – do prazo; 2 – sermos receptados com aquilo que nós podemos dizer que funciona. Isso de duas formas: numa transição – porque vai ter que ter transição – e na implantação gradativa de um sistema que se requer agora, porque há muita coisa bem produzida, conforme colocou o Walter. Então, esse o caminho. Não é receber de batido pronto “porque está na lei”. A lei está errada.

O homem mais inteligente da Rússia, chamado Pedro, o Grande, um dia, solicitado pela esposa dele para resolver o problema do sofrimento de um condenado que estava enterrado e iria morrer enterrado, porque era a condenação: “Resolve o problema dele”, ela pediu. Ele foi lá e resolveu: deu um tiro e o matou. Acabou o sofrimento. “Mas não era isso que era o bom”, ela falou. Ele disse: “Então, mude a lei. Mude a lei e eu vou cumprir a lei. A lei, hoje, é que ele tem que morrer. Eu, simplesmente, aliviei o tempo”.

Então, aqui nós vamos ter, sim, que adaptar a lei, conforme colocaram anteriormente. Mas, se não se puser uma condição de transição... Ninguém muda sem passar pela ponte, tem que ter um espaço.

Bom, para andar um pouco mais, do jeito que está já tem estoque de resíduo sólido na cidade para todo lado. Não estou falando de jogar na via por aí, não. Estou falando de estoque dentro das construtoras. Já está tendo estoque, porque tem um erro fundamental, que é o erro do processo.

Esse problema é tão importante visto do lado de que tem que economizar, tem até que dar lucro, que o Paulo colocou aqui com clareza: “Nós estamos dispostos a pegar a nossa cooperativa e fazer todo o serviço, do gerador ao transformador”. Mas lembrou aqui o João, e estava bem anotado aqui, é preciso ter o consumo daquilo que

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	45	

for produzido. E, no caso, no Distrito Federal, o consumidor maior, disparadamente 90% pelo menos, é o Estado, é a Novacap. Então, precisa ter obrigação. Já que tem que haver um processo de proteção ambiental, é preciso ter a obrigação de consumir e ter preço para pagar. Está faltando isso e eu vou perguntar para o Diego: já foi colocado lá? Essa foi uma das lutas nossas lá. Já ou não? Se foi, nós estamos começando a achar que o processo está ficando redondo.

SR. DIEGO LOPES BERGAMASCHI – Como o senhor perguntou, e eu não queria lhe deixar sem resposta, lá o que existe hoje já é uma tabela oficial. Agregado cinza está garantido. Já foi solicitado que todos os orçamentos comecem a incluir o item orçamentário na licitação. Somado a isso, como nós temos problema de cascalho, e é uma necessidade nossa de governo, também, nós estamos criando um item orçamentário – porque não existe nenhum no Brasil, público – para agregado reciclado em uso em subleitos em substituição ao cascalho. Então, estamos atendendo a essa demanda. (Palmas.)

SR. LUIS CARLOS BOTELHO FERREIRA – Claro. Pronto.

Eu chamo a atenção para o seguinte: vai funcionar porque sentou, receitou com os empreendedores e se fez seriamente o caminho de um ordenamento de solução. E é preciso fazer o resto. O Estado só quer impor, e não é só pelo problema da receita. Não é. É pelo problema do idealismo, também, mas a gente tem que ser pragmático.

Então, vejam bem: é importante uma última colocação.

A cadeia produtiva precisa de um projeto completo para ela. Não precisa ser perfeito, não, nem precisa delongar dois meses, três meses, nada. O projeto da cadeia produtiva é uma coluna vertebral, é uma estrutura de operação. E digo mais: nós temos pouco tempo para colocar uma cadeia produtiva funcionando completamente, ainda que não seja perfeita, porque o lixão, ou lá, o Jockey Clube, não suporta mais de dois anos, não. Estou falando muito de resíduos sólidos, mas existem as outras coisas.

Então, no fundo, é o seguinte: nós precisamos e o Estado precisa ver que tem que se reunir, realmente, com condições receptivas, práticas... Quer dizer: "Como é que você funciona? Como é que você acha que você transita? Como é que vai ser isso?" E aí a gente cria o principal, que é a viabilidade técnica e de custos para poder implantar.

No particular, como apareceu esse problema desse tamanho, eu estou ficando na minha empresa, independentemente de todos os senhores, inclusive, independentemente da fiscalização da Bruna ou do trabalho da Kátia. Eu estou investindo para que tudo que for produzido eu já reciclar, e tudo que eu reciclar, eu utilizar. (Palmas.) Por que? Porque eu acho que o Estado é o pior problema do Brasil, e vou dizer a frase final – estou aqui, desde 1956: esta é uma cidade proibida. Tudo aqui é proibido! E os custos vão embora.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	46	

A cidade precisa deixar de ser proibida! Porque tem o outro lado em que ela é permitida, e nós não podemos mais continuar assim. E quero chamar os senhores para o seguinte: é fundamental que nós reajamos construtivamente, positivamente, tecnicamente, conforme cheguei a lançar aqui a (Inaudível.), para poder fazer o atendimento à condição ecológica, à condição ambiental. Só que o Estado não pode fazer isso sozinho, não. E não é por imposição. Olha, o pai que só diz "não" ao filho, degenera o filho. E que o Estado não continue a degenerar a nossa sociedade.

Obrigado.

(Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Muito obrigado, Dr. Luís.

Vou fazer um aviso. Brilhante colocação.

Quero, agora... nós já estamos quase encerrando e, antes de fazer os devidos encaminhamentos...

Um deles é com relação a esticar o prazo... acho que aqui todo mundo é unânime, portanto, em pedir. Espero que os órgãos decisórios concedam.

Mas vou passar a palavra aqui, muito rapidamente, para que os membros da Mesa façam as considerações finais deles, começando pela Dra. Bruna, que tinha feito o pedido anteriormente, e, depois, para o Deputado Rôney Nemer e para o Anderson.

Concedo a palavra à Sra. Bruna Pinheiro.

SRA. BRUNA PINHEIRO – Bom, é sempre muito bom ouvirmos diversos pontos de vista sobre um mesmo tema, mas quero discordar de algumas colocações que foram feitas aqui.

Primeiro, de que não houve diálogo. Isso não é verdade. Nós estamos conversando sobre esse assunto, desde que a lei foi aprovada. Tanto dentro do próprio Corc...

E aí quero dizer que tanto a associação, a Ascoles, que teve assento e participou intensamente – talvez a comunicação interna dentro do setor não tenha sido tão efetiva –, como o Sinduscon, que também teve assento e que também participou de discussões ativamente com os seus membros.

Eu acho que o que acontece é que as pessoas pensam que as leis não vão vingar. Tudo isso que está acontecendo simplesmente aconteceu porque a gente colocou em prática uma lei aprovada nesta Casa. A gente efetivamente está fazendo cumprir uma lei aprovada. Mas os próprios Deputados que me antecederam aqui disseram que, se a lei tiver problema, esta Casa pode rever.

Eu acho isso muito bom dentro de uma discussão como esta, só que eu acho que a gente precisa esclarecer bem as responsabilidades dentro dos setores neste debate. É muito fácil colocar a culpa no governo e dizer que ele é o culpado de tudo, que ele não ouviu, que ele está impondo, que ele é autocrático. O governo ouviu. Eu participei de diversas reuniões, inclusive com os senhores, fora do Corc.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	47	

Acho que o Sinduscon é testemunha do tanto que a gente dialoga com o setor de vocês, em todas as diversas áreas em que o tem tratado: desde LUOS, CPCOE – Comissão Permanente de Monitoramento do Código de Obras e Edificações –, enfim, em todas as leis que são de interesse. Se tem uma coisa de que este governo não pode ser acusado é de ser autoritário, de não discutir com a sociedade, principalmente com os interessados, sobre o que vai ser implantado.

Se a lei precisa ser revista, ótimo. Se a Adasa precisa rever a resolução, excelente. Está todo mundo disposto aqui a reabrir a discussão? Excepcional.

Mas dizer que a culpa é do Executivo, que ele fez tudo à força, da cabeça dele, isso não é verdade. Vocês podem até ficar repetindo isso, como um mantra, mas isso não é verdade. Todo mundo tem parcela de contribuição para o que está acontecendo aqui: a lei aprovada nesta Casa, as reuniões, os representantes que foram mandados aos órgãos que não representaram à altura ou não defenderam à altura. Acabou que, na hora em que efetivamente está sendo cumprida a legislação, não é para valer. É para valer? Então, vamos discutir. É para valer? Então, eu quero falar. Ok. Nós estamos abertos para ouvir. Nunca é tarde para isso, e nós não estamos aqui fechando debate. Tanto é que viemos pessoalmente para esta audiência, porque queremos, sim, ouvir.

Queremos que isso dê certo. O interesse do governo é que dê certo. Queremos que o fechamento do Lixão dê certo, que o aterro sanitário dê certo, que todo processo de resíduo da construção civil dê certo, que as cooperativas, os catadores deem certo. Esse é o nosso interesse. O que tiver que mudar nesse processo para que dê certo, esse governo vai fazer. Isso é uma coisa que eu quero deixar muito clara dentro desse processo. Ok?

Há uma segunda coisa que eu queria dizer. Cadê o Marcone?

(Manifestações fora do microfone.)

SRA. BRUNA PINHEIRO – Já foi embora? Que pena! Mas eu queria fazer um convite para o Marcone para que ele juntasse um grupo da associação e viesse, à Agefis, para a gente discutir.

(Manifestações fora do microfone.)

SRA. BRUNA PINHEIRO – Ok. Eu nunca recebi uma solicitação, mas eu estou fazendo o convite para que vocês vão até a Agefis, para que a gente discuta o processo de fiscalização. Eu estou abertíssima para isso. O interesse de vocês é que a fiscalização seja efetiva e o nosso também é. Então, vamos construir isso juntos.

Eu estou convidando o Marcone porque, nas diversas reuniões de que participei, ele foi uma pessoa que demonstrou bastante clareza no procedimento com relação à fiscalização. Ele repetiu isso hoje aqui, apesar de ter falado sobre diversas coisas com as quais não concordo. Mas eu tenho que dizer que o procedimento de fiscalização de que ele falou é realmente falho. Pode ser muito melhor. Nós queremos fazer muito melhor. Nós podemos fazer muito melhor e nada melhor do que ouvir

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

quem sabe como funciona, regular e irregularmente, para indicar o melhor procedimento de fiscalização.

Estou fazendo aqui formalmente o convite. Estou falando no Marcone, porque já vi que ele tem uma certa liderança, mas a associação que aqui está representada está convidada. Já está aberta a agenda da Agefis para a gente montar até um grupo a fim de discutir o procedimento de fiscalização.

(Manifestação fora do microfone.)

SRA. BRUNA PINHEIROS – Não é mesmo. É verdade. É isso que nós estamos fazendo aqui, porque, se a gente não quisesse conversar com vocês e ouvir as pessoas, nós não estaríamos aqui. Nós não somos obrigados a estar aqui, nós viemos para ouvir, para conversar.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. BRUNA PINHEIRO – E nós estamos.

(Intervenção fora do microfone.)

SRA. BRUNA PINHEIRO – Não. Até o próprio Líder do Governo disse que sentiu que o Deputado Wellington Luiz estava muito prestigiado, porque os titulares dos órgãos estão aqui. Isso é porque realmente é um tema muito importante para a gente, é um tema muito importante para esse governo, e nós vamos ouvir quantas vezes forem necessárias.

Nós vamos conversar quantas vezes forem precisas até que consigamos, efetivamente, finalizar esse processo, porque nós estamos determinados a finalizar esse processo. Isso vai acontecer. Começou e não vai parar. Se tiver que rever, ok, mas nós não vamos mudar o rumo, que é o fechamento do Lixão e todo o processo que vem junto com o fechamento do Lixão.

Agradeço muito a oportunidade de poder estar aqui. Eu acho que a Kátia vai poder complementar muito mais. Eu deixei as coisas mais específicas para ela falar, mas quero só reforçar que este governo é um governo que dialoga, que não foge das questões, que não foge do debate e que está aberto para rever aqueles procedimentos que precisarem ser revistos. Ok?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigada, Dra. Bruna.

Passo a palavra para a Dra. Heliana Kátia Tavares Campos.

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Boa noite a todos e a todas. Eu anotei as falas e gostaria de responder as perguntas de todos, inclusive, a do senhor. Vou começar pelo meu querido colega aqui do lado, que disse que o Estado não é para fazer, é para fiscalizar.

O Estado não tem que se meter no entulho da construção civil. Não tem que se meter. A empresa privada gera o entulho, contrata o transporte. Ponto. Este Estado aqui fez uma coisa que não devia: se meteu em um meio que não é dele. Nós não temos nenhuma responsabilidade legal de arrumar terreno, de arrumar soluções.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	49

Por exemplo, o lixo hospitalar. Há empresas aqui coletando lixo hospitalar. O SLU – Serviço de Limpeza Urbana – tem tratamento de lixo hospitalar? Não. O SLU tem que ter tratamento de lixo hospitalar? Não. O Estado tem que ter tratamento de lixo hospitalar? Não. O lixo é coletado aqui, a empresa faz o tratamento, aterriza ou leva para Betim – leva para não sei onde.

Então, eu queria deixar clara uma coisa, que eu já esclareci inúmeras vezes, principalmente para o senhor: o Estado não tem nada a ver com entulho com menos de um metro cúbico. A lei é nacional. Aliás, foi dito aqui por algum Deputado que, se a lei não está boa, que seja mudada. Ela pode ser mudada.

A lei aqui representa o povo que vem para esta Casa, mas não pode ser mais flexível do que a lei federal. Não pode. Se a lei federal diz que entulho da construção civil não é responsabilidade do Poder Público porque é uma coisa privada, a lei daqui não pode dizer o seguinte: “o SLU vai cuidar de tudo”. Ela não pode, porque não pode ser mais flexível. Ela pode ser mais apertada. Ela pode exigir mais, mas ela não pode ser mais flexível.

O SLU, ao se meter com esse material, está dando um apoio para a situação de emergência, mas não é responsável por isso legalmente. Se o Tribunal de Contas e o Ministério Público pegarem o SLU gastando dinheiro público do povo do Distrito Federal, atendendo à iniciativa privada, quem está ferrada sou eu, é o meu CPF. Isso por estar pegando dinheiro público e fazendo coisa privada.

Isso tem que ficar claro, porque está parecendo aqui o seguinte: o Poder Público não tem balança. O Poder Público não tem que ter nada! Ele tem que ter, mas para pegar o resíduo do SLU, da Agefis – Agência de Fiscalização do Distrito Federal –, da Administração Pública, das demolições da Agefis, da Terracap – Companhia Imobiliária de Brasília –, do Estado. Nós temos que responder pelo Estado, não pela iniciativa privada. Eu queria deixar isso bem claro, porque está invertido o esquema. Eu concordo com o senhor: o Estado não tem que fazer, tem que fiscalizar.

Todavia, culpá-lo por não haver ATTR porque a Terracap não fez alguma coisa... A Terracap está tentando ajudar se enfiando numa coisa que não é dela. Da mesma forma que o lixo de resíduo de saúde achou a sua solução, o grande gerador tem que achar. O grande gerador ou contrata o SLU, ou contrata um aterro privado. O ECC – Entulho Inerte de Construção Civil – coleta-se para levar para onde? Se você arranhou um trabalho, quer coletar alguma coisa, você tem que saber para onde vai levar do ponto de vista legal. Queria deixar isso muito claro, porque todo esforço desse governo que está sendo feito é para apoiar o segmento, é para ajudar o segmento, assim como nós estamos fazendo em outros setores. Eu queria começar por aí.

Gente, em 2015, sabe o que fazia quem quisesse coletar entulho da construção civil? O que fazia a pessoa? “Ah, eu quero virar coletor de entulho.” Compra um caminhão, uma caçamba, coleta em algum lugar, joga em outro lugar. Era assim. Eu não sei se houve audiência aqui na Câmara Legislativa para apurar responsabilidade

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	50	

do Estado, que não regulou, não fiscalizou e deixou encher a cidade de oitocentos lixões no início desse governo.

Não sei o que houve, a preocupação da sociedade, da Câmara, para não falar assim: "Gente, olha que absurdo. Na Capital Federal do Brasil, qualquer pessoa pode transportar resíduos de qualquer lugar para qualquer lugar." Comprou um caminhão, duas caçambas... E sabe onde as caçambas ficavam? Dentro das áreas do SLU, porque sequer o cara precisava comprar um... Ele só tinha que ter um caminhão e a caçamba. Coletou, jogava em qualquer outro lugar e guardava em praças públicas ou em terreno baldio. Ou quando chegava a despejar no SLU, porque era lá perto, deixava lá dentro.

Portanto, eu acho que o Estado está de parabéns por regularizar, colocar norma e falar o seguinte: "O senhor quer coletar entulho? O senhor tem que se cadastrar no site do SLU. O senhor tem que dizer que tem um caminhão, que a sua placa é essa, que tem tantas caçambas, que tira caçamba de um lugar e põe em outro." Gente, nós estamos organizando uma situação absurda em que qualquer pessoa fazia o que quisesse.

Depois, a resolução da Adasa, que foi em cima da lei de resíduos da construção civil, disse o seguinte, considerando que aqui não tinha a solução da iniciativa privada, que deveria ter: "Ah, o SLU pode, sim, receber desde que remunerado." E nós estamos recebendo, desde o dia 29 de janeiro, sem sermos remunerados. De quem é o problema? É de alguém que está aqui? É meu. Eu estou recebendo entulho de vocês em um aterro público. Eu estou assinando um contrato, pagando uma empresa para prestar serviço privado com recursos públicos.

(Manifestação nas galerias.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Deixa eu concluir, por gentileza.

Portanto, hoje, nós temos um sistema totalmente informatizado no qual a gente acompanha o que está acontecendo, quantas caçambas cada pessoa tem. E eu quero dizer uma coisa sobre a questão das balanças. A gente não precisava ter nenhuma, mas, tudo bem, temos duas e compramos mais uma. Estamos lá operando com três. Eu tenho seis câmaras naquele local e sei que hora tem fila e hora não tem. Nesta semana, eu estava lá, na terça-feira, na hora do almoço, e deu uma fila de uns quatorze caminhões. Eu desafio. Olha, gente, 9h da manhã não tem um caminhão, nove e meia. Às vezes, fica meia hora, uma hora, sem aparecer um caminhão na parte da manhã. E outra coisa: eu pedi para controlar fila agora.

Então, nós estamos com três pesagens automáticas. Gente, reclamar, inventar e transformar um problema que aconteceu...

(Manifestação nas galerias.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Se vocês não quiserem que eu fale, eu peço licença e me retiro.

Outra coisa, vários de vocês, em reuniões conosco, inclusive, no SLU, já disseram assim: "Meu pai morreu sem ver o que vocês estão fazendo." Porque era

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	51	

uma vida de cão, entrando caminhão, correndo... Várias vezes eu, com carro pequeno, dentro lá do antigo Lixão, e os caçambeiros vindo correndo porque tinham que fazer oito, nove, dez viagens por dia, jogando carro em cima, colocando em qualquer lugar. Hoje, eu desafio. Aliás, Deputado, eu gostaria muito encarecidamente de convidar V.Exa. a ir lá na hora que quiser e falar...

(Manifestação nas galerias.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Na hora do almoço, tem um pouquinho de fila. É o único horário. Eu queria convidar V.Exa. para ir lá na hora que quiser. E aí, na hora em que V.Exa. estiver chegando lá, para não... Tem gente que fala até assim, não, tudo bem...

Então, eu quero dizer o seguinte: nós estamos com muito orgulho de estarmos regularizando uma situação vexatória na Capital Federal, onde cada um fazia o que queria, do jeito que queria. Às vezes a pessoa dava oito viagens porque ela fazia uma viagem e fazia no lote vago, outra e jogava no lote vago, ia pertinho. Agora, tem que dar três viagens porque o cara está lá no Gama, vai lá na Cidade Industrial...

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Eu estou dizendo, gente, que os lixões....

Eu não estou dizendo que não existe problema, eu estou dizendo...

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Ok, pessoal... deixem-me falar.

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Para o Deputado, eu queria dizer o seguinte, ele falou: "vamos negociar". Nós já fizemos muitas negociações, Deputado, e já mudamos muito o prazo. Muito. O Corc, que já vem discutindo ao longo do tempo. Depois a gente chamou o segmento, a resolução da Adasa é clara: a partir do momento em que o SLU, que não tem nenhuma obrigação de coletar esse entulho, estiver coletando, ela tem que ser ressarcida porque é uma improbidade administrativa gastar dinheiro do povo do Distrito Federal para fazer uma atividade privada.

Portanto, nós comunicamos que iríamos cobrar a partir do dia 29 de janeiro, foram feitas três reuniões com o segmento, nós adiamos para o dia 15 de março e eu estou fazendo um grande dossiê para me defender, explicar o porquê de eu ter feito isso. Eu estou fazendo um dossiê explicando as razões porque eu não posso ficar eternamente fazendo isso, sob pena de eu estar arriscando...

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Não, perder emprego não é questão. Com sinceridade, aliás, é melhor perder do que fazer coisa errada.

Outra coisa, são mais de trezentos registros no nosso cadastro. Então, para a gente receber pós-pago, nós temos que fazer contrato. Aí eu faço uma com o senhor que tem um caminhão, faço com outro que tem dois caminhões, com outro que tem cinco e não sei o quê. Vou ter que fazer trezentos contratos no SLU com a iniciativa

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

privada. Isso não só é inviável do ponto de vista administrativo e burocrático porque, conforme foi dito aqui, o Poder Público não sai contratando, cada contrato tem que passar pelo jurídico, é uma verdadeira maratona.

Então, nós pensamos: vamos fazer o pré-pago. Ele tem um crédito e à medida que ele vai... Aí não preciso fazer contrato individual, porque, quando a gente está aqui discutindo, a gente está discutindo problema que está acontecendo, mas, na hora em que chega à minha mesa, eu tenho que discutir o que a lei me permite fazer. "ah, tá bom, agora eu vou fazer pós pago". Não posso fazer isso! Eu tenho de fazer o que a lei me permite. Porque, se eu fizer alguma coisa que não é a favor da lei, dois dias depois, alguém derruba o que eu estou fazendo, entra com ação no Tribunal de Contas.

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Pode! É só vir e mudar a lei, mas a Lei nº 8.666 não. O Estado tem que fazer contrato. Por isso, nós fizemos o sistema pré-pago, mas já passamos para pós-pago, achamos uma solução que não vai me colocar na cadeia, se for pós-pago, mas, se alguém não nos pagar, vamos ter problemas e ação judicial para receber um dinheirinho.

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – É, porque, se for um caminhão só... depende do número de vezes que a pessoa for lá.

Foi dito aqui – não me lembro mais se foi o Deputado Agaciel Maia – que o governo tem uma posição. Quer dizer que tem, não existe um problema no governo. A Sinesp, o Meio Ambiente, a Agefis, o SLU, tudo o que nós fazemos é decisão de governo. Portanto, nenhum de nós pode chegar aqui e falar que vai fazer isso ou aquilo, porque nós não podemos fazer isso. Só vamos fazer na hora em que sentarmos – Sinesp, Agefis, SLU, Meio Ambiente, Procuradoria-Geral – para vermos o que podemos fazer. Então, quero deixar claro que, se alguém pensa que o governo não está entrosado, digo que está e que está unido. Temos um ponto de vista. Se mudar, todos nós mudamos; se não mudar, não muda ninguém.

Balanças são suficientes. Eu estou acompanhando a balança que não pesa trucado. Os caminhões estão sendo adesivados para dizer "estes caminhões aqui podem passar por esse caminho, aqueles não podem".

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Olha, gente, vamos aperfeiçoando, estamos dispostos a melhorar, mas estamos evoluindo. Antes era um mundo-cão, antes era atropelando catador, saindo...

(Manifestações da galeria.)

HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Estamos contratando uma ATTR pública para instalar lá, para a gente reciclar o material que entra lá. E a advogada disse "Por

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	53	

que vai cobrar diferente, se está fazendo tudo igual”? Ela está mal informada. Nós temos uma área onde colocamos terra e entulho limpo reservado, e uma área onde o entulho é todo sujo, a gente coloca...

(Manifestação na galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Gente, a área tem duzentos hectares. Tem coisa lá que... só com drone. Nós descobrimos, na quinta-feira, coisas lá que a gente não sabia. De tão grande que é a área. E outra coisa, todo mundo aqui quer é a favor do meio ambiente, todo mundo aqui quer preservar, todo mundo aqui quer que as coisas não sejam aterradas. Então, a gente vai cobrar um valor para o entulho limpo, que vai ser moído, reciclado e utilizado nas obras públicas. E o entulho sujo vai ser posto em outro lugar. Vamos aterrar, porque não vai ser aproveitado. Isso é uma questão de mudança cultural.

(Manifestação na galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – E tem gente lá o tempo todo, de uniforme, de boné, dando todo o encaminhamento. Pusemos três totens de concreto. Eu vou lá toda semana, e a gente entra ali e eles vão desviando: “você vai pra cá, você vai pra lá”. Então, essa sinalização interna existe.

(Manifestação na galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Eu também não te vejo, mas não significa que você não vá. Eu posso olhar para você aqui e dizer: “você nunca foi lá, você está aqui só fazendo bagunça”. Você fala: “não, é porque não foi na hora que a gente...”

(Manifestação na galeria.)

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Mas eu vou dizer que eu vou sim, tá? Vocês podem crer que eu vou sim.

Mas eu queria dizer assim, Deputado: eu acho que o senhor está de parabéns. A gente precisa ir aperfeiçoando, mas precisamos de... Lá em Minas a gente diz que a carroça de abóbora se ajeita no caminhar da carroça. Estamos fazendo isso há quatro anos, continuamos discutindo, e qualquer posição de governo está na mão da nossa equipe de governo com a presença do Governador.

Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Dra. Kátia.

Doutora, só lembro que esta Casa não se furtou das discussões até porque não existe uma única lei, uma mensagem que foi encaminhada pelo Governador, que tenha sido aprovada em outro lugar a não ser na Câmara Legislativa. Portanto, nada passa de lá sem que seja aprovado aqui. Tudo foi discutido aqui.

A gente tem que reconhecer e, às vezes, ter a humildade de ouvir as pessoas no intuito de melhorar. Isso não nos faz melhor; pelo contrário, nos faz maior. É uma grandeza de espírito ouvir as pessoas, principalmente aqueles que estão na ponta.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	54

Com certeza, as reclamações deles são no intuito de trazer melhorias. E, se isso vier a acontecer, o governo só tem a ganhar. Talvez o governo hoje passe por uma crise política sem precedentes por ter ouvidos de surdos, por ter ouvido e não escutado. Isso é muito ruim. Mas não cabe a mim, sou um Deputado de Oposição, dizer a vocês, que são equipe de governo, o que têm que fazer. Se nós falarmos que está certo, não é possível, porque, se estivesse certo, hoje não estaríamos aqui reclamando até uma hora dessas.

Convido o Dr. José Walter Vasques Filho para fazer uso da palavra.

SR. JOSÉ WALTER VASQUES FILHO – Eu queria agradecer ao Deputado Wellington Luiz o convite e dizer que, além da importância de ouvir, eu vou registrar que reencontrei a Bruna. Eu tenho orgulho de dizer para a senhora que fui seu colega de trabalho. Sou testemunha da sua competência, da sua seriedade e principalmente da sua determinação, que é uma das coisas mais importantes para o gestor público.

Eu queria dizer que as portas da Adasa estão abertas. A Adasa não tem a verdade; a verdade não é monopólio de ninguém. Mas eu vou fazer um desabafo político aqui porque eu trabalhei com Wadjô Gomide, Prefeito do Distrito Federal. Eu trabalhei com doze governadores. Passei noites... fui funcionário da Rodoviária. O cara achava: "Ah, você foi Secretário de Estado". Não! Eu trabalhei na Rodoviária em 1982! Eu saía de lá às 4h da manhã! Eu virava a noite! O grande defeito desta atual gestão é achar que, porque trabalha muito, os outros têm que elogiar. Trabalhar muito é obrigação! Trabalhar muito faz parte da remuneração que a gente ganha! Porque ser servidor público é um estado de espírito! Ser servidor público é uma dedicação, como é ser professor! Não quer? Vá para a iniciativa privada! Não tem problema!

Então, o que eu queria dizer é o seguinte: eu faço um apelo para que possamos... Acho que a Dra. Kátia tem razão: o governo é coletivo, mas o CPF é privado. Nós temos que conseguir condições legais para que o gestor faça e não tenha que depois fazer o que acontece comigo. Hoje eu gasto 70% da minha renda para pagar advogado, porque eu não tenho ninguém que pague o meu advogado. Então, é importante que a gente respeite a vida pessoal de cada gestor.

Mas eu acho que nós estamos com um problema muito fácil de resolver. É um prazo! Nós não queremos uma solução aqui! Ninguém quer "ah, vou baixar preço, vou fazer...", porque é uma solução complexa! Discutiu-se muito? Muito! Teve diálogo? Teve! Mas não chegamos...! Quer dizer, não é porque você precisa de sessenta dias que você vai colocar em xeque um trabalho que não foi feito em cinquenta anos! Um trabalho bonito que está sendo realizado! (Palmas.)

Então, eu faço um apelo aqui aos órgãos de governo: que nos sentemos, que criemos um TAC, que criemos um instrumento legal, para que não exponhamos quem trabalha muito e depois tenha que passar quinze anos da vida respondendo porque fez uma coisa certa que alguém está questionando!

Eu acho que esse prazo tem que ser dado. Eu acho que o Sr. Governador vai ter sensibilidade, junto com os órgãos de governo, para isso, porque isso não é

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	55	

cláusula pétrea. O que não se pode é retroagir! Você não pode voltar atrás nas questões de princípio, como, por exemplo, não fechar o Lixão, não organizar a cidade, permitir que se jogue lixo em qualquer lugar. Isso não está em negociação! Isso é pétreo! Vamos organizar esta cidade!

Agora, sessenta dias não vai tirar de ninguém a sua hombridade! Nós não estamos aqui para perder ou ganhar! Nós estamos aqui para construir algo melhor! Se sessenta dias são suficientes, vamos lá! Vamos conversar! E eu sei que quem está trabalhando aqui está trabalhando por uma coisa melhor. Então, eu acredito que podemos construir esse prazo de forma legal, transparente, para que amanhã ninguém diga "Fulana, aquela ali..." – e vai sair no jornal – "... responde a processo por inquérito, não sei o quê." Ninguém vai dizer o que ela fez!

Então, eu proponho, eu faço esse apelo. Acho que o Deputado, junto com o Líder de Governo, que já se colocou a favor – o próprio Líder de Governo se colocou... Nós não queremos retrocesso. Acho que isso tem que estar claro, porque o trabalho feito pela Kátia, pela Bruna e por alguns outros, dedicados servidores públicos, não deve ser... (Ininteligível.) Mas um prazo não é quebrar uma sequência de avanços que estão sendo feitos.

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, José. É isso mesmo. Não seria nenhum demérito, pelo contrário. Mais uma vez digo que seria com grandeza de espírito.

Quero convidar agora o Sr. Anderson para fazer o uso da palavra.

SR ANDERSON AMORIM TEIXEIRA – Bom, aqui todo mundo conhece o que a gente vem passando. A gente nunca... (Ininteligível.) o valor de pagar. A gente quer pagar, a gente não está correndo... O método... é a forma por tonelada que é inviável. Ninguém questionou quando o cliente... Quando um cliente pede um contêiner, quando a gente coloca um contêiner de cinco metros cúbicos, a gente não sabe o que vai ter lá dentro, se é uma árvore ou se é concreto. Como é que eu vou deduzir se será uma tonelada ou sete toneladas? Se eu cobrar do cliente a carga cheia, sete toneladas, ele vai processar a empresa, com indenização ao patrimônio dele, o dinheiro dele. Ele está sendo lesado. Por isso eu falo para vocês: não tem condições de cobrar por tonelada.

Nós protocolamos, na Adasa... para se fazer essa medida por contêiner único. Para eles, a dificuldade é grande, porque onera, mas hoje a capacidade de tonelada com que a gente entra... A própria Kátia sabe. Quantas toneladas está dando hoje, Kátia, por dia?

(Manifestação da galeria.)

SR ANDERSON AMORIM TEIXEIRA – Ela sabe! Ela sabe que varia de 8 mil a 14 mil por dia. Ela sabe! Eu sei quantos caminhões que eu tenho. Eu sei quanto é a tonelada de cada um. Eu tenho uma base. Eu tenho a base de sete toneladas. Tem

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	56

hora que eu vou chegar com quatro, tem hora que eu vou chegar com dez, como o Sarkis chegou lá com quatorze toneladas. Isso está no próprio sistema e na própria liderança do caminhão dele. Então essa média nós temos.

A gente trabalha com cálculo. Todo mundo fala que eu não deveria ser empresário, que eu deveria ser contador, porque, veja bem, se a gente tem 1.200 contêineres entregues por dia, nós temos a média de 1 milhão e 300 arrecadados aos GDF para pagar sabe o quê? Uma PC, duas máquinas de raster, quarenta pessoas – que são essas pessoas que ela falou que seguem à direita e seguem à esquerda. Então, a gente tem quarenta pessoas. Se você calcular, esse gasto aí não chega a 300 mil.

Agora, por que ela falou que tinha que fazer um contrato? Tudo bem. Ela segue o GDF. Ela tem a posição de não ser contra a lei. O Ministério obriga o GDF a cobrar pelo resíduo privado. Ela está certíssima. Agora, a partir do momento que não onera, não é só o empresário, não, é a população. Um contêiner desse aí, da forma que está chegando hoje, na tonelada, vai chegar na média de quatrocentos reais. Agora você imagina: quem vai conseguir pagar um contêiner desse? Sabe qual é o resultado? Falência. E a Bruna, trabalhando mil vezes para poder pegar o pessoal jogando entulho em local proibido, porque não vai ser contratado. Hoje já se está vivendo isso.

Kátia, mais uma pergunta para você. É fácil, porque foi você que assinou o contrato, você mesma sabe. A Valor cobra hoje quanto pela tonelada? Porque ela não trabalha por contêiner, ela trabalha por tonelada, não é? Qual é o valor da tonelada hoje?

SRA. HELIANA KÁTIA TAVARES CAMPOS – Na faixa de quatorze e pouco.

SR. ANDERSON AMORIM TEIXEIRA – Ok. É uma média oscilante. Mas eu volto até a fazer conta. É bem rapidinho. Só para a gente ter uma noção, que não sai da nossa medida. Quatorze a tonelada vezes sete por caminhão daria 98 reais. A média que a gente pediu para um contêiner único seria quarenta reais. Aqui estamos colocando média, não estamos colocando valor decisivo. A Ascoles tem uma... Como é o nome, Eber? Aquela ATTR que estava sendo montada saiu com quanto tempo?

SR. EBER ROSSI DE FREITAS – Boa noite a todos, senhoras e senhores. Eu até agora me absteve de falar qualquer coisa. Eu sou o atual Presidente em exercício da Ascoles. Nós colocamos o... – posso falar o apelido?

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Pode. Pode falar.

SR. EBER ROSSI DE FREITAS – Ele é conhecido mais por Bola, porque nós somos democráticos, então achamos por bem que ele ocupasse a tribuna hoje.

Na realidade, é o seguinte: a Ascoles arrematou do Governo do Distrito Federal, há mais de dez anos, uma usina montada na região da Fercal que serviria para o nosso propósito de triturar o resíduo sólido da construção civil. Só para obter a licença ambiental para funcionar a usina, nós levamos mais de dez anos. Depois de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	57		

dez anos, a maioria dos cooperados desistiu dessa iniciativa, porque o governo colocou mil obstáculos ao nosso objetivo.

Da mesma forma, nós temos uma área cedida pela União lá no Riacho Fundo I, uma área de aproximadamente 40 mil metros quadrados, que seria também utilizada com esse objetivo, e até hoje nós não conseguimos absolutamente nada, porque nós não conseguimos diálogo com o governo!

Eu queria dizer para você, Kátia... tanto o SLU quanto a Agefis... A Agefis... Nós nos colocamos sempre ao dispor de vocês para ajudar na fiscalização. Entendeu? Nós estamos sempre buscando um canal de diálogo com vocês, e estamos insistindo para que isso ocorra! Nós não temos responsabilidade pelo resíduo que está jogado dentro do Distrito Federal! A responsabilidade é de vocês, por ineficiência de fiscalização! De vocês, governo! Nós estamos nos colocando sempre à disposição de vocês para moralizar essa questão do RCC dentro do Distrito Federal! Há duas décadas que nós batemos às portas do governo para tentar resolver essa questão, e até hoje nós não conseguimos! Correto?

O que está acontecendo agora é que foi dito aí que a Ascoles realmente participou. Nós temos acerto no Corc. Só que, da mesma forma que as medidas foram colocadas... nós não havíamos testado as medidas até então e, no teste das medidas, das normas, observou-se a deficiência das mesmas. Não nos adianta jogar a responsabilidade sobre os ombros da Ascoles. Nós não temos responsabilidade. Nós atuamos, sim; participamos mensalmente das reuniões da Novacap. Mas, quando observamos o processo em andamento, vimos as falhas que estão acontecendo agora. E nada mais justo que obtenhamos um prazo de no mínimo 120 dias para tentar resolver esse problema.

Nós não estamos protelando nada. Não é o nosso interesse. O problema é que não funcionou da forma como foi colocado. Na questão de balança, na questão de peso, de tonelagem, enfim, está se buscando a melhor forma de se fazer a cobrança. Se vai ser por tonelada, por unidade, enfim, nós temos que buscar isso novamente. Sentarmos e discutirmos esse detalhe. Correto?

Quanto ao preço que foi falado aqui, que subiu, é claro que o preço subiu. Essas empresas são falimentares. Então, é um processo falimentar. Várias delas já saíram do mercado. Entendeu? Por concorrência desleal, por problemas de preço. Há dez anos que não são alterados. Os consultores estavam rindo da gente porque até então os preços eram de 100 reais, 80 reais. Um absurdo! Correto? Qual empresa sobrevive com esse tipo de preço? O mercado está reagindo de forma correta. Os preços estão chegando ao nível mínimo. Correto? Por conta de dez anos de represamento, de jogar entulhos em locais errados. Os consultores também se beneficiaram disso, pagaram preço baixo para ver o entulho deles jogado na esquina. O particular pagou o preço baixo para ver o entulho dele jogado na esquina. Esse é que é o problema que existe aqui no Distrito Federal. Para se fazer uma coisa moralmente correta, é preciso que se busque o preço justo. E o preço justo está aparecendo aí, agora. Correto?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Então, mais uma vez, nada mais justo que se prorrogue por mais 120 dias, que se discutam todas as questões relativas a esse processo.

Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, presidente.

Volto a palavra ao Bola, para concluirmos. Já se encerraram as falas. Então, a gente vai ter que encerrar a fala da Mesa. Depois eu passo a palavra para a senhora, para o encaminhamento.

SR. ANDERSON AMORIM TEIXEIRA – Bom, gente, essa situação do contrato da Valor, ele poderia ter sido passado para a Ascoles, como a gente já tinha “um moinho”, já tinha toda a situação, os coletores, os catadores que hoje têm cooperativas. São 25 cooperativas hoje nessa situação. Resolveria o problema das duas mil famílias que hoje estão nessa situação, nessa forma aí. É como o Rônei falou aí: 300 reais não é digno para ninguém. Então, eles, com as cooperativas e com o próprio ATR, por administração, por exemplo, da Ascoles, revolveriam o problema nosso e o deles ao mesmo tempo. Não precisa estar a Valor lá. Não sei por que está a Valor. O contrato é emergencial, mas poderia ser feito com a gente, com a Ascoles e com a demanda da gente, mesmo.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Bola.

Concedo a palavra ao Sr. Rônei Alves da Silva.

SR. RÔNEI ALVES DA SILVA – Sr. Presidente, eu vou falar bem rapidamente. Eber, você se lembra de que todo mundo conheceu o Paulo, que era o presidente anterior da Ascoles? Ele desistiu. Simplesmente, desistiu. Eu era garoto quando essa história toda começou. Eu vi entrar governo, sair governo, e os erros geralmente são os mesmos. Desde o governo passado que a gente vinha discutindo, porque o aterro sanitário foi licitado no governo passado. Começou a construção no governo passado, e este governo só terminou aquilo que o outro tinha feito.

Ele reclama muito porque o viaduto caiu, e foi culpa dos outros. Ele não assume a responsabilidade pelo que os outros não fizeram, mas quer assumir os louros do que o governo passado fez. O que eu quero dizer com tudo isso é que essa história tem anos e anos, a gente está ficando velho, muitos de nós ou morreram ou desistiram.

Estava 100% acordado que a ATTR do Lixão... Porque o Lixão não fechou. Reitero: o Lixão continua operando com 6 mil toneladas de resíduos da construção civil diariamente. A única coisa que se tirou de lá foi o orgânico e o reciclável, que estão sendo enterrados no Aterro Sanitário de Samambaia.

O Lixão da Estrutural era para ter uma ATTR, pelo arranjo produtivo local. O arranjo produtivo local era as cooperativas e associações de catadores representados pela SINDICOOP – Sindicato das Cooperativas de Trabalho e Serviços e os coletores de entulhos representados pela Ascoles e mais ações de liberdade. O governo atual

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

falou: "Oh, não existe nada disso aqui, não. Nós vamos ter oito ATTRs. Vai ser licitado. Quem quiser que entre".

Esse é o grande problema, porque, no começo deste governo, quando a gente falou da importância de se ter uma ATTR pública em uma parceria do arranjo produtivo local, das cooperativas de catadores junto com os coletores de entulho, para que a gente pudesse operar uma ATTR, esse problema não estava acontecendo.

Infelizmente, porque simplesmente cancelaram, como cancelaram o galpão da Asa Norte, como cancelaram o galpão... Dos doze galpões que eram para ser construídos, eles vão reformar dois e construir dois, sendo que, dos que vão ser construídos, um nem vai atender, porque é lá na usina do P Sul. Só vai atender aos catadores que estão lá.

Esse foi o grande motivo. Das doze unidades de triagem de catador que era para se ter em Brasília, este governo termina com a construção de um e com a reforma de outro, e 2 mil pais de família estão em um galpão alugado, só Deus sabe por quanto tempo.

Fala-se como se fosse a coisa mais fantástica do mundo: "Alugamos quatro galpões, empurramos o povo lá dentro", como se tivessem resolvido. O fato é que hoje Brasília enterra 2 mil e 600 toneladas de resíduos domésticos no Aterro Sanitário de Samambaia e enterra, no Lixão da Estrutural, que não foi fechado – essa é a maior mentira que está sendo contada em Brasília –, 6 mil toneladas de resíduos da construção civil. O que podia estar dando sustento para nós está sendo enterrado lá.

Eu vou encerrar minha fala, Deputado, com uma coisa – talvez eu nem fique vivo na próxima semana: acho que a gente precisa abrir a caixa-preta do lixo em Brasília.

Eu proponho que esta Casa faça uma comissão parlamentar de inquérito para estudar isso, para saber por que tal empresa está em tal lugar, qual foi a empresa que doou dinheiro para campanha de sei lá quem – a gente sabe quem é, mas não pode falar, senão piora a situação.

Teve empresa que doou 750 mil, só não foi para mim. Se vocês procurarem no TSE, está lá. E são justamente as empresas que estão operando sei lá o que em sei lá onde.

É só pesquisar, gente. É bem fácil. Bota lá o nome do cara, bota lá quem foi que doou dinheiro para a campanha dele, que você vai saber onde ele está operando hoje. Por isso que nós não temos uma ATTR do arranjo produtivo local.

A gente precisa de uma comissão parlamentar de inquérito para abrir uma investigação e abrir a caixa-preta do lixo de Brasília, porque o seu sofrimento, o nosso sofrimento perpassa por alguém que está ganhando muito dinheiro.

Enquanto nós não fizermos isso, estaremos enrolados. E não tem problema, não. Se me matarem, não tem problema. Eu vou trazer um dossiê para o senhor, com o nome de quem doou dinheiro para a campanha, que não foi para a minha mãe, com

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página		
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	60		

as toneladas que estão sendo enterradas no Aterro Sanitário de Samambaia, com as toneladas de material reciclável. Gente, até perna de gente chegou na coleta seletiva. Resíduo hospitalar é mato! É mato.

Eu vou dizer uma coisa para encerrar minha fala, Deputado. Eu acabei de falar aqui um termo meio pesado. A Secretária Bruna até me repreendeu, com muita razão, mas, enfim, parece-me que, nesta cidade, os únicos que estão insatisfeitos são os catadores e coletores de entulhos; mas o policial civil não está satisfeito, o professor não está. Eu não vejo uma só categoria, porque se fosse só a gente, vai ver que a gente estava errado mesmo. Não é só a gente, é Brasília toda. E sabe por quê? Pelos mesmos motivos que nós estamos aqui sofrendo, as outras categorias estão sofrendo. Dizem que escutam, mas, quando fizeram as reuniões com a gente, era o seguinte, traziam cinco opções e diziam: "Escolham das cinco qual vocês querem". Eu falava: "Mas nenhuma das cinco nos atende". "Ah, mas só tem essas cinco. Serve? Não serve? Fazer o quê!".

Então, infelizmente era isso. Eu acho, Deputado, que hoje é necessário colher as assinaturas para fazer uma investigação profunda e séria a respeito da questão do lixo de Brasília.

Era isso, muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, Rônei. E é bom que fique claro que esta é uma comissão geral, está sendo gravada, os nossos taquígrafos e as nossas taquígrafas, que prestam um excelente trabalho para esta Casa, estão registrando cada linha do que se diz aqui. Portanto, a sua denúncia já tem o dever de ofício para todos nós para que seja apurada. Então, se essa documentação chegar em minhas mãos... primeiro como cidadão, depois, porque passei quase trinta anos na polícia. E eu acho que hoje o que acaba com este País é a corrupção e ela tem que ser banida.

Então, se tiver qualquer indício de irregularidade, você pode ter a certeza de que tem o nosso compromisso, como aconteceu na CPI da Saúde, em que eu fui Presidente, nada ficou sem ser apurado, independentemente da forma como esta Casa agiu, mas eu fiz a minha parte, bem como alguns outros Deputados.

Então, traga para cá. Você pode ter a certeza absoluta de que tudo será devidamente apurado e, se houver algum responsável e se houver algum ilícito, pode ter a certeza absoluta de que nós vamos apurar com todo o rigor que a lei exige.

Muito obrigado.

O Luis está pedindo para falar.

Por favor, Luis Carlos Botelho Ferreira.

SR. LUIS CARLOS BOTELHO FERREIRA – Agradeço muito a oportunidade de estar aqui com todos e quero resumir a nossa posição. Engenheiro que sou, engenheiro também que todos são, mas, comedidamente, nós temos que dar soluções.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	61	

Buscando soluções, eu quero colocar somente duas coisas. A primeira, muito bem colocado pela Ascoles é que, mesmo tendo uma terra privada, coisa que é raríssimo no DF, como eu citei e ele citou outra, não se conseguiu em dez anos montar uma ATTR. Então, a sociedade quer fazer isso. Continua querendo fazer isso.

Mas tudo tem uma conveniência de distâncias, conveniência logística. O solo no Distrito Federal é do Estado, ou é da União uma grande parte, ou é do GDF a outra parte. Então, não há como obter com facilidade 40 mil metros quadrados, que é a demanda natural de uma ATTR. Por quê? Todos os processos de loteamento, e tudo aqui é pequeno, raramente tem um loteamento grande, mas este solo precisa estar colocado e os impedimentos já citados pela Ascoles ali, e também por nós, vão ter que ceder lugar.

A segunda coisa é uma coisa simples, eu estou convidando... O setor produtivo da construção civil está convidando a sociedade do transporte para se reunir no Sinduscon, da mesma forma que o Sinduscon e a Ademi estão se reunindo lá com a Sinesp e estão produzindo solução – porque, com a notícia de hoje que ele já trouxe... A gente já passou um monte de dificuldade, mas eles realmente escutaram, processaram e, com a capacidade empreendedora que é privada, eles já estão realizando a solução.

Aqui, a maior parte do problema parece que é resíduo sólido. E, sendo resíduo sólido, nós temos condições de juntar a construção civil, através das suas entidades, e os senhores para construirmos uma solução exequível que tenha uma fase de transitoriedade para chegar a uma definitiva. Por quê? Porque nós vamos ter que transitar de um processo, como diz a Kátia, anárquico para um processo racional. Isso não se faz assim, daqui para ali, vapt-vupt.

Então, os senhores estão convidados, o Sinduscon está no SIA, todos sabem onde é, vamos marcar. E nós queremos também os telefones das pessoas com quem falaremos. Esse é o resultado para nós da construção civil desta reunião. Vamos resolver a questão e levar a condição resolvida dentro da ótica do empreendedor, dentro da viabilidade econômica, dentro das viabilidades requeridas pela lei, levar para que eles possam consistentemente adotar e em seguida fiscalizar. Agora, até lá nós precisamos ter um pouco de paciência.

É necessário haver uma ATTR pública, nós já estamos discutindo isso há muito tempo, mas ela também deve ser discutida, como ATTR, não como SLU, só para separar o regime, nós precisamos discutir. Para quê? Para que ela, a ATTR pública, não elimine comercialmente a viabilidade das ATTRs privadas, que sejam alternativa até de distância. Como disse o Paulo, para podermos usar o material, para podermos aterrar lá aquele lixão horroroso que produz aquele metano – nem sei se produz só metano ou mais coisa!

Portanto, esse é o caminho. Vamos fazer isso e amanhã, sexta-feira, o Sinduscon, através da Fátima, já estará disponível para receber os telefonemas das empresas que fazem o transporte. Vamos marcar e vamos trabalhar. A Sinesp está

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA			NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018	15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	62	

com um trabalho pronto, está marcada a nossa reunião conjunta para quinta-feira da semana que vem. Acho que nós vamos conseguir solucionar isso.

Muito obrigado, agradeço mesmo a cada um a participação, vai nascer uma solução. Ele tem razão quando diz que nós não podemos perder o trabalho que já está pronto, mas podemos fazer com que ele não seja insuficiente, que seja ele aplicável de forma transitória. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Obrigado, doutor.

Doutora, em caráter excepcional, a senhora pediu um direcionamento. Em respeito ao pedido da senhora, por gentileza, faça uso da palavra.

SRA. MARCIA NAYANE – Bom, eu agradeço a oportunidade. Sou Diretora de Limpeza Urbana.

Só queria enfatizar o papel fundamental da ADASA em relação a essa questão da prorrogação do prazo. O que o SLU vem cumprindo é uma resolução e uma lei estabelecida. A lei, já foi dito nesta Casa, pode ser revista. Quanto à questão da resolução da Adasa, ela precisa ser revista e apresentada em tempo hábil para se tomar uma decisão no SLU. Só gostaria de enfatizar isso, porque, senão, nós vamos continuar discutindo, discutindo, e a decisão não vai ser tomada. Então, é extremamente importante que a Adasa tome um posicionamento diante das resoluções que já estão estabelecidas, porque o SLU não pode descumprir uma norma que está publicada.

Obrigada a todos.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Doutora, a senhora está me dizendo que a primeira parte compete à Adasa e a segunda competirá ao SLU.

SRA. MARCIA NAYANE – Isso.

PRESIDENTE (DEPUTADO WELLINGTON LUIZ) – Então, acho que não deveremos ter problema, até porque o Dr. José Walter já se manifestou em relação à necessidade de discutir melhor isso. Com certeza nós vamos chegar a um bom termo.

Mais uma vez solicitamos aos órgãos responsáveis, atendendo ao pedido de todos – aí acho que todos aqui são unânimes –, mais prazo. As outras questões serão discutidas internamente, acho que pode ser disciplinado entre vocês mesmos se vai ser tonelada, se vai ser unidade, acho que vocês mesmos procurarão o equilíbrio. Agora, a questão do tempo é fundamental, e aí é um problema do Estado, é um problema desta Casa porque, sem o tempo, não se pode discutir qualquer outra ação.

Então, encerro aqui, em primeiro lugar, agradecendo às autoridades representativas do governo que vieram, que se disponibilizaram, que deram a cara a tapa, o que é extremamente importante; aos representantes das empresas particulares, através dos sindicatos, das entidades; ao nosso diretor da Adasa, meu amigo e companheiro Dr. José Walter; em especial a vocês que, no meu entendimento, têm sido os grandes responsáveis por esse sistema ainda estar funcionando, porque

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL 3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO SETOR DE TAQUIGRAFIA				NOTAS TAQUIGRÁFICAS	
Data		Horário Início	Sessão/Reunião	Página	
01 03 2018		15h20min	11ª SESSÃO ORDINÁRIA	63	

sabemos que é na cara e na coragem... São vocês que nos fazem acreditar que as coisas ainda vão dar certo. É através também das reivindicações, das indignações que se pode melhorar. Portanto, vocês estão de parabéns! Contem conosco e muito obrigado! Que Deus os abençoe.

Eu quero agradecer a todos os nossos assessores, às nossas taquígrafas e aos nossos taquígrafos, ao pessoal da Polícia Legislativa, aos brigadistas e, em especial, ao nosso Cerimonial, ao pessoal do Som, ao Júlio. Agradeço a presença dos Parlamentares, das autoridades do governo e dos demais convidados que honraram a Câmara Legislativa com suas presenças.

Declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 19h31min.)



DIÁRIO DA CÂMARA LEGISLATIVA
Órgão Oficial do Poder Legislativo do Distrito Federal



Coordenadoria de Editoração e Produção Gráfica

Diagramação e Arte Final: Seção de Editoração
Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – CEP: 70 094-902 – Brasília – DF – www.cl.df.gov.br